

☆☆☆☆☆ Coletânea

CONEXÕES

Inovadoras de

CONHECIMENTOS

Volume 4
2023

uniatual
EDITORA

☆☆☆☆☆ Coletânea

CONEXÕES
Inovadoras de
CONHECIMENTOS

Volume 4
2023

uniatual
EDITORA

© 2023 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694c Coletânea Conexões Inovadoras de Conhecimentos - Volume 4
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2023. 166 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86013-37-5
DOI: 10.5281/zenodo.7812121

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Conexões. 4. Inovação. 5. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniatual.com.br/2023/04/coletanea-conexoes-inovadoras-de.html>



AUTORES

**ALESSANDRO CARVALHO BICA
DANIELA SIMÕES AZZOLIN
DEBORAH KETLYN PACHECO FERREIRA
EDELVIRA SILVA DA SILVA
JÚLIA SILVA GONÇALVES
JULIANO FABRÍCIO ANTUNES
LEILA APARECIDA DE ATAÍDES
LION GRANIER ALVES
MAILI CORREIA CAMPOS
MARCUS VINÍCIUS PERALVA SANTOS
MARYVALDA MELO SANTOS COSTA
MIGUEL FRANCISCO PÉREZ BEJERANO
RAYSSA RENATA ALVES OLIVEIRA
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA
SIMONE SOUZA DE MORAES
VINÍCIUS DA SILVA SANTOS**

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea Conexões Inovadoras de Conhecimentos - Volume 4” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIDROSEDIMENTARES DA PRAIA DE ITAPUÃ, SALVADOR-BAHIA, DURANTE A ESTAÇÃO CHUVOSA DE 2014 <i>Marcus Vinicius Peralva Santos; Maili Correia Campos; Simone Souza de Moraes</i>	8
Capítulo 2 A MORTE DE GWEN STACY E SEU IMPACTO NO MUNDO DOS QUADRINHOS <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira</i>	25
Capítulo 3 OS GRILHÕES DO RACISMO TEIMAM EM SUBJUGAR O POVO NEGRO <i>Juliano Fabricio Antunes; Leila Aparecida de Ataides</i>	45
Capítulo 4 A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) <i>Maryvalda Melo Santos Costa</i>	56
Capítulo 5 O NEGRO NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: HISTÓRIA DE DESAFIOS E DE SUPERAÇÃO <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Lion Granier Alves</i>	76
Capítulo 6 UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO ACERCA DA (IN)VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER <i>Júlia Silva Gonçalves; Daniela Simões Azzolin</i>	96
Capítulo 7 TATUAGENS E SEUS SIGNIFICADOS: O QUE ELAS REVELAM SOBRE O ESTADO PERSONOLÓGICO DO INDIVÍDUO? <i>Sérgio Rodrigues de Souza</i>	111
Capítulo 8 BENEFÍCIOS DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NO TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL DE ACORDO COM A LITERATURA <i>Rayssa Renata Alves Oliveira</i>	130
Capítulo 9 UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO TENDO COMO TEMÁTICA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA <i>Edelvira Silva da Silva; Alessandro Carvalho Bica</i>	137
Capítulo 10 LA EDUCACIÓN DEL HOMBRE DESDE UNA MIRADA BIOLÓGICA <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Vinicius da Silva Santos; Miguel Francisco Pérez Bejerano; Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira</i>	149
AUTORES	163

Capítulo 1
CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIDROSEDIMENTARES
DA PRAIA DE ITAPUÃ, SALVADOR-BAHIA, DURANTE A
ESTAÇÃO CHUVOSA DE 2014

Marcus Vinicius Peralva Santos
Maili Correia Campos
Simone Souza de Moraes

CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIDROSSEDIMENTARES DA PRAIA DE ITAPUÃ, SALVADOR-BAHIA, DURANTE A ESTAÇÃO CHUVOSA DE 2014

Marcus Vinicius Peralva Santos

Professor formador da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e pesquisador do Laboratório do Grupo de Estudos de Foraminíferos da Universidade Federal da Bahia (GEF-UFBA), graduado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), mestre e doutor em Geologia pela UFBA. E-mail: mperalva@hotmail.com

Maili Correia Campos

Pesquisadora do Laboratório do Grupo de Estudos de Foraminíferos da Universidade Federal da Bahia (GEF-UFBA), graduada em Ciências Biológicas pela UFBA, mestre em Biometria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e doutora em Geologia pela UFBA. E-mail: maicampos@hotmail.com

Simone Souza de Moraes

Professora Associada IV do Departamento de Oceanografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente (POSPETRO), ambos do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Estudos de Foraminíferos (GEF-UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e mestrado e doutorado em Geologia pela UFBA. E-mail: smoraes@ufba.br

RESUMO

Os bioclastos correspondem a restos esqueléticos calcários de organismos marinhos e/ou dulciaquícolas, os quais apresentam uma feição superficial reconhecível, e que por assim ser, podem ser utilizados, a fim de caracterizar o ambiente aquático quanto a sua hidrodinâmica. Com base neste aspecto, o presente artigo teve como objetivo caracterizar as condições hidrossedimentares da praia de Itapuã, situada no município de Salvador – Bahia, tendo como descritores os componentes biogênicos/ bioclastos do sedimento. Quanto aos aspectos metodológicos foram coletadas 30 amostras de sedimentos superficiais, sendo estes pontos distribuídos ao longo das praias do Farol de Itapuã, Rua K, Quiosque da Janaína e da Sereia, sendo 20 paralelas a face praial equidistantes em 120m e 10 perpendiculares com 50m de distância entre os pontos, sendo estas lavadas e secadas

em laboratório e analisadas quanto a sua composição bioclástica, tafonomia, distribuição, granulometria e calcimetria. Quanto aos resultados foi possível agrupar os bioclastos em 16 categorias biogênicas, sendo a categoria alga calcária (>55%) a mais abundante. Constatou-se uma distribuição heterogênea, com predomínio de grãos autóctones, de coloração mosqueada, com abrasão, com arredondamento nível 3 e relíquias, indicando que na área analisada ocorre o retrabalhamento dos sedimentos de superfície. Os baixos valores de carbonato (> 48%) indicam uma maior contribuição siliciclástica e o predomínio da fração areia fina, indica uma baixa hidrodinâmica.

Palavras-chave: Componentes biogênicos. estação chuvosa. Praia de Itapuã.

ABSTRACT

Bioclasts correspond to limestone skeletal remains of marine and/or freshwater organisms, which have a recognizable surface feature, and which therefore can be used in order to characterize the aquatic environment in terms of its hydrodynamics. Based on this aspect, this article aimed to characterize the hydro-sedimentary conditions of Itapuã beach, located in the city of Salvador - Bahia, using the biogenic/bioclast components of the sediment as descriptors. As for methodological aspects, 30 samples of surface sediments were collected, these points being distributed along the beaches of Farol de Itapuã, Rua K, Quiosque da Janaína and Sereia, 20 parallel to the beach face equidistant in 120m and 10 perpendicular with 50m of distance between the points, which were washed and dried in the laboratory and analyzed for their bioclastic composition, taphonomy, distribution, granulometry and calcimetry. As for the results, it was possible to group the bioclasts into 16 biogenic categories, with the calcareous algae category (>55%) being the most abundant. A heterogeneous distribution was found, with a predominance of autochthonous grains, mottled in color, with abrasion, with rounding level 3 and relics, indicating that the surface sediments are being reworked in the analyzed area. Low carbonate values (> 48%) indicate a greater siliciclastic contribution and the predominance of the fine sand fraction indicates low hydrodynamics.

Keywords: Biogenic components. rainy season. Itapua beach.

INTRODUÇÃO

O sedimento fornece ao pesquisador múltiplos dados, podendo estes variarem de acordo com o nível de conhecimento a eles aplicados, quando estudados de uma perspectiva física, química e/ou biológica, atribuindo-se, assim, particularidades. O sedimento pode ser dividido em dois grandes grupos: (a) os siliciclásticos (ou clásticos) que se originam a partir de minerais e fragmentos de rochas e (b) os bioclásticos (grãos bióticos, componentes biogênicos, grãos biodetríticos), originados de fragmentos de origem animais e vegetais, apresentando uma feição superficial reconhecível (TINOCO, 1989).

Os grãos bioclásticos podem ser encontrados em diversos ambientes aquáticos, a exemplo das áreas de mar aberto, áreas estuarinas, praias e recifes. Dentre os organismos

passíveis de fornecer bioclastos a estes tipos de ambientes, podemos destacar as algas calcárias, por meio da deposição do seu corpo cilíndrico ou globoso, as diatomáceas com suas frústulas, foraminíferos com suas testas, equinodermos com seus espinhos e exoesqueleto, dentre outros (SANTOS e MORAES, 2011).

O material biogênico quando produzido *in situ* recebe a nomenclatura de grão autóctone, enquanto os que tendem a ser transportados para áreas próximas ou distantes das quais foram produzidos são denominados alóctones. Associado com os aspectos tafonômicos é possível estudar a taxa de participação de cada grupo de organismo presente em uma área e descrever sua história deposicional (GINSBURG, 1974).

De acordo com Tinoco (1989), os bioclásticos são de grande importância por terem um significado biológico e estratigráfico, que permite, por muitas vezes, caracterizar o ambiente onde viveram e em alguns casos podem levar-nos a compreender a idade da sedimentação. Esses sedimentos são muito utilizados na agricultura como fertilizantes, na nutrição animal, como implantes em cirurgias ósseas, em tratamento de água e nas indústrias de cosméticos, sendo um recurso de elevada importância para o homem (DIAS, 2000).

Com base em tais aspectos, o presente artigo tem como objetivo geral caracterizar as condições hidrossedimentares da praia de Itapuã, durante a estação chuvosa de 2014, tendo-se como descritores os bioclastos do sedimento. Como objetivos específicos inclui-se inventariar as principais categorias biogênicas e conhecer sua distribuição, avaliar as contribuições carbonáticas na área total e subpraia, determinar a energia hidrodinâmica e descrever o padrão de transporte e de sedimentação dos grãos bioclásticos.

Devido à importância dos componentes biogênicos, como indicadores das condições hidrossedimentares de ambientes aquáticos, o presente trabalho justifica-se, uma vez que o mesmo contribui para uma melhor descrição de tais parâmetros por constituir-se em uma metodologia de fácil aplicação e que requer baixos recursos a sua aplicação, além de servir como fonte complementar de informação ao estudo de ambientes litorâneos.

ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado no bairro de Itapuã, na cidade de Salvador – BA, localizado na orla Atlântica da capital baiana, existindo na região variados recursos

naturais, a exemplo de praias, dunas e lagoas. A praia de Itapuã se subdivide em quatro praias: Farol de Itapuã, Rua K, Quiosque de Janaína e Sereia, existindo ao todo, uma extensão de 1,5 km da praia (SILVA et al, 2009).

A praia foi classificada como intermediária, com a presença de ondas dos tipos deslizante e mergulhantes em determinados trechos e com energia hidrodinâmica elevada (SANTOS, 2010), sendo constituída por areias grossas, grande quantidade de arrecifes e cabeços rochosos (NUNES,1997). De acordo com Santos, (2010) o avanço da urbanização no bairro levou a modificação da vegetação nativa da área de estudo, desde 1977 até o ano de 2010.

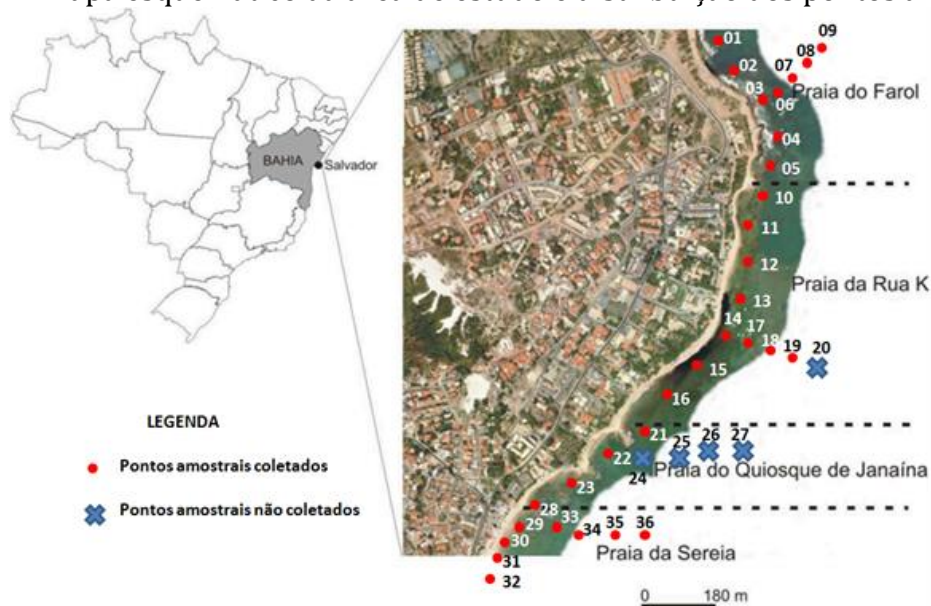
METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados foram agrupados em três etapas, sendo elas:

3.1 Procedimentos em campo

Durante a estação chuvosa (Maio de 2014) foi realizada uma campanha amostral afim de obter-se 36 amostras sedimentares, sendo que devido a forte energia das ondas e a grande poluição existente em alguns pontos, só foi possível obter-se 30 amostras (Figura 1), sendo estes pontos distribuídos ao longo das praias do Farol de Itapuã, Rua K, Quiosque da Janaína e da Sereia, sendo 20 paralelas a face praial equidistantes em 120m e 10 perpendiculares com 50m de distância entre os pontos.

Figura 1. Mapa esquemático da área de estudo e distribuição dos pontos amostrais



Fonte: Adaptado de SILVA et al (2009)

Os pontos de coleta foram marcados com o auxílio de GPS e as amostras sedimentares foram coletadas manualmente, por meio de inserção de vasilhames plásticos devidamente indetificados e com tampas rosqueadas. Cada amostra, com aproximadamente 300g de sedimento, foi armazenada para posterior análise em laboratório.

Procedimentos em laboratório

a) Análises do sedimento

A análise do teor de carbonato foi executada conforme Suguio (1973) e as amostras foram categorizadas em litoclásticas (teores de carbonato < 30%), lito-bioclásticas (30-50%), bio-litoclásticas (50-70%) e bioclásticas (> 70%) (DIAS, 1996).

A análise granulométrica foi feita por peneiramento à seco, adotando-se as frações: cascalho (4,000mm), areia grossa (2,000 – 1,000 mm), areia média (0,500 mm), areia fina (0,250 – 0,125 mm e 0,062 mm) e lama (< 0,062 mm).

b) Análises dos bioclastos

As amostras foram lavadas sob água corrente em peneira com espaçamento de 0,062mm, secas em estufa a 60°C, e posteriormente, com o auxílio de um microscópio estereoscópio, todos os grãos de origem biogênica contidos em um grama de sedimento foram triados, identificados e agrupados em 15 categorias conforme Milliman (1974):

alga coralina, Halimeda, diatomácea, foraminífero, briozoário, porífero, poliqueta, craca, caranguejo, gastrópodo, bivalve, escafópodo, equinodermo, agregado e miscelânea.

Além disso, foram analisados os parâmetros tafonômicos: (1) Coloração - os grãos podem ser brancos, amarelos, marrons, pretos ou mosqueados (LEÃO e MACHADO, 1989); (2) Grau de arredondamento - variando de 0 (grão sem arredondamento) a 4 (grão bem arredondado) conforme o nível de esfericidade (PILKEY et al., 1967); (3) Desgaste - natural (sem modificações), abrasão (com arranhões e/ou aspecto polido), quebramento (com perda de fragmentos e/ou marcas de impacto), dissolução (com aspecto descamado e/ou mostrando estruturas internas) ou misto (com dois ou mais tipos de desgaste) (COTTEY e HALLOCK, 1988; MORAES e MACHADO, 2003) e (4) Sedimentação - atuais (componentes claros e bem preservados) ou relíquias (grãos escuros e bastante desgastados) (LEÃO e MACHADO, 1989; LIMA et al, 2008).

Com base nas características ecológicas do organismo que originou a estrutura biogênica, adotando-se a classificação Kidwell, Fursich e Aigner (1986), os bioclastos foram classificados como: a) Grãos alóctones - oriundos de áreas diferentes daquela a qual se encontra depositado; e b) Grãos autóctones - oriundos da própria área onde se encontram depositados.

c) Análises estatística

Para a análise da representatividade e distribuição das categorias biogênicas foram determinadas: a abundância absoluta, abundância relativa e o Teste do Qui-Quadrado (χ²).

i) Abundância absoluta: É o número de vezes que uma determinada variável (categoria biogênica) se repete numa dada amostra (AB'SABER et al.,1997).

ii) Abundância relativa: É a razão entre o número de indivíduos de uma categoria e o total de indivíduos de todas as categorias expresso em percentagem (AB'SABER et al.,1997). A abundância relativa foi calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AR = (n*100)/N$$

Onde: n é o número de indivíduos de uma categoria e N é o número total de categorias obtidas na amostra. Este critério foi utilizado para determinar as categorias biogênicas abundantes em cada ponto de coleta. Para a interpretação destes resultados foi adotada a escala proposta por Dajoz (1983):

Principais – Valores acima de 5%;

Acessórias – Valores entre 4,9 e 1%;

Traços – Valores inferiores a 1%.

c) Teste do Qui-Quadrado (χ^2): Neste teste avalia-se a distribuição total das categorias biogênicas ao longo da praia de Itapuã e suas subpraia considerando-se como significante $p < 0,01$. A partir dos resultados encontrados foi estabelecido se existia ou não uma homogeneidade da distribuição das categorias biogênicas.

O Qui-Quadrado foi calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\chi^2 = \sum \frac{(\mathbf{FO} - \mathbf{FE})^2}{\mathbf{FE}}$$

Onde: \sum é o somatório da frequência observada menos a frequência esperada ao quadrado dividido pela frequência esperada, FO é a frequência observada das categorias e FE é a frequência esperada para que as categorias ocorram (CLEGG, 1995).

O grau de liberdade adotado foi baseado na seguinte fórmula: $\phi = NC - 1$

Onde: NC é o número de categorias biogênicas estudadas.

Com a análise do qui-quadrado, tendo-se o grau de liberdade igual a 14 e alfa (nível de significância) de 1%, obteve-se o valor crítico de 29,1, o qual foi adotado para a avaliação do grau de distribuição das categorias biogênicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Representatividade das categorias biogênicas

Ao todo foram analisados 9.000 bioclastos ao longo da área estudada, distribuídos em 15 categorias biogênicas (Figura 2), sendo quase todos grãos autóctones da área, exceto pela presença de escafópodo (grão alóctone).

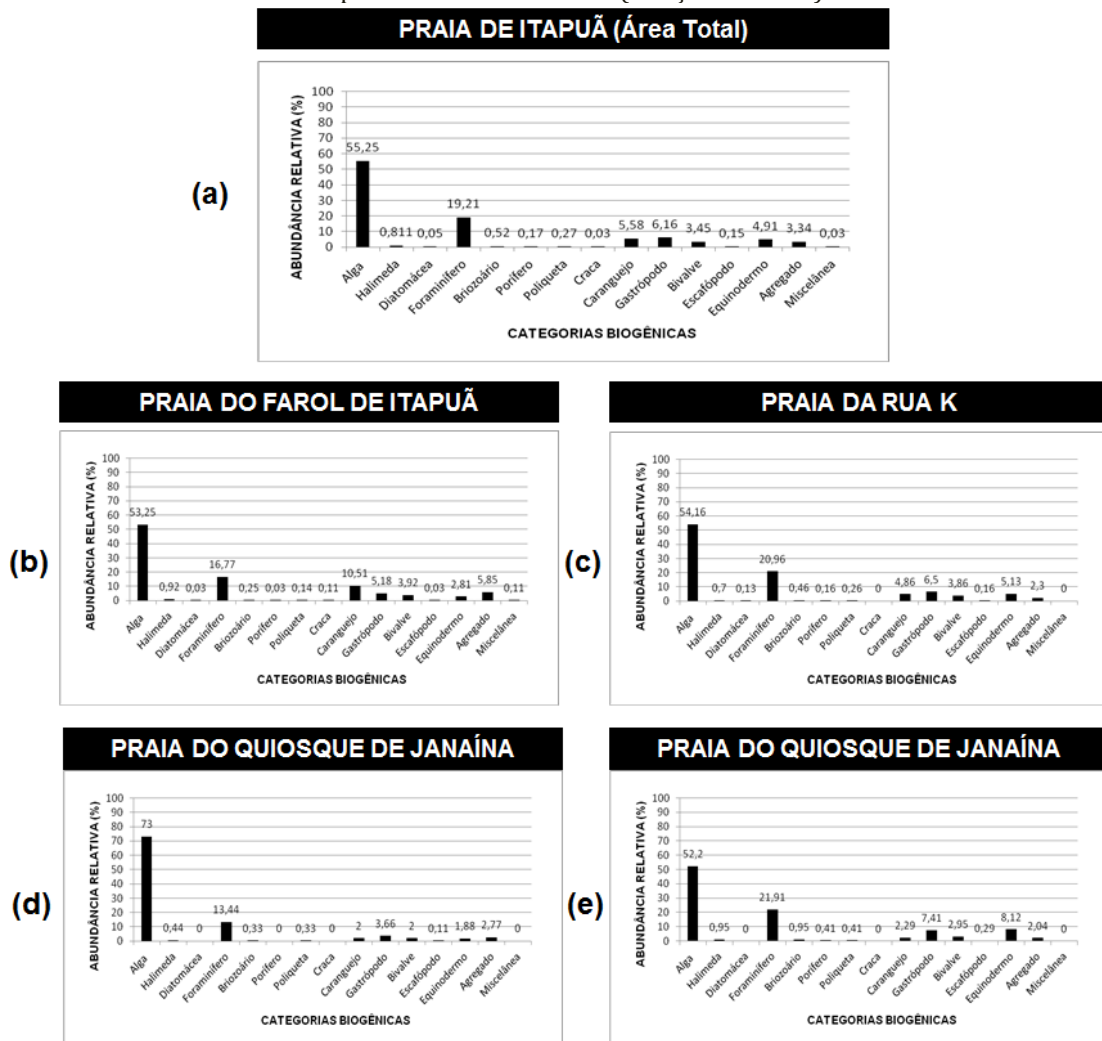
As categorias bioclásticas principais foram alga calcária (55,25%), foraminífero (19,21%), gastrópodo (6,16%) e caranguejo (5,58%). As acessórias compreenderam equinodermo (3,34%), bivalve (3,45%) e agregado (4,91%). As de menor representatividade (categoria traço) incluíram o gênero alga Halimeda (0,81%), briozoário (0,52%), poliqueta (0,27%), porífero (0,17%), escafópodo (0,15%), diatomácea (0,05%), craca (0,03%), miscelânea (0,03%) (Figura 2a).

Praia do Farol de Itapuã

Foram analisados 2700 grãos bioclásticos (30% da amostra total da área de estudo), os quais foram agrupadas em 15 categorias (Figura 2b). A principal é

representada pelas algas calcárias (53,25%), foraminíferos (16,77%), caranguejo (10,51%), agregado (5,85%) e gastrópodo (5,18%), tendo-se como categorias acessórias, bivalve (3,92%) e equinodermo (2,81%) (Figura 2b).

Figura 2 - Abundância relativa das categorias biogênicas encontradas na Praia de Itapuã e em suas subpraia em maio de 2014 (estação chuvosa)



Praia da Rua K

Foram analisados 3000 grãos (33,33%), os quais foram agrupados em 13 categorias (Figura 2c), sendo as principais: alga calcária (54,16%), foraminífero (20,96%), gastrópodo (6,5%) e equinodermo (5,13%). A categoria acessória foi constituída por caranguejo (4,86%), bivalve (3,86%) e agregado (2,3%). Não foram registrados exemplares de craca e miscelânea (Figura 2c).

Praia do Quiosque da Janaína

Esta região teve no total 900 grãos (10%) analisados, distribuídos em 11 categorias (Figura 2d). Apenas alga calcária (73,0%) e foraminífero (13,44%) foram

classificados como principais. Na categoria acessória teve-se gastrópodo (3,66%), agregado (2,77%), caranguejo (2,0%), bivalve (2,0%), equinodermo (1,88%). Não houve registro das categorias diatomácea, porífera, craca e miscelânea (Figura 2d).

Praia da Sereia

Foram analisados 2400 grãos (26,7%), os quais agrupam-se em 12 categorias (Figura 2e), sendo as principais: alga calcária (52,2%), foraminíferos (21,91%), equinodermo (8,12%) e gastrópodo (7,41%). Na categoria acessória teve-se bivalve (2,95%), caranguejo (2,29%) e agregado (2,04%) (Figura 2e).

A alta representatividade das algas deve-se ao fato desses organismos recobrirem grande parte da plataforma externa da região Nordeste. A sua abundância também está relacionada a fatores físico-químicos (COUTINHO, 1981). A energia hidrodinâmica da localidade leva ao quebramento e transporte dos mesmos até a face praial, onde ocorrem afloramentos rochosos que forçam a diminuição da hidrodinâmica na área próxima a face praial, assim possibilitando a sua deposição (REBOUÇAS, 2006; SANTOS, 2008, 2010).

De acordo com Santos et al (2014), a abundância dos foraminíferos na área deve-se ao fato de suas testas tenderem a sofrer transporte da região de mar aberto em direção a praia, onde a presença de afloramentos rochosos cria uma área de sombra que levam à redução da hidrodinâmica e permitindo a deposição das testas.

A categoria gastrópode está presente em todas as praias. Sua ampla representatividade pode estar relacionada com seus variados hábitos de vida (NASCIMENTO, 2008). Na área, suas conchas ficam retidas entre as rochas presentes, possuindo as mesmas grande resistência, o que possibilitou serem encontradas em perfeito estado. Tal fato também foi relatado por Araújo (2012).

As cracas apresentam um exoesqueleto resistente que lhe fornece uma maior proteção, sendo encontras apenas no Farol de Itapuã. Essa baixa representatividade também foi observada por Barros (1976) e Ferreira (2012) na mesma localidade. Sua ausência nas demais praias deve-se certamente a menor quantidade de afloramentos rochosos.

Distribuição das categorias biogênicas

O valor total da área de estudo encontrado no teste do Qui-quadrado ($\chi^2 = 41.410,92$), (sendo $p < 0,01$) mostra que as categorias biogênicas distribuem-se de forma heterogênea.

Para a todas as quatro subpraia constatou-se que a distribuição dos bioclastos ocorrer de forma heterogênea, sendo que na praia do Farol de Itapuã, o valor encontrado no teste Qui-quadrado foi $\chi^2 = 2.088,68$, na Rua K de $\chi^2 = 2.423,12$, no Quiosque de Janaína de $\chi^2 = 608,59$ e na Sereia de $\chi^2 = 1.853,20$, considerando-se para todos $p < 0,01$.

A distribuição é reflexo da resistência dos organismos em vida e dos bioclastos já depositados as forças intempéricas existentes aí no ambiente, a exemplo da ação de ondas, marés, a fricção destes com os sedimentos de fundo e sua interação com os parâmetros físico-químicos da água (SANTOS, 2010).

Assinaturas tafonômicas dos componentes biogênicos

a) Nível de Arredondamento

O nível de arredondamento de maior abundância relativa nas quatro subpraia de Itapuã foi o nível 3 (Figura 3a), o qual obteve valores superiores a 50%. Sendo o segundo nível mais frequente, o nível 0 (> 11%), com exceção da Praia do Quiosque de Janaína, onde o nível 2 foi mais expressivo.

Em todas as praias o nível 3 se mantém como o mais representativo, e o 1 com menor porcentagem, sendo este dado também relatado por Santos, (2010) ao estudar os bioclastos da mesma área. As algas calcárias possuem a maior taxa de contribuição de grãos em três níveis: nível 3 (70,71%), 4 (56,29%) e 1 (39,80), e os foraminíferos são os maiores fornecedores de grãos com o nível 0 (88,09%) e 2 (24,39%), visto o fato destes serem organismos autóctones da área.

b) Coloração

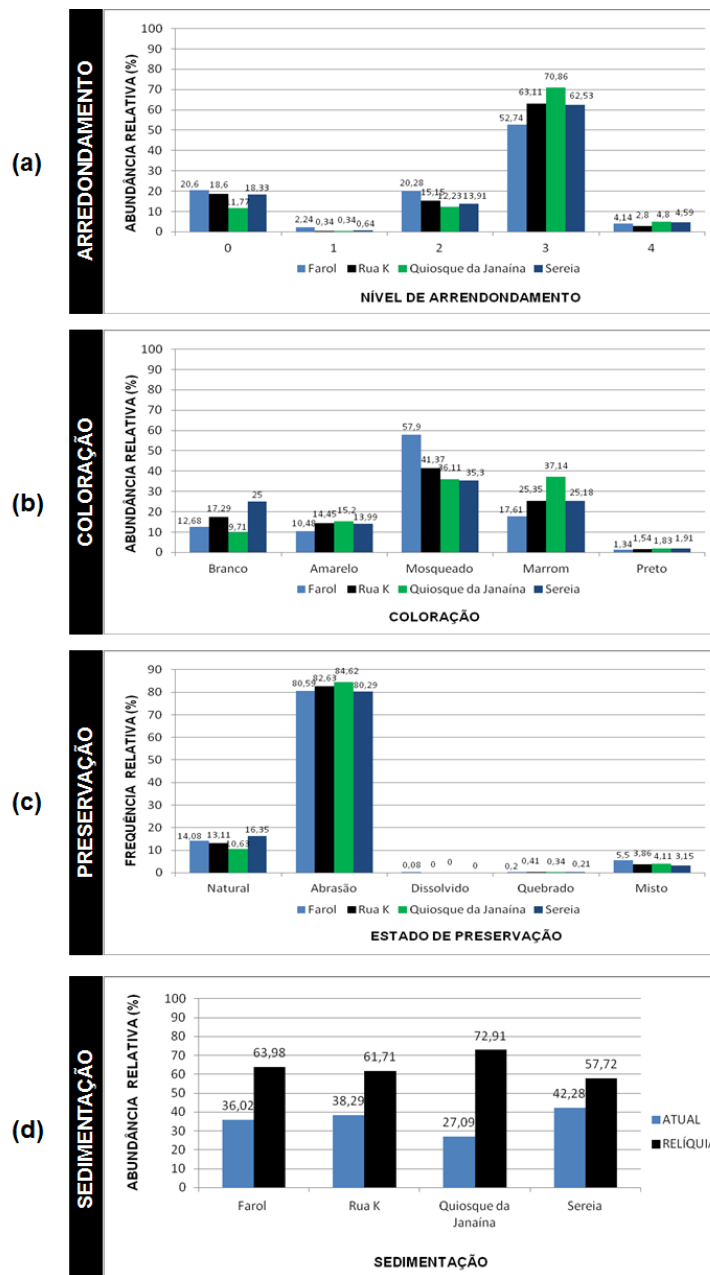
A coloração de maior representatividade foi a mosqueada (44,01%), seguida pela marrom (23,81%) e branco (17,32%) (Figura 3b). As algas calcárias foram à categoria de maior abundância para todos os padrões descritos, exceto para a coloração branca, na qual foraminífero obteve maior porcentagem (24,39%).

A coloração dos grãos relaciona-se à presença de ferro misturado a água, levando os grãos a cores como amarelo, marrom e preto, devido a ação bacteriana ou até mesmo devido a poluição de origem orgânica (TINOCO, 1989), a qual foi constatada na praia, em pontos onde a coloração da água era negra.

c) Estado de preservação

O estado de abrasão (66,23%) apresentou maior incidência nas praias, seguido pelo estado natural (14,02%), misto (4,04%), quebrado (0,29%) e dissolvido (0,02%) (Figura 3c). As maiores contribuições ficaram por conta das algas calcárias (66,25%), em relação ao estado de abrasão.

Figura 3 – Abundância relativa das assinaturas tafonômicas das categorias biogênicas por subpraia do bairro de Itapuã em maio de 2014 (estação chuvosa)



Os foraminíferos forneceram a maior porcentagem de grãos naturais (50,29%), mistos (56,52%) e quebrados (50,52%). O padrão dissolvido ficou dividido com iguais porcentagens para as categorias alga calcária (50,00%) e foraminíferos.

O predomínio de grãos com abrasão indica que os grãos são transportados por rolamento, o que permite o aparecimento de arranhões em sua superfície (PILKEY et al., 1967). Este dado concorda com os de arredondamento dos grãos, onde houve predomínio de grãos arredondados (nível 3).

O padrão normal está associado a grãos novos no ambiente que não sofreram transporte, enquanto que o misto corresponde a ambientes com oscilações na energia hidrodinâmica (MORAES, 2006).

d) Sedimentação

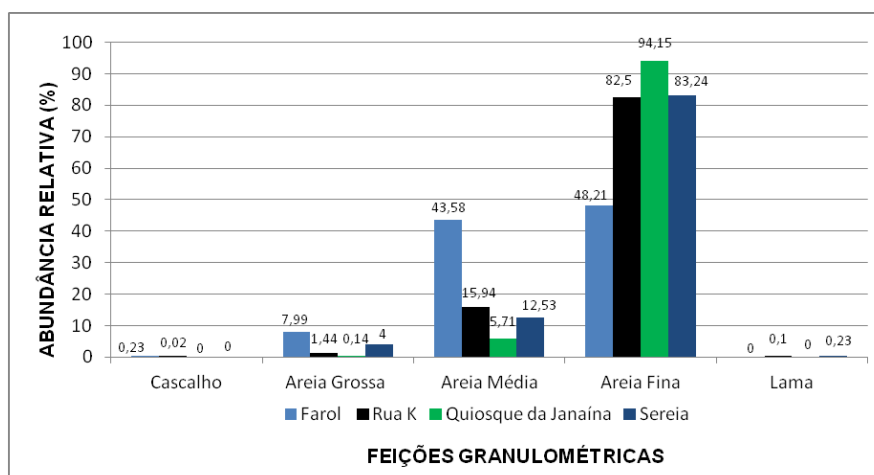
A análise das sedimentares demonstrou a maior quantidade de grão relíquias (62,42%), seguido pelos grãos atuais (37,58%). Estes resultados repetem-se em todas as praias (Figura 3d), sendo a categoria alga calcária de maior contribuição de grãos para ambos os tipos de sedimentos. Este padrão é compatível com o padrão de coloração registrado, indicando que os bioclastos encontram-se em grande parte do tempo soterrados e sendo expostos a superfície com a chegada da estação chuvosa (LIMA et al, 2008; SANTOS, 2010).

Feições granulométricas

A fração de areia fina (74,01%) é dominante na praia de Itapuã, sendo seguida pelas frações areia média (21,96%), areia grossa (3,86%), lama (0,09%) e cascalho (0,07%). As feições granulométricas não apresentaram muitas mudanças na intensidade da energia hidrodinâmica nas subpraias, sendo que todas seguem o mesmo padrão (Figura 4). Essa análise é um método que pode auxiliar na caracterização sedimentar, por estar associada aos processos hidrodinâmicos da localidade (SUGUIO, 2003), sendo assim, a área caracteriza-se por uma baixa energia hidrodinâmica, visto a predominância da fração areia fina em todas as áreas.

Este resultado contraria ao que foi descrito por Nunes (1997), o qual caracterizou a área como sendo de granulometria grossa, o que indica que em mais de 15 anos, a energia hidrodinâmica da área se modificou, tendendo a diminuir.

Figura 4 - Abundância relativa das feições granulométricas por subpraia do bairro de Itapuã em maio de 2014 (estação chuvosa).



Teor de carbonato

A análise do teor de carbonato mostrou que os níveis de CaCO_3 varia, sendo o tipo litoclástica predominante nas subpraia do Farol de Itapuã e na subpraia da Rua K, o tipo lito-bioclástico no Quiosque de Janaína e da Sereia. Assim, verifica-se que a medida que nos deslocamos da subpraia do Farol de Itapuã, em direção a subpraia da Sereia, há uma tendência a aumento dos níveis de CaCO_3 nas subpraia. Os baixos valores encontrados na área do Farol de Itapuã se deve a presença de afloramentos rochosos que dificultam a entrada de novos bioclastos na região, o que não ocorre na subpraia da Sereia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados aqui obtidos, pode-se concluir que a categoria alga calcária é o bioclasto de maior representatividade, enquanto craca e miscelânea apresentam os menores percentuais, sendo que todas as categorias biogênicas distribuem-se de forma heterogênea.

Quanto ao teor de carbonato ouve predominância do tipo litoclástica na área total, sendo que por subpraia, a uma tendência de aumento das contribuições carbonáticas da região do Farol de Itapuã em direção a Sereia. A fração areia fina é predominante, o que indica uma baixa hidrodinâmica.

Os grãos de arredondamento nível 3 e com abrasão foram dominantes, indicando o transporte dos grãos via rolamento. As colorações mosqueada e marrom obtiveram as maiores porcentagens, oscilando as mesmas em algumas subpraia, sendo que para o padrão sedimentação houve o predomínio de grãos relíquias, o que indica que o processo de sedimentação na área é antigo.

Com base em tais aspectos, pode-se caracterizar a praia de Itapuã, de acordo com a estação chuvosa de 2014, como sendo uma praia de energia hidrodinâmica baixa (predomínio de areia fina) e com baixa contribuição de grãos carbonáticos (dominância de grãos siliciclásticos), sendo que os bioclastos aí presentes sofrem transporte preferencialmente por rolamento (predomínio de grãos nível 3 e com abrasão) e em sua maioria, já se encontram depositados por um tempo relativamente grande (predomínio de grãos escuros e relíquias).

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. et al. **Glossário de ecologia** (Publicação 103). 2ª Ed. São Paulo: Aciesp, 1997.
- ARAUJO, N. S. **Análise de componentes biogênicos em sedimentos superficiais na praia de itapema, município de Santo Amaro, entorno da Baía de Todos os Santos – BA**. 2012. Monografia, Licenciatura em Ciências Biológicas – UFBA.
- BARROS, F. C. **Estudo dos sedimentos biogênicos das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito**. 1976. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- COUTINHO, P. N. Sedimentação na plataforma continental Alagoas-Sergipe. **Arquivo de Ciências do Mar**. v. 21, n. ½, p. 1-18, 1981.
- CLEGG, F. **Estatística para todos**. 1. ed. Ed. Lisboa: Gradiva, 1995.
- COTTEY, T. L.; HALLOCK, P. Test surface degradation in *Archaias angulatus*. **Journal of Foraminiferal Research**. v. 18, n. 3, p. 187-202, 1988.
- DIAS, G. T. M. Granulados Bioclásticos – Algas Calcárias. **Brazilian Journal of Geophysics**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 307-318, ago. 2000.
- DIAS, G. T. M. Classificação de sedimentos marinhos proposta de representação em cartas sedimentológicas. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 39, 1996, Sergipe. **Anais do 39º Congresso Brasileiro de Geologia**. Sergipe: Sociedade Brasileira de Geologia, 1996.

DAJOZ, R. **Ecologia Geral**. 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

FERREIRA, A. M. **Quantificação de componentes biogênicos em sedimentos superficiais da praia de Piatã, Salvador – BA**. 2012. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas.

LEÃO, Z. M. A. N.; MACHADO, A. J. Variação de cor dos grãos carbonáticos de sedimentos marinhos atuais. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 19, n. 1, p. 87-91, 1989.

LIMA, R. de O.; VITAL, H.; SRIVASTAVA, N. K. Caracterização dos sedimentos biogênicos da plataforma continental brasileira adjacente ao Rio Grande do Norte: Área Galinhos a Porto do Mangue. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 44, 2008, Curitiba. **Anais do 44^o Congresso Brasileiro de Geologia**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. p. 606.

MORAES, S. S.; MACHADO, A. J. Avaliação das condições hidrodinâmicas de dois recifes costeiros do litoral norte do estado da Bahia a partir de parâmetros sedimentológicos e do estudo de foraminíferos recentes. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 33, n. 2, p. 201-210, 2003.

MORAES, S. S. **Distribuição especial e tafonomia de foraminíferos na plataforma continental da região norte da Costa do Dendê (Foz do rio Jequiriça à Ponta dos Castelhanos) – Bahia**. 2006. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NASCIMENTO, A. A. **Componentes biogênicos do sedimento na margem continental de Sergipe, defronte ao rio São Francisco**. 2008. Monografia (Bacharel em Ciências Biológicas) – Departamento de Biologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

NUNES, J. M. C. Hypneaceae, Rhodymeniaceae, Ceramiaceae e Rhodomelaceae (Rhodophyta) das praias de Placafor e Itapoã, município de Salvador, Bahia, Brasil. **Revista Biotemas**. v. 10, n. 2, p. 61-75, 1997.

KIDWELL, S. M. et al. **Conceptual framework for the analysis and classification of fossil concentrations**. Arizona, 1986.

REBOUÇAS, R. C. **Biografia das areias da Costa do Dendê: um estudo da composição das areias de praia entre os rios Jequiriçá e Tijuípe**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, M. V. P. **Análise dos principais componentes biogênicos do topo recifal de Guarajuba – Litoral Norte da Bahia**. 2008. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro Universitário Jorge Amado, Salvador.

SANTOS, M. V. P. **Caracterização geoambiental da praia de Itapuã: o uso dos componentes biogênicos do sedimento na interpretação de parâmetros ambientais**. 2010. Dissertação, Especialização em ecologia e intervenções ambientais – UNIJORGE.

SANTOS, S. C. et al. Análise dos principais componentes biogênicos da Praia do Farol de Itapuã, Salvador - Bahia durante a estação chuvosa de 2014: resultados parciais. In: Encontro Interdisciplinar de Cultura, Tecnologias e Educação, 9, 2014, Salvador. **Anais do 9º INTERCULTE**. Salvador: UNIJORGE, 2014.

SILVA, I. R. et al. Avaliação da capacidade de suporte das praias do bairro de Itapuã, Salvador, Bahia. In: Encuentro de Geografos de América Latina – Caminando em uma América Latina em transformación, 12., 2009, Montevideo. **Anais do XII EGAL**, Montevideo: 2009.

SUGUIO, K. **Geologia sedimentar**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2003, 400p.

TINOCO, I. M. **Introdução ao estudo dos componentes bióticos dos sedimentos marinhos recentes**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1989.

Capítulo 2
A MORTE DE GWEN STACY E SEU IMPACTO NO MUNDO DOS
QUADRINHOS

Sérgio Rodrigues de Souza
Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira

A MORTE DE GWEN STACY E SEU IMPACTO NO MUNDO DOS QUADRINHOS

Sérgio Rodrigues de Souza

Pós-Ph.D. em Psicologia Social. Consultor Científico. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira

Acadêmica de Bacharelado em Medicina Veterinária pela Faculdade Multivix - Pólo Vila Velha (ES). E-mail: deborapacheco768@gmail.com.

RESUMO

Este artigo-ensaio aborda o tema sobre como a morte de Gwen Stacy, a namorada de Peter Parker, o Homem-Aranha, impactou nas histórias em quadrinhos após o evento. A relevância deste estudo está em discutir o impacto dos personagens fictícios para a vida real e como eles passam a fazer parte da existência humana, tornando-se importantes e, mais tarde, quando de suas partidas destes cenários, o vazio que deixam, acompanhado de imensa saudade. Gwen Stacy foi uma personagem muito importante para as histórias do Cabeça de Teia, ajudando-o a encontrar-se em meio ao turbilhão de pensamentos desconexos surgidos a partir de uma existência multifacetada por inúmeras responsabilidades, o que lhe gerava uma crise de angústia e melancolia, sem igual. Peter procura se lembrar dela como uma garota inocente e, ao mesmo tempo, madura; cheia de vida e alegria. O impacto de sua morte foi tão devastador que, após o ocorrido, sempre que Peter Parker se olhava no espelho, não conseguia mais ver um Super-Herói; via sempre alguém que havia falhado [*com quem mais amava*] e mais, todos os super-heróis passaram a verem a si mesmos como indivíduos passíveis de falha. Muito pior que isto, a sociedade, os indivíduos comuns, finalmente, entenderam que eles não eram os deuses infalíveis nos quais se depositavam toda a sua fé. Boa parte dos fãs da Loirinha ou do Amigão da Vizinhança não perdoou os roteiristas pelo que fizeram, não a Gwen Stacy ou pela dor que infringiram a Parker, mas ao que fizeram a eles. Ela merece o lugar de honra que ostenta na memória dos fãs e, pode-se aventar a dizer que pelos próximos cinquenta anos, diversos outros trabalhos tendem a surgir, realçando sua memória e seu brilho encantador que, por anos, guiou o Homem-Aranha pelo caminho obscuro de ser um Super-Herói adolescente, com uma carga de inimigos de fazer inveja em qualquer outro do gênero, já consolidado no Mundo dos Quadrinhos.

Palavras-chave: Gwendolyne Maxime Stacy. Peter Parker. Mundo dos Quadrinhos. Homem-Aranha. A morte de Gwen Stacy.

ABSTRACT

This essay-article addresses the topic of how the death of Gwen Stacy, the girlfriend of Peter Parker, Spider-Man, impacted comics after the event. The relevance of this study

lies in discussing the impact of fictional characters on real life and how they become part of human existence, becoming important and, later, when they leave these scenarios, the void they leave, accompanied by I miss you immensely. Gwen Stacy was a very important character in the stories of the *Web Head*, helping him to find himself in the midst of the turmoil of disconnected thoughts arising from a multifaceted existence with countless responsibilities, which generated a crisis of anguish and melancholy, unparalleled. Peter tries to remember her as an innocent and, at the same time, mature girl; full of life and joy. The impact of her death was so devastating that, after it happened, whenever Peter Parker looked in the mirror, he could no longer see a Super Hero; he always saw someone who had failed [*who he loved the most*] and what's more, all superheroes came to see themselves as failureable individuals. Much worse than this, society, ordinary individuals, finally understood that they were not the infallible gods in which all their faith was placed. A good part of Blondie or Buddy from the Neighborhood fans have not forgiven the writers for what they did, not to Gwen Stacy or the pain they inflicted on Parker, but for what they did to them. She deserves the place of honor that she holds in the memory of fans and, it can be said that over the next fifty years, several other works tend to emerge, enhancing her memory and her charming glow that, for years, guided Spider-Man through the dark path of being a teenage Super-Hero, with a load of enemies that would make any other of the genre, already established in the Comics World, envious.

Keywords: Gwendolyne Maxime Stacy. Peter parker. World of Comics. Spiderman. The death of Gwen Stacy.

INTRODUÇÃO

Gwendolyne Stacy, a jovem loira encantadora que deixou o mundo dos quadrinhos, de maneira tão precoce, é um enigma não decifrado. A personagem foi criada por Stan Lee e Steve Ditko, aparecendo pela primeira vez em *The Amazing Spider-Man* #31 (edição de dezembro de 1965). Teve um período de passagem pelo mundo dos quadrinhos de menos de 8 anos, mas que se mostrou suficiente para que todas as histórias dos Super-Heróis [*tanto da Marvel Comics quanto da DC Comics*] de aí em diante fossem repensadas e um adversário imbatível fosse inserido neste universo particular: *a culpa trágica*. Junto com ela veio a indecisão acerca de que, se tudo o que faziam era algo digno de mérito. Estranho que, quando se analisa com profundidade, o sentimento de cada Super-Herói fechado em seu ser particular, o que se nota é que houve um isolamento muito profundo de cada um deles, fechando-se em seus próprios mundos. Distanciaram-se da sociedade.

Gwen Stacy acaba morta pelo Duende Verde em *The Amazing Spider-Man* #121 (edição de junho de 1973). Sua morte é um capítulo tão controverso na história dos quadrinhos que, pode-se afirmar que representa uma ferida não cicatrizada. Stan Lee (1922-2018) sempre deu respostas não esclarecedoras sobre a decisão de encerrar a

participação da jovem nas histórias do Aranha. Não se trata da morte em si; mas, da forma como tudo ocorreu e como ela termina: um paradoxo em que o sempre atrasado Parker estava lá, pontualmente naquele instante. Diferente do modelo conceitual habitual em que o Herói não consegue chegar a tempo para salvar a vítima, desta vez ele estava lá, lutando e tudo acontece em meio ao embate e o que era para ser mais uma aventura se transforma em desventura, pesadelo e culpa.

Peter era um garoto tímido e que guardava um terrível segredo, uma dupla identidade em que a secreta o colocava sempre em ação, motivado pelas palavras de seu Tio Bem, que não conseguia interpretar e, impulsionado pelo dever e pela responsabilidade agia como um adolescente dotado de capacidades sobrehumanas. O que ele não percebia é que suas ações deixavam um rastro de destruição e morte que um dia levaria a uma reflexão sobre sua responsabilidade como um super-herói.

Gwen nunca se importava com os atrasos frequentes e constantes de Peter que, junto a isto, estava sempre quebrado, tentando ajudar a sua Tia de alguma forma que, também passava maus bocados por causa da perda de seu marido, vítima de um ladrão que o assassinara. Parker se sentia culpado pela morte do Tio, primeiro pelo fato de que havia mentido sobre onde estaria e depois porque se negou a deter o ladrão do caixa do ringue, por ter sido enganado pelo dono do estabelecimento.

A Encantadora Stacy jamais o questionou sobre o que ocorreu com os pais do jovem, que era um segredo de Estado, uma vez que foram acusados de traição e, por este motivo, dados, oficialmente, como mortos, pela burocracia estatal. Coincidência que eram funcionários da Oscorp, empresa de Norman Osborn, que viria a se tornar o Duende Verde, depois de aplicar em si mesmo o Soro do Duende, que ele havia desenvolvido sob o nome de *Fórmula Goblin* (Fórmula do Duende).

O impacto de sua morte foi tão vasto que, após o ocorrido, sempre que Peter Parker se olhava no espelho, não conseguia mais ver um Super-Herói; via sempre alguém que havia falhado [*com quem mais amava*] e mais, todos os super-heróis passaram a verem a si mesmos como indivíduos passíveis de falha. Muito pior que isto, a sociedade, os indivíduos comuns, finalmente, entenderam que eles não eram os deuses infalíveis nos quais se depositavam toda a sua fé.

Uma frase do Coringa dirigida ao seu grande Amigo ilustra bem o sentimento que passaram a ter após o fracasso do Amigão da Vizinha com Gwen: “O grande Batman não é o herói que eu esperava, afinal!”¹

Gwen não morreu pensando isto do Grande Herói Escalarte. Tinha certeza de que seria salva por aquele desconhecido mascarado; afinal, ele era o Herói que todos esperavam que fosse; nunca fracassava. Mas, naquele fatídico dia, em que pouco tempo antes já havia fracassado com o Capitão George Stacy [*pai de Gwen*] nada mais o surpreenderia mais que o fracasso provocado por sua arrogância.

O que mais assombra o pensamento de Peter: a morte violenta de Gwen, por suas mãos, ou a sua vaidade destruída? Norman conseguiu provar ao jovem Parker que ele não era o Herói que acreditava ser! Mostrou-lhe o quanto era humano, demasiado humano. Anos mais tarde, em uma de suas crises, sua Tia May vai lhe dizer que era este seu lado humano que o tornava um herói, um Super-Herói. Diferente do que se possa tentar crer, a sociedade não passou a julgá-los como monstros. De uma forma estranha, ainda os consideravam como figuras essenciais em suas existências, uma vez que não detinham qualquer controle sobre como as coisas acontecem na vida.

Não fora Gwen quem modificara, de forma abrupta, a trajetória dos quadrinhos. A maneira como sai de cena foi algo, completamente, fora dos moldes fantásticos utilizados para os personagens das histórias. Ela morreu, literalmente, tendo o pescoço quebrado, não por causa da queda, mas do impacto provocado pela parada abrupta, quando Parker tenta salvá-la.

Quem poderia tentar ressuscitá-la, utilizando todo seu conhecimento de engenharia genética, era aquele a quem Peter jamais pediria ajuda e, assim, a bela e formosa Gwen Stacy deixa o mundo dos quadrinhos para viver no mundo da memória de Peter Benjamim Parker. Durante sua estadia nas histórias do Espetacular Homem-Aranha formou um par perfeito com o Herói.

Ela jamais se incomodou com a questão de Peter estar sempre atrasado para todos os encontros; sempre quebrado. Em cada desculpa sem sentido que o adolescente lhe dava apenas sorria, porque nada era mais importante para ela que o amor que recebia. Havia o fato de seu pai admirar muito aquele rapaz tímido e quando descobre sua

¹ BATMAN. *Ninja*. 85 min., 2018.

identidade secreta manteve-se discreto, nunca revelando à sua filha e nem se opondo ao relacionamento dos dois.

Peter jamais teve condições de compreender o amor de Gwen por ele; mas, fora o respeito do Capitão Stacy quem garantiu este sentimento até o fim. Quando ela morre, todos os amigos ficaram em silêncio e não se dirigiram a Parker para consolá-lo; talvez porque perceberam que ele estava a expressar um tipo muito estranho de dor, uma expressão de sentimento profundo misturada com culpa; mas, ninguém sabia como explicar o que estavam vendo nos olhos do jovem. Era estranho que houvesse um sentimento de vingança se o causador da fatalidade era um vilão super poderoso que ninguém conhecia a identidade. Para todos, a pergunta era: o que Parker poderia ter feito para salvar sua namorada?

Mary Jane foi a única que se dirigiu até a casa dos Parker para oferecer conforto a Peter e, termina por ser enxotada de lá, não porque a dor que ele sentisse naquele momento fosse pesada demais; era a imagem que a ruiva revelou de si durante todo o tempo que levou-o a crer que estivesse fingindo qualquer pesar pela morte da amiga. Peter a via como alguém, completamente, alienada da existência alheia.

Havia algo mais profundo na dor que consumia o Herói, era o seu ego dilacerado. Antes, já havia falhado com seu tio Ben Parker; no entanto, era uma questão de causa e consequência, uma fatalidade com a qual não poderia arcar, de maneira direta, com o ocorrido. Desta vez, era muito diferente, não se tratava de ter falhado em salvar o amor de sua vida; a mão que provocara a morte de Gwen, diretamente, era a sua; enfim, ele compreendeu que não era o herói que ele mesmo acreditava ser.

Não havia como Peter receber a Ruiva em sua casa; como explicar a ela que fora ele quem provocara sua morte, sem revelar-lhe outro segredo absurdo. Estava em uma encruzilhada e sem nenhuma condição de escolher qual caminho seguir. Escolhe um terceiro, o da vingança crua e brutal contra Norman e termina desolado, mais uma vez, porque ao atingir seu objetivo, não alcançou o estado de felicidade que esperava. Teria que conviver em silêncio com a culpa e com sua própria consciência a puni-lo.

Parker, quando persegue e provoca a morte do assassino de seu Tio Ben sentiu uma satisfação e uma elevação de espírito que tornou-se incompreensível para si e jamais se preocupou em analisar este sentimento. Em seu íntimo, mantinha a crença de que, ao caçar e matar o Duende Verde, vingando a Gwen, faria com que experimentasse a mesma sensação. Acontece que são duas situações distintas; sentimentos de culpa provocados

por condições muito diversas, em que na primeira, estava a punir o verdadeiro culpado pelo mal; na segunda, estava tentando transferir uma responsabilidade para outro alguém, por causa de um orgulho destroçado. Percebeu, a tempo, que não era Peter Parker quem estava ferido em seu ego; era a besta que vivia em seu íntimo, circulando em suas veias através de seu DNA.

Quando, muitos anos mais tarde, em suas lembranças sobre Gwen, Peter diz que ela desejaria que ele seguisse em frente e retomasse sua vida, há aí dois pontos muito fortes, a destacar: o primeiro é que a Loirinha o amava, de maneira muito sincera e, iria querer sempre o melhor para ele. O segundo é que ela morreu sem saber que ele era o Homem-Aranha. Pode-se deduzir que a Jovem morreu agradecida por aquele Herói desconhecido a estar tentando salvar. Esta questão, em particular, muda toda a configuração epistemológica e também empírica com a qual se pode contar para interpretar a morte de Gwendolyne Maxime Stacy e todo o arcabouço de sentimentos que a envolvem, de maneira direta e indireta.

GWENDOLYNE MAXIME STACY

Gwen Stacy como ficou conhecida por todos os fãs da Loirinha encantadora, que surgiu para fazer par com o Amigão da Vizinhança nas histórias em quadrinhos editadas pela Marvel Comics, teve uma passagem rápida, porém, épica e lendária pelo mundo dos quadrinhos. Seu surgimento se deu, porque a Ruiva deslumbrante Mary Jane Watson era o mais completo oposto do tímido e pacato Peter Parker, um ideal que contrastava com sua personalidade retraída.

Desde o início, o interesse dos roteiristas era unir Peter Parker e Mary Jane, criando um casal perfeito nos moldes dos quadrinhos, que eram fundamentados nos preceitos psicanalíticos freudianos e, também, na sabedoria convencional de que os opostos se atraem. Por inúmeras vezes, a ruivona que era capaz de parar o sinal fora até a casa de May Parker procurando por seu sobrinho e, como sempre, ele não estava, imerso em seu trabalho de super-herói.

Peter enxergava Mary Jane como uma garota ativa e, paradoxalmente, vazia, sempre presa em seu próprio mundo e fazendo com que todos à sua volta a vissem como a única estrela no céu. Lógico que este modo particular de a representar era produto de seu pensamento dominado pelo medo e retraído diante da vida. Desde a morte dos pais,

que nunca fora revelada a causa e a sequente acusação de traição que Peter se retirara, meio que *a fortiori*, para um mundo secreto, escondendo sentimentos ambíguos com relação aos pais, em que sentia que estes o abandonaram e, mais tarde, seu Tio Ben também morre, o que o faz afundar, ainda mais, neste universo incompreendido de seu pensamento, sempre dividido entre a culpa e o ódio em relação àqueles que amava.

Gwen era tida como a garota mais bonita da Faculdade. Fora por causa da mudança de Parker para dividir o apartamento com Harry Osborn, filho de Norman Osborn, o engenheiro genético mais brilhante que o mundo conhecia e que, sua genialidade no mundo das ciências somente era superada por sua ausência total de ética. Ao fazer parte do grupo seletivo de amigos de Harry, Peter acaba conhecendo a Loira e ela acaba se sentindo atraída pelo rapaz, o que vem a culminar em um romance adolescente marcado, de um lado, pela completa falta de compromisso de Parker com sua namorada, sempre atrasado para os encontros; sempre pedindo desculpas e cada vez mais se sentindo culpado por Gwen estar sempre com um sorriso no rosto e nem um pouco nervosa com ele.

Gwendolyne Stacy era filha do respeitado Capitão de Polícia de Nova York, George Stacy. Ela era órfã de mãe e contando com uma tia; ninguém mais além de seu pai, que cuidava de vigiá-la com muito cuidado e, ficara bastante feliz por sua filha ter se apaixonado por um rapaz, mesmo que este fosse o complicado Super-Herói adolescente vestido de aranha e que conseguira uma gama respeitável de inimigos, cada qual mais poderoso que o outro.

De uma maneira estranha e incompreensível, ela amava Peter e, talvez isto tenha feito com que seu pai a mantivesse ignorando o grande segredo de seu namorado. Os sumiços do rapaz, o surgimento do Campeão Escarlate, a postura de Parker quando ninguém o estava observando... O Capitão Stacy sabia muito bem que um dia, a sua vida dupla terminaria colocando sua filha em risco iminente; mas, por hora valia o prazer de ver sua encantadora Gwen sorrindo novamente; expressando uma felicidade autêntica; coisa que não via nela desde a perda precoce da mãe e que, dado o silêncio do Capitão, em relação ao consorte de sua filha, pode-se deduzir que, de alguma forma, carregava uma imensa culpa pelo ocorrido.

A grande pergunta é, o que ela havia visto em Peter, que a atraía ao ponto de apaixonar-se por ele? Talvez nada e, esta simplicidade toda fora a marca indelével em ambos os personagens durante o tempo em que viveram o romance. A perda da mãe pode

ter sido um golpe duro demais para ela suportar em silêncio. Mesmo que jamais tenha tocado no assunto, é exatamente este fato o que marca a dimensão do sofrimento e, por vezes, não pode ser assim interpretado, devendo ser visto como um *pathos*, um sentimento profundo, confuso e dúbio em relação à situação e em direção ao objeto de amor que se transmuta em *objeto de amor e ódio*, por causa desta incerteza pueril sobre as causas da morte.

Gwen sentia necessidade de um amor verdadeiro e, Parker, mesmo sendo um colegial, aparentemente irresponsável aos olhos de todos, sempre chegando atrasado aos compromissos; para ela, aquilo não fazia diferença; afinal, seu pai era um espelho no qual se via e, sendo um homem sério, o seu trabalho o estava sempre fazendo com que estivesse fora e não cumprindo todas as suas promessas como desejava. Em seu pensamento, Peter exercia alguma atividade secreta que o ocupava a maior parte do seu tempo livre. Estava, completamente, certa!

Mas, Gwen era uma adolescente e adorava pensar que seu namorado estava caçando ou perseguindo homens maus, porque a única figura masculina que tinha como modelo era o pai, uma Capitão da Polícia de Nova York e que levava muito a sério seu trabalho. Se soubesse que estava certa, mais uma vez..., o que sentiria? Muito possivelmente, não abandonaria seu amor por causa disto e fora isto, esta certeza sobre os sentimentos da filha que fizera George Stacy manter segredo sobre a vida dupla de Parker. Conhecia bem a filha que criara sozinho desde a perda da esposa. Aquele rosto dócil e meigo escondia uma força incrível, tão intensa que, mesmo depois de morta ainda não perdeu sua beleza e encanto.

Gwen e Parker eram iguais: duas crianças que estavam perdidas em um mundo que girava em torno delas sem que compreendessem o porquê de tudo o que as afetava. Peter tinha apenas a sua Tia May como família e, a Loirinha Encantadora tinha somente ao seu pai. Havia uma Tia; mas, era apenas uma afirmação; jamais fora vista. A morte do pai a lança em uma espiral que terminaria em casamento com o Aracnídeo.

Isto pode soar um pouco pedante na atualidade; mas, era a década de 1970 e as mulheres não se envergonhavam de procurar um ombro forte para sentirem-se acolhidas. Gwen era este tipo, estudante qualificada e que não se sentia fora do padrão por desejar o conforto de um lar, ao lado de quem amava. Talvez, para Parker, o medo de assumir um relacionamento sério fosse a sua condição de pobretão, esta que o fazia sentir-se, ainda, mais deprimido.

Tamanha era a força da Loira que veio a ser a namorada do protagonista, um dos pares românticos mais encantadores que os quadrinhos já produziram. Já meio século após sua morte, continua a encantar os fãs do Aranha, tão logo ficam sabendo de sua existência. A disputa entre ela e Mary Jane pelo coração do Cabeça de Teia foi feroz e, sempre com desculpas esfarrapadas, Peter fugia de ambas até que não conseguiu mais e se vê envolvido.

Gwen se transformou em uma espécie de porto seguro na tumultuada vida do herói, antes tão solitário e sempre atormentado. A simples presença dela representava um bálsamo e um consolo nos momentos de aflição, sem esquecer que ela sempre o defendia, como quando esbofeteou um colega da faculdade que chamou Peter de covarde. Era um pouco estranha e paradoxal a situação de Parker, porque sumia e, logo em seguida, o Herói Escarlate falatrão aparecia, salvando o dia de algum vilão maluco que fazia questão de estragar o bem-estar de todos. Mas, no dia seguinte, fotos encantadoras e muito reais do Homem-Aranha em combate apareciam no jornal *O Clarim Diário*, assinadas por Peter Benjamim Parker, o que afastava qualquer dúvida sobre aquele idiota ser o Maior Herói de Nova York, o Amigão da Vizinhança.

Assim como Peter, Gwen Stacy também demonstrava uma grande evolução como personagem, passando longe da menina mimada e arrogante das suas primeiras aparições, fosse deixando claro a Flash Thompson que jamais trairia Peter ou dizendo a Tia May, de maneira até rude, que seu sobrinho já tinha crescido e se tornado um homem. Ela precisava afirmar isto para justificar a intenção do casamento com o Herói.

Um detalhe que levava a isto é que, o público do Homem-Aranha, também amadurecia, envelhecia mesmo e, de igual forma, precisava de histórias mais contundentes, como o próprio evoluir da história humana. Neste sentido, ao retirar de Parker um grande amor e de uma maneira violenta tal que deixasse uma sequela insuperável em seu pensamento e história de vida, representou a maior jogada que já se poderia executar em uma trama. Tal movimento permitiu que o personagem se mantivesse infantilizado por anos, sem que a opinião pública reclamasse de tal situação.

POR QUE GWEN NÃO VOLTOU À VIDA NOS QUADRINHOS?

No mundo da literatura, em especial, aquela foi sendo construída, de maneira silenciosa, após o surgimento da Psicanálise, os coadjuvantes dos heróis são sombras

imperfeitas destes, fazendo esclarecer, com tal afirmação que, representam as imperfeições dos protagonistas e que, como tal, necessitam ser superadas, ou seja, o personagem principal, o escolhido, precisa amadurecer, deixar suas amarras infantis, ser polido de tal forma que possa se tornar adulto, perfeito.

Muitos séculos antes de Freud, o aedo Homero (928-898 a.n.e.) criou este formato de purificação do herói, em seu épico *Odisseia*, em que Ulisses fica perdido em alto-mar por vinte anos, perdendo cada um de seus marinheiros. A cada um deles que sucumbia significava que um sentimento negativo fora suprimido em prol de um renascimento e crescimento de si, como homem.

Nas histórias em quadrinhos isto é muito explorado, em que os companheiros do Herói, cada qual com um vício que seu mestre abomina, mas suporta, vão sendo perdidos e, muito mais claramente são os vilões em que expressam, de maneira aberta e evidente, tudo aquilo que a sociedade renega. A vitória do Campeão sobre eles é uma expressão do conflito interno deste; até que chega o ponto em que o inimigo é morto, demonstrando que o mal [*em si mesmo*] fora superado.

Desta forma, toda morte no universo dos quadrinhos é simbólica. Isto porque, o vilão ou herói morto pode voltar à vida a qualquer instante, pelo simples fato de que representam não indivíduos vivos; mas, sentimentos e, existe uma lei na Física e na Psicologia que se aplica, *ipsis literis*, à existência humana, que é a de que um objeto quando passa a existir, jamais deixa de existir, situação apresentada e comprovada por Freud quando tratou do inconsciente e suas ações. Nenhum sentimento, seja ele bom ou ruim, pode ser destruído, nem transformado; pode, no máximo, ser sublimado, ou mantido em segredo até que encontre a oportunidade ideal para se revelar, mais uma vez.

Bruno Bettelheim (1903-1990) foi pioneiro na análise deste campo e, em seu clássico *A Psicanálise dos Contos de Fadas*, realiza uma interpretação magistral do tema, apresentado detalhes de obras clássicas e como todo este enredo é construído, levando o leitor a ter uma relação profunda com o assunto em si, interpretando-o via inconsciente. Marie-Louise Von Franz (1915-1998) também segue a linha de Bettelheim e esclarece outros pontos, ampliando a compreensão sobre a relação entre o Herói e o Vilão, que se trata de uma relação conflituosa consigo mesmo; ou seja, ambos são representados por um único ser. No Brasil, Diana Corso e Mário Corso realizam um trabalho analítico das obras clássicas, em especial dos contos de fadas, de forma a ampliar o universo semântico sobre estas criaturas e como os editores e autores constroem as tramas. Sérgio Rodrigues

de Souza é outro autor e pesquisador que se dedica, de modo exclusivo aos super-heróis, com várias obras já publicadas, destacando, entre elas, o clássico *A Liga da Justiça no Divã*, *As Faces Escondidas de Kal L* e mais duas obras sobre o Homem-Aranha.²

A morte de Gwen Stacy nos quadrinhos vai na contramão de tudo o que foi abordado e exposto acima. Geralmente, um participante da vida do herói morre para que ele supere sua infantilidade e renasça mais forte, mais másculo, mais maduro intelectualmente e ultrapasse os sentimentos de depressão e angústia. Com Peter, foi exatamente o contrário, sua perda teve o interesse de mantê-lo preso a uma condição de ódio infantilóide, mergulhando-o mais fundo em uma melancolia que atravessou todo o universo dos quadrinhos, colocando todos os super-heróis sob suspeita, de aí por diante.

Outra situação marcante é a de que as mortes, no mundo dos quadrinhos, são sempre de caráter simbólico, i.e., a condição em que o personagem morre deixa em aberto uma dúvida permanente sobre o ocorrido. Se acontece uma explosão, ou se afoga, não se vê o corpo; se é acertado por tiros ou elementos perfurantes, estes não acertam os órgãos vitais. Tudo é planejado para que possa parecer o mais real possível o renascimento do personagem em histórias futuras. No máximo, este passa um tempo desaparecido das histórias até que se construa um ambiente favorável ao seu ressurgimento, onde ele narra o que, de fato, ocorreu no momento fatídico e como escapou de uma morte definitiva.

Sir Arthur Conan Doyle (1859-1930) enfrentou um problema grave para matar o seu grande Herói Sherlock Holmes. O fez uma vez e, dado a grande pressão por parte do público, teve que ressuscitá-lo em novo arco de histórias. Quando decide por fim, de maneira definitiva, ao seu Detetive, teve que suportar a ira dos seus fãs que, na verdade, e para angústia sua, descobriu que eram fãs de sua criação.

Existe um vínculo afetivo que se cria entre o personagem e os leitores que é como se o primeiro fosse real, alguém com quem se constrói laços e uma relação profunda de amizade e carinho. Este, o principal motivo porque as mortes, em histórias em quadrinhos e na literatura, em geral, serem simbólicas. É uma forma de respeito aos sentimentos dos leitores e, um caminho para que a expectativa de retorno do Campeão ou do Vilão às histórias permaneça ativa. Como um personagem literário não é alguém com quem se conviva, diretamente, é impossível sentir sua falta; o que se sente é saudade, uma nostalgia de poder vê-lo espelhar coragem e determinação na luta contra o mal; isto

² Estas obras e muitas outras do autor referido podem ser encontradas na Editora PerSe: www.perse.com.br.

quando se está abordando os Super-Heróis. Quando se faz referência aos vilões, geralmente, são engraçados, determinados em seus planos mais mirabolantes e, igual aos leitores, eles amam o Herói, o admiram e o respeitam; outro motivo porque terminam sendo amados pelo público, gerando legião de fãs, sem que isto diga nada sobre o caráter de quem os admira.

De uma maneira não explicada, até o momento, pelos editores do Espetacular Homem-Aranha, a morte de Gwen não aconteceu de maneira simbólica. Foi bem real e de uma causa que é impossível haver qualquer reparo. Para concretizar a morte, dois agentes da Polícia de Nova York confirmaram a morte da Jovem, além de outros personagens obscuros que declararam ouvir o estalo do pescoço sendo quebrado com o impacto da parada provocada pela teia do Aranha. Gwen Stacy morreu, definitivamente!

A história em quadrinhos apresenta um efeito sonoro de *estalo* ao lado da cabeça de Gwen Stacy no painel em que a teia do Homem-Aranha a pega. Em *The Amazing Spider-Man # 125* (publicada em outubro de 1973), o editor da *Marvel Comics* Roy Thomas escreveu na coluna de cartas que “nos entristece ter que dizer que o efeito chicote que ela sofreu quando a teia de Spider a parou tão repentinamente foi, de fato, o que a matou. Resumindo, era impossível para Peter salvá-la. Ele não poderia ter caído a tempo; a ação que ele tomou resultou na morte dela; se ele não tivesse feito nada, ela certamente teria perecido. Não havia saída.”

Na tentativa de justificar [*e não de explicar a morte da namorada de Parker*], Gerry Conway argumentou que Gwen e Peter formavam um *casal perfeito*; mas, levando esse relacionamento ao extremo, o próximo nível (casamento ou pelo menos Peter revelando sua identidade secreta para ela) iria *trair tudo o que o Homem-Aranha era*, ou seja, tragédia pessoal e angústia como raiz da vida de Peter como Homem-Aranha. Matar Gwen Stacy foi uma oportunidade perfeita para matar dois coelhos com uma cajadada só: romper o relacionamento [*visto como*] *inadequado* e reforçar o elemento de tragédia pessoal que era, em sua opinião, a essência do Homem-Aranha (DUEBEN, 2015).

Antes de mais nada, há que procurar interpretar, de forma hermenêutica, o sentido semântico particular para a expressão *relacionamento inadequado* para os dois personagens. Faz sentido se chegar a uma compreensão de que o autor tenha desejado dizer *relacionamento perfeito* e, como se dissesse isto, não teria como explicar o fim abrupto e selvagem de algo que despertava inveja, por sua elegância apolínea. Em nenhum momento, ao manter escondido a sua identidade de Super-Herói, de sua amada, poderia

ser considerado como um ato de traição, porque haveria sempre a justificativa usada por outro grande ícone, o Batman, de que a ocultação desta verdade tem como objetivo, a manutenção da segurança daqueles que se ama. Ele diz isto, especialmente, em relação ao uso de máscara para ocultar o rosto e, conseqüentemente, a identidade pessoal.

Segundo que, Peter Parker e Homem-Aranha eram dois personagens antagônicos e distintos quanto ao que sentiam. Uma vez posto a sua máscara e seu uniforme, o animal primitivo em seu DNA assumia, por completo, o controle e tudo se tornava fantasia. O tímido e quieto colegial se transformava em um falastrão inveterado, piadista e cheio de orgulho. A solidão foi o único inimigo que nem Peter e nem o Amigão da Vizinhança conseguiram superar. Quando só, todos os pensamentos de angústia e melancolia o tomavam e isto, porque seu corpo dividia espaço com uma aranha, um ser que se encanta com a caçada e com a brincadeira que tece com sua vítima, enquanto esta luta, de maneira desesperada, para tentar se salvar da morte certa. É o mesmo que ele faz com seus adversários, irritando-os até o ponto de entrarem em colapso e perderem a luta, pelo nervosismo; não, necessariamente, por serem mais fracos que o oponente.

Na tentativa de responder ao questionamento que abre este tópico: por que Gwen não voltou à vida nos quadrinhos?, apresenta-se, como resposta objetiva, o fato de que a sua morte não foi simbólica; foi real e marcada por testemunhas juramentadas por intermédio do Estado. Havia um claro interesse de que ela jamais voltasse a fazer parte do universo do Aranha e suas histórias. Segundo que, a ciência ainda não descobriu uma cura para pescoço quebrado. Mesmo que haja próteses e outras coisas mirabolantes, este é um tipo de morte que se caracteriza como *fato consumado*.

O IMPACTO DA MORTE DE GWEN STACY NO MUNDO DOS QUADRINHOS

Muitos pesquisadores americanos consideram o arco de histórias do Homem-Aranha, em que termina com a Morte de Gwen, como o final da *Era de Prata* e o início da chamada *Era de Bronze*. Esta era compreenderia as publicações lançadas entre a década de 1970 e o início da década de 1980, estendendo-se até aproximadamente o ano de 1985, em que se tem a liberdade de inserir um maior impacto de realidade aos eventos que marcam a vida dos heróis e as pessoas que estavam à sua volta.

Segundo Blumberg (2003, s.p.),

[A morte de Gwen Stacy] é o evento que muitos citam como o mais tocante e mais memorável na memória coletiva dos fãs. A história, segue defendendo, representaria o ápice de um ideal que vários profissionais vinham defendendo naquele período de transição: abordar temas mais maduros, ainda que estes estivessem sendo *filtrados* pela *lente simplista dos super-heróis*. A morte de Stacy representaria o fim da inocência dos leitores e das histórias mais leves que haviam marcado o período. [Os grifos estão no original].

Um fato interessante é que, por mais criativo que um autor/roteirista possa ser, sua inteligência e, como consequência, sua capacidade de criação estão sujeitadas aos avanços e descobertas científicas de seu tempo. Mesmo que a literatura ponha à inteira disposição dos produtores a *licença poética*³, esta encontra-se limitada pelas descobertas e comprovações contemporâneas ao que se pretende escrever e apresentar ao público. Lógico que, dotado de uma liberdade infinita (sic) para criar, os autores fantasiam muitas situações que, na vida real mostrar-se-iam impossíveis de ocorrer. Há que destacar que, sem imaginação e sem a liberdade para expressar aquilo que domina e se produz no mundo do fantástico, nenhuma história demonstraria brilho o suficiente para despertar o *pathos*⁴ no leitor.

Mesmo que fosse de forma silenciosa e, de difícil explicação, as regras da Física sempre foram respeitadas pelos autores [*mesmo pelos mais criativos*] e, isto de uma forma muito subjetiva, inconsciente mesmo, até porque a palavra Física é uma transliteração de *Physis*⁵, do grego para o latim; assim, quando se diz que respeitam a Física, não se está

³ Liberdade concedida a um artista, não necessariamente um poeta, para se expressar criativamente, sem obediência rígida a um cânone, a uma gramática, a um código ou a um modelo convencional de escrita. Ao sabor deste tipo de liberdade, é possível encontrar os mais diversos desvios à norma poética, desde rimas falsas a versos de métrica irregular, desde temas obscenos em épocas de contenção moral a mistura de várias formas de expressão literária na mesma composição. Dada a dificuldade natural em respeitar todas as regras escolares, que obrigavam o poeta a conter a sua imaginação criativa a formas programadas e controladas por códigos complexos de poética e retórica, a licença poética serviu muitas vezes para esconder a impossibilidade de tais regras serem infalíveis e totalmente reguladoras da poesia. A partir do momento em que o modernismo inaugura praticamente o fim das artes poéticas e dos códigos de retórica, para que a poesia se pudesse expressar com total liberdade formal, torna-se difícil falar de licença poética, a não ser quando se utiliza uma fórmula clássica, o soneto, por exemplo, sem obedecer às suas regras canônicas. Hoje aceita-se que nenhuma forma de expressão literária pode estar sujeita a regras castradoras da sua concretização artística. (PERLOFF, Marjorie. *Poetic License: Essays on Modernist and Postmodernist Lyric*, 1990).

⁴ O vocábulo *pathos* vem do grego *phatos* (πάθος), com o significado de sentimento profundo e, a partir do século II d.C., passou a ter sentido de sofrimento. Dele originou-se o termo patético, empregado, nos dias atuais, em sentido mais pejorativo do que positivo, sinalizando para algo excessivamente afetado, como o melodrama.

⁵ *Physis* significa vigor dominante (vigente) daquilo que brota e permanece, num constante brotar e permanecer e pode ser experienciado em toda parte, mas não se confunde com os fenômenos que hoje chamamos de naturais e reunimos na expressão natureza. *Physis* não deve ser tomada como um fenômeno qualquer, mas como o ser em virtude do qual o ente se torna o que é e permanece sendo, enquanto durar seu vir-a-ser (devir), fazendo-se observável como tal. Como afirma Martin Heidegger (1889-1976) ao ser

falando, semanticamente, da ciência ou da disciplina escolar; está-se remetendo à Natureza bruta e selvagem, com suas leis que não podem ser mudadas pela simples interpelação humana ou o capricho de algum escritor ou poeta.

H. G. Wells (1866-1946) foi um escritor, notadamente, criativo. A tal ponto que seu personagem cria uma máquina que o permite viajar pelo tempo, possibilitando que volte ao passado e tente salvar sua noiva da morte. Falha todas as vezes em que se imbrica na aventura. Wells sabia [ou descobriu, após os experimentos fracassados de seu herói] que, é possível a um humano impedir que alguém nasça; no entanto, é impossível impedir que alguém morra.

A morte de Gwen Stacy permite que a tragédia seja inserida nas histórias em quadrinhos e, da mesma forma que, o simbolismo e as estratégias editoriais utilizadas para dar brilho e realce ao trabalho passem a dividir espaço com o fatídico, com aquilo que não pode ser alterado, porque regido por uma força muito mais poderosa, insuperável até. Com isto, o fundo silencioso das histórias se torna mais científico, *mais humano*, o que alguns críticos vão interpretar como *mais sombrios*.

Não foi a forma como Gwen morre, com o pescoço quebrado, por uma trapalhada de Peter, que chocou aos fãs e os deixaram raivosos e alguns ater enviando cartas com ameaças de morte à redação da Marvel. Foi, simplesmente, a morte dela que gera esta onda de ódio. A sua presença tornava as histórias mais encantadoras, produzia um ar de leveza na conjuntura total da peça. Sem ela, restaria um vazio que jamais poderia ser preenchido.

O próprio Peter segue sua vida, não lamentando seu erro..., até porque o que fez era o máximo que poderia ter feito, na tentativa de salvar a vida da mulher que amava. Era o fato de ter perdido mais alguém e assim fica sem compreender o porquê de as tragédias e as perdas viverem a persegui-lo. Para todo ser humano, as perdas são interpretadas, em nível inconsciente, como abandono! Em algum lugar de seu pensamento, se perguntava por que Gwen o havia abandonado..., questão que pode parecer ridícula; mas, isto é algo humano, demasiado humano! E, o Homem-Aranha é o mais humano dos Super-Heróis dos quadrinhos!

traduzida pelos latinos por *natureza*, distorceu-se seu conteúdo originário e destruiu-se sua força evocativa” (IBAIXE JÚNIOR, João. *Os pré-socráticos e a physis*).

Jason Sacks e Keith Dallas, em um ensaio, publicado, em 2019, tentaram, mais uma vez, sem muita perspectiva de que consiga convencer ao público, a justificar a decisão de matar a maravilhosa Gwen nos quadrinhos. Para eles,

O relacionamento entre Peter e Gwen passou por muitos altos e baixos inconsequentes e, a menos que os dois se casassem, não havia outro lugar para levá-lo. Mas, o casamento também parecia errado. Peter simplesmente não estava pronto. [*Não naquele momento, em específico*]. Então, Gerry, Roy e Stan debateram a questão... Todos chegaram à mesma conclusão inescapável. A morte de Gwen estava simplesmente destinada a acontecer. Os eventos se moldaram de tal forma que sua única solução lógica foi a tragédia. Então não culpe Gerry. Não culpe Stan. Não culpe ninguém. Apenas o inescrutável e inexorável funcionamento das circunstâncias é culpado desta vez (SACKS e DALLAS, 2019, p. 37).

A morte de Gwen Stacy chocou toda a comunidade americana de quadrinhos. Antes deste acontecimento épico, era impensável matar um personagem tão importante - a namorada de um protagonista com uma grande base de fãs. Geralmente, um super-herói não falha, de forma tão desastrosa, a menos que faça parte de sua história de origem. Este arco de história foi proposto como um marcador do início do fim da Era de Prata dos Quadrinhos e o início da Idade do Bronze, trazendo histórias mais sombrias e um sentimento estranho, que viria a ser interpretado, já no Século XXI, como a responsabilidade social aplicada aos Super-Heróis. A tendência subsequente das esposas e namoradas dos super-heróis masculinos de encontrar destinos sombrios foi chamada de *Síndrome de Gwen Stacy* pelo Guia do Comprador de Quadrinhos.

Stan Lee (1922-2018) jamais se perdoou da culpa por ter deixado que os roteiristas matassem a estrela do show do Amigão da Vizinhança. Em uma entrevista, em 2016, ao ser questionado sobre o episódio, foi bem direto: "*Não tenho nada a ver com isto!*" Havia outras formas de aprofundar a angústia na vida de Parker, criando conflitos *diffceis* de serem superados. Para ele, já havia a questão da perda do seu Tio Ben, que fora outra tragédia real, fatídica e não simbólica [*se bem que poderia transformar-se em uma morte simbólica nas mãos de cirurgiões hábeis*]; mas, não foi e a culpa tomou conta do rapaz, levando-o a se tornar um Super-Herói.

De uma forma mágica, Ben Parker abriu o primeiro trilho para que a responsabilidade social fosse inserida nas histórias em quadrinhos dos Super-Heróis. A sua frase icônica *com grandes poderes vêm grandes responsabilidades* pode ser interpretado e compreendido como um prelúdio. Na incapacidade de Peter em interpretar esta mensagem oracular de seu Tio, é tomado pela angústia e pela melancolia até chegar

ao ponto de que, sem a intervenção de seu criador, Norman Osborn e de sua Tia May Parker, já deixaria deixado o manto há muito tempo.

CONCLUSÃO

Homem-Aranha é um super-herói criado em meio aos conflitos internos americanos gerados pela famigerada e desastrosa Guerra do Vietnã (1955-1975), em que um grande movimento dentro do País norteamericano já insurgia contra a manutenção da guerra e, em meio a isto tudo, como os resultados negativos em combate e os soldados jovens, mutilados e insanos, que retornavam para casa faziam uma onda de depressão e incertezas tomar conta dos adolescentes e jovens americanos.

Peter Parker era a representação mais perfeita deste estado de espírito da população americana naquele momento; incerto e inseguro quanto ao futuro e, mais incerto e inseguro ainda quanto ao presente. Colocar em sua vida uma figura tão delicada e meiga como Gwen Stacy foi a decisão mais acertada dos roteiristas e editores, que lhe serviu como um verdadeiro oásis em meio ao deserto que o consumia feito um buraco negro.

O modo de ser, calmo e sereno, de Gwen não permitia que fosse colocada em situações de desespero como fizeram com Mary Jane, mais ativa, mais envolvida na vida como ação representativa, até porque era modelo e figurante em peças de teatro. Estava acostumada a representar bem diante do público; logo, conseguia comover mais durante as situações de risco em que se via envolvida.

Mesmo que os roteiristas tivessem planos mais ousados para Peter em que Gwen não cabia neles, a morte fatídica [*e não simbólica*] da Loira representa um ato desmedido contra um personagem tão importante na história dos quadrinhos. A história é clássica e, apesar de todas as críticas que se possa endossar sobre ela, foi muito bem construída e apresenta um grau de perfeição no enredo que lembra bem uma peça trágica grega.

Acerca da crítica à edição brasileira, em que o título já apresenta a conclusão da peça, basta saber que Eurípides (480-406 a.n.e.) foi quem introduziu o prólogo⁶ no teatro grego, em que antes de iniciar a apresentação da peça fazia um resumo dos principais

⁶ *Prólogo* é um texto ou uma advertência, geralmente breve que antecede uma obra escrita e que tem por objetivo apresentá-la ao leitor. Do grego *prólogos* que significa *escrito preliminar*. Prólogo representava originalmente a parte inicial de um drama grego, em que uma só personagem representava, antes da peça propriamente dita.

acontecimentos e, ainda assim, mantinha-se toda a expectativa com a mesma, porque o interesse estava concentrado no desenrolar dos fatos, na trama como um todo.

Quanto ao detalhe sobre a morte de Gwen, boa parte dos fãs da Loirinha ou do Amigão da Vizinhança não perdoou os roteiristas pelo que fizeram, não a Gwen Stacy ou a Parker, mas ao que fizeram a eles. Ela merece o lugar de honra que ostenta na memória dos fãs e, pode-se aventar a dizer que pelos próximos cinquenta anos, diversos outros trabalhos tendem a surgir, realçando sua memória e seu brilho encantador que, por anos, guiou o Homem-Aranha pelo caminho obscuro de ser um Super-Herói adolescente, com uma carga de inimigos de fazer inveja em qualquer outro do gênero, já consolidado no Mundo dos Quadrinhos.

Toda a saudade que os seus fãs demonstram é representação de um desejo inconsciente de uma expectativa de que, um dia, ela volte a brilhar nas histórias do Aracnídeo. Como bem já foi explicitado neste ensaio, isto pode demorar muito tempo, porque a sua despedida dos quadrinhos foi fatídica e não simbólica.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, Christopher L. *Homem-Aranha - Entre Trovões*. Barueri: Novo Século Editora, 2014.
- BLUMBERG, Arnold T. The Night Gwen Stacy Died: The End of Innocence and the Birth of the Bronze Age. *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture*, 2003.
- DUEBEN, Alex. John Romita Sr. Reflects on His Spider-Man Legacy, Gwen Stacy's Death and Stan Lee. *CBR.com*. 2015. Retrieved 01/02/2023.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2002, Capítulo 1: AMOR, Eterno Amor.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2002, Capítulo 2: Vamos nos Apaixonar.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2002, Capítulo 3: Vale Tudo.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2002, Capítulo 4: Outono em Nova York.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2002, Capítulo 5: Sem Você.
- HOMEM-ARANHA. *Blue*. EUA: Marvel Comics, 2003, Capítulo 6: De Corpo e Alma.
- HOMEM-ARANHA. *A Morte de Gwen Stacy*. São Paulo: Marvel Comics, 1988. [Arco de histórias publicadas, originalmente, em 1973].

HOMEM-ARANHA. *A Morte de Gwen Stacy*. São Paulo: Marvel Comics, 1988. Capítulo 6: O Beijo.

SACKS, Jason; DALLAS, Keith. *American Comic Book Chronicles: The 1970s*. TwoMorrows Publishing, 2014.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. *Homem-Aranha: O Mais Perfeito Super-Herói*. São Paulo (SP): PerSe, 2018.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. *Homem-Aranha e a Morte de Gwen Stacy*. São Paulo: PerSe, 2018.

WELLS, H. G. *A máquina do tempo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983. [Obra publicada, originalmente, em 1895].

Capítulo 3
OS GRILHÕES DO RACISMO TEIMAM EM SUBJUGAR O POVO
NEGRO

Juliano Fabricio Antunes
Leila Aparecida de Ataides

OS GRILHÕES DO RACISMO TEIMAM EM SUBJUGAR O POVO NEGRO

Juliano Fabricio Antunes

Professor de história da Rede Municipal de Ijuí-RS. Mestrando pela UFSM;

antunes.juliano@gmail.com.

Leila Aparecida de Ataides

Professora de língua portuguesa da Rede Municipal de Ijuí-RS. Pós graduanda pela Unifei;

leila.ataides@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a contribuição da leitura literária para a compreensão da História. Para tanto, valeu-se do livro **O sol da liberdade**, da autora Giselda Laporta Nicolelis, cujo enredo apresenta a história de oito gerações de uma família de africanos, desde a perda de uma disputa na África em que o soberano da tribo e patriarca da família se suicida e seu filho, o príncipe, é enviado, como escravo, ao Brasil, até o ano de 1985, em que o leitor conhece a bisneta de um rei Momo. Enquanto, geração a geração, o narrador vai desnudando a alma de cada personagem, o leitor vai acompanhando a História do Brasil, pautada pela desigualdade, pela opressão e pelo racismo. Ressalta-se aqui o percurso do legislativo, desde a Lei do Ventre Livre até a Lei 10.639/03.

Palavras-chave: História. Racismo. Literatura. Resistência.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the contribution of literary reading for the understanding of history. The book *O sol da liberdade* by Giselda Laporta Nicolelis, whose plot presents the history of eight generations of an African family, since the loss of a dispute in Africa in which the sovereign of the tribe and patriarch of the family commits suicide and his son, the prince is sent as a slave to Brazil, until 1985, when the reader meets the great-granddaughter of King Momo. While, generation after generation, the narrator uncovers the soul of each character, the reader follows the history of Brazil, marked by inequality, oppression, and racism. We highlight here the course of the legislative process, from the Free Womb Law to Law 10639/03.

Keywords: History. Racism. Literature. Resistance.

INTRODUÇÃO

A leitura é, indiscutivelmente, essencial para que o ser humano entenda o mundo que o rodeia e interaja com ele. Dessa forma, contribuir de maneira significativa para que

os estudantes se tornem sujeitos leitores, é papel do professor. Acreditando nessa ideia, a obra literária de Giselda Laporta Nicoletis, **O sol da liberdade**, serviu de mote para um trabalho interdisciplinar nos oitavos anos do ensino fundamental do Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB).

A escolha dessa obra se deve ao fato de que a população negra é, via de regra, açoitada diariamente mesmo que o açoite tenha sido proibido com a abolição da escravidão. Atos de racismo se tornam manchetes nos mais variados meios de comunicação, em um país cuja característica principal é a miscigenação. E que melhor lugar, senão a escola, para discutir essa questão, que é de interesse da sociedade como um todo.

O Movimento Negro, ao longo dos anos tem visto resultados positivos em sua luta e um resultado significativo foi a implementação da lei 10.639/03, trazendo para o currículo escolar a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira. Com base nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo abordar a relação entre a obra literária **O sol da liberdade** e as questões étnico-raciais, principalmente, as identitárias.

Para tanto, a perspectiva teórica deste texto se fundamenta a partir das ideias de Carneiro (1993), Durans (2021) e Munanga (2015). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, de modo a analisar a obra literária em questão, cujo enredo relata a trajetória de um povo que teve inestimável contribuição para a formação da sociedade brasileira, o povo negro. Conseqüentemente, a narrativa, que traz uma visão mais sensível, desperta também no aluno a curiosidade pela história do Brasil. Acrescenta-se a isso o fato de que os alunos ao lerem uma obra literária, encontram um mundo repleto de novidades que muitas vezes divergem de sua cultura. E isso, faz com que eles usem sua subjetividade para compreender o enredo.

Durans (2021, p.88) declara que no campo das ciências, as diferenças raciais ganharam status no século XIX na Europa, chegando ao Brasil com atrasos, mas que foram acolhidas com entusiasmo pelos intelectuais da época. O racismo científico ou racialismo perduraram por mais de século, usando de argumentos para justificar a superioridade de alguns grupos humanos e povos. Estas teorias buscaram formas de cientificar a dominação econômica.

Já Carneiro (1993, p.17) afirma que o racismo envolve ideias e construção doutrinária, além de fatos e atitudes. Nesse entendimento pode-se observar traço fundante das teorias raciais a necessidade de comprovar a existência de uma raça

superior e outra inferior. Declara também que a gênese do racismo não é científica e as pessoas não nascem racistas, mas que este tem base nas relações econômico-sociais. Configura-se nas políticas como forma de justificar as desigualdades, escamoteando os verdadeiros interesses que são a exploração econômica e política.

1. A literatura e a luta por justiça social

A literatura tem a capacidade de pegar o leitor pela mão e conduzi-lo pelos caminhos da História. Nesse caso, a História remonta a 1825, época em que o tráfico de africanos escravizados estava em evidência. E o enredo de **O sol da liberdade**, de Giselda Laporta Nicolelis, apresenta um rei iorubá e seu filho, o herdeiro do trono, Ajahi. Pessoas que tiveram seu destino atravessado pelo europeu oportunista que via na guerra entre as tribos africanas uma forma lucrativa de ganhar a vida.

Começa, então, a maior luta da vida de Ajahi, a luta pela liberdade. Seu espírito inquebrantável se mantém firme diante das humilhações sofridas. Em sua mente a voz do pai, o rei ioruba Namonim, que havia transpassado o peito com a própria lança para morrer como um soberano, ecoa “- Um iorubá não se rende no campo de batalha...um iorubá nunca será escravo de ninguém...livre nasceu...livre morrerá...” (p.12)

Assim como o herdeiro de um trono distante, muitos outros africanos escravizados acreditam que é possível reconquistar a liberdade através da luta. Com base nessa crença, a História registrou a Revolta dos Malês. A própria autora, Giselda Laporta Nicolelis, traz para a narrativa alguns dos nomes dos líderes da Revolta dos Malês, como Licutan, Sule, Manuel Calafate, Sanim, de modo a ilustrar o embate diário enfrentado pelos africanos, que mesmo em maior número, se submetiam às humilhações da escravidão

...nagôs na maioria, negros altos e bonitos, chamados de malês porque todos são muçulmanos, falando e escrevendo em árabe e, às vezes - que ironia! -, muito mais letrados que seus próprios senhores. Não se misturam com os não-muçulmanos - foram convertidos pelos ussás, no Brasil - e são vistos inclusive com desconfiança pelos outros escravos. A religião islâmica não prevê escravidão entre seus seguidores. (NICOLELIS, 2004, p.17)

O sofrimento pelo qual passavam foi capaz de uni-los, muçulmanos e não-muçulmanos, em prol de um mesmo objetivo. Foi assim em 1835 e continua ainda hoje, com o Movimento Negro, que paulatinamente, vai despertando uma consciência coletiva na tentativa de fazer com que os excluídos deixem de ser massa de manobra. Mesmo que

a Revolta dos Malês tenha sido apenas mais um sonho utópico, cujos revoltosos, em sua grande maioria foram mortos ou castigados para servir de exemplo, deixou sua mensagem de que os escravizados não estavam satisfeitos com a forma como eram tratados e que sabiam se organizar e lutar contra a organização social da qual eram obrigados a fazer parte. Quanto a essa revolta, Durans destaca que a mesma

Foi um movimento político que se opôs ao governo, revelando um processo de luta de classes, ao mesmo tempo em que desmistifica a ideia de que não houve organização dos negros no país. Por outro lado, visa reafirmar a posição de que a questão do negro no país reside na luta contra a opressão racial articulada contra o capital, que combina antirracismo e luta de classes. (DURANS, 2021, p.177)

Entre os revoltosos mortos está Ajahí, o guerreiro iorubá. Mas essa história está longe do fim, pois sua mulher, Gangara, grávida de oito meses, foge para um quilombo, em busca de refúgio para dar à luz ao neto do rei Namonim.

É nesse clima de terror que lá, no quilombo do Urubu, nos arredores de Salvador, numa madrugada de neblina, nasce, um mês depois, o filho de Gangara e Ajahi...cuja cabeça continua espetada num poste por onde passam, cabisbaixos, os negros escravos ou libertos... O menino recebe o nome de Uesu. É neto de um rei iorubá, filho de um guerreiro que pagara com a vida seu sonho de liberdade... e nasce livre, enquanto os pássaros acordam, no meio da mata. (NICOLELIS, 2004, p.41)

Ao trazer o quilombo do Urubu para o enredo, mais uma vez Giselda Laporta Nicolelis coloca o leitor em contato com realidade, pois esse quilombo, de vasta extensão territorial, abrigou por longos anos aqueles que precisavam de proteção. Em relação a organização que se observou no quilombo, pode-se citar Durans para exemplificar a ideia de que

um grupo de indivíduos, quando toma consciência de si para si, mantém laços de coletividade; este é um aspecto da formação e da historicidade da classe social. O processo se realiza inicialmente quando é apenas objeto na estrutura social e vai evoluindo, adquirindo consciência, autoafirma-se, tornando-se independente, criando valores que se contrapõem aos dominantes e ao sistema que o oprime, refletindo interesses de sua coletividade, buscando formas de organização para a sua sobrevivência econômica, social e cultura. (DURANS, 2021, p.170-171)

Enquanto o leitor acompanha as aventuras e desventuras dos descendentes do rei iorubá, vai conhecendo os efeitos cruéis das leis brasileiras. E faz delas, sua própria leitura

na tentativa de compreender como o legislativo trabalhava em prol dos poucos que detinham o poderio econômico na época. Como a lei que determinava a perda da Carta de Alforria, caso o escravo liberto derramasse o seu antigo senhor. Mas, a ironia da mesma está no fato de que não eram necessárias provas da difamação, bastava a palavra do referido dono do escravo. Cabe ressaltar que essa situação alimentava a sede de justiça que embalava a Revolta dos Malês, pois além de voltar a ser escravo, os negros eram submetidos a castigos extremos, entre eles, o açoite em praça pública era o mais comum.

O tempo passou e com o intuito de controlar os africanos que continuavam escravizados no Brasil e, ao mesmo tempo, apaziguar os movimentos abolicionistas que ganhavam força, algumas leis foram criadas. Quanto a elas, Durans destaca que

Não foi por acaso que o processo abolicionista no país perdurou por mais de um século, passando por etapas até ser extinto oficialmente em 1888. Essas etapas vão desde as pressões internacionais: tratados contra o tráfico em acordo com a Inglaterra; fiscalização do território brasileiro por navios ingleses; acordo de proteção e asilo político da família real no Brasil; pacto não cumprido com a participação de escravizados na guerra do Paraguai em troca de alforria, além do lento processo de abolição que se deu pela legislação - Lei do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários e, por fim, a Lei Áurea, em 1888. (DURANS, 2021, p.73)

No livro, o tempo também passa. O ano é 1883, e Uesu é chamado de Roque, um nome cristão. Outra tentativa de mitigar o espírito revolucionário dos africanos, menosprezando suas crenças e religião. E Uesu, que havia nascido livre, no quilombo, aos vinte anos fora pego em uma pilhagem a um armazém e vendido como escravo. Vive escravizado, na fazenda de tabaca de um homem branco que ele salvara de uma mordida de cobra. Por esse motivo tem certos privilégios, mas continua escravo, aguardando a abolição para sair em busca de seu filho que nasceu após a promulgação da Lei do Ventre Livre e foi sequestrado por um contrabandista de escravos.

Com uma destreza criativa impressionante, a autora desvenda as entrelinhas das leis brasileiras.

- Em 1871 tivemos a Lei do Ventre Livre, a Lei Rio Branco. Todos os nascituros se transformaram em homens livres, e as crianças até 12 anos não podem ser separadas das mães, apesar de que até os 21 anos ainda permanecem sob a tutela do amo. Então, homens como o Alaor roubam crianças e as vendem como “filhos sem mãe”. Isso em contrabando [...]
- A Lei Rio Branco quis estimular a natalidade escrava. Então, a cada criança que chega aos 8 anos, o dono tem uma remuneração correspondente ao valor de um escravo adulto. Uma coisa excelente em termos de negócios. Então, as crianças que sobrevivem também são alvos

desses contrabandistas, inclusive porque são as mais fortes, claro. (NICOLELIS, 2004, p. 51-52)

A lei Saraiva Cotegipe ou Lei dos Sexagenários é outra jogada que privilegia os donos de escravos, já que o senhor que concedesse a Carta de Alforria ao escravo que completasse 60 anos receberia uma indenização. A justificativa se baseia no fato de que a pessoa estava perdendo sua mão de obra. Nem por um momento se considera o escravo como uma pessoa que foi explorada a vida toda e mereceria viver seus últimos anos gozando de um merecido descanso. Muito pelo contrário, mesmo alforriado, o escravo estava atrelado a seu dono por alguns anos, de acordo com a lei, por três anos. Durante esse período ainda devia prestar serviços àquele que o havia explorado e humilhado enquanto tinha força e vigor para o trabalho pesado.

E chega o tão esperado treze de maio de 1888, o dia da abolição da escravatura. Mas quando passa a euforia da liberdade, o que resta para os escravos, então, libertos? Sem posses, sem emprego, sem rumo. Taxados de vagabundos, tornam-se a escória. E os antigos senhores que haviam apostado na imigração italiana para suprir a mão de obra perdida com a abolição, continuam a ditar as regras e as leis brasileiras. E ainda mais satisfeitos, pois havia chegado a hora de se livrar dos negros e apostar em uma nação branca.

Nesse ponto da narrativa, o leitor conhece Aliara, bisneto de Namonim, rebatizado de José. Este trabalha em uma fazenda de café, no estado de São Paulo. Mas ele conhecerá sua história pela boca de seu pai? Não. Uesu havia morrido antes de encontrar o filho. A abolição o alcançará velho demais para mais essa aventura. Mas por obra do destino e da inventividade matreira da autora, o sobrinho do dono de Uesu, casa-se com a antiga dona de Aliara e assim, o passado do escravo contrabandeado se esclarece.

Analisando o período histórico que compreende a abolição e a pós-abolição, pode-se observar que mudanças significativas ocorreram, especialmente a partir da década de 1950, quando as questões das relações raciais passaram a ser entendidas como um fator de equalização social em que negros poderiam ser incluídos na sociedade de forma natural e sem qualquer interpelação do Estado. Ou seja, o Estado e a burguesia não se responsabilizam pelos séculos de escravidão e compete ao negro o esforço, a luta pela sua sobrevivência na sociedade que se tornou competitiva e liberal. Durans corrobora essa conjectura ao enfatizar que

Os negros, que eram descritos como escravos, animais, passivos, sem cultura e atrasados durante a escravidão passam a ser vistos na pós abolição como vadios, malandros e possuidores de atitudes cordiais. A mudança dessa caracterização é o resultado da ideologia da democracia racial que pregava a não existência de racismo no país. E aqui as oportunidades são oferecidas a todos, sem distinção. Ora, num país que oferece oportunidades iguais a culpa acaba sendo do próprio indivíduo. Dessa caracterização decorrem visões e propostas paternalistas e assistenciais para o negro, visto como um desventurado. (DURANS, 2021, p.25)

E a saga da descendência da realeza africana continua. O enredo chega a 1985. Através de uma história circular, tem-se novamente um rei na família de Namonim. É o rei Momo, Carlos, o filho mais novo de Aliara. Muito feliz com seu manto de cetim vermelho e sua coroa de latão dourado, vai cativar o leitor ao desnudar uma outra face da História brasileira.

Carlão, como é conhecido nas rodas de samba, com oitenta anos revive seu passado e começa essa narrativa relembrando o filho que, aos dezoito anos, foi chamado pelo serviço militar obrigatório, pra formar, juntamente com muitos outros negros, o primeiro escalão que ia pra guerra. E como tantos outros jovens, morre no campo de batalha, deixando a namorada grávida, aqui no Brasil.

Carlão cria a neta, Lázara. Mas o espírito guerreiro dos iorubás ainda vive em seus descendentes. Lázara foi trabalhar em uma tecelagem e se tornou uma líder sindicalista entre seus companheiros. Falar em justiça social durante uma ditadura era assinar uma sentença de morte. E foi o que aconteceu a jovem mulher negra, foi levada para interrogatório e nunca mais se soube dela.

Para Carlão restou a bisneta, Elisângela. Estudante de Comunicação, que espera ansiosa completar 21 anos e poder votar. Exercer sua cidadania em um país que conquistou a democracia depois de 21 anos de ditadura. Mas, ela tem uma tarefa árdua para finalizar essa história, chegar ao muquifo onde mora seu bisavô, que morreu dormindo e fazer os devido encaminhamentos. Já que naquele mesmo dia, 22 de abril de 1985, morreu Tancredo, o depositário das esperanças do povo brasileiro. Quem lembraria de um rei Momo negro, morto, sozinho em seu quarto no meio da favela. Afinal, foi isso que restou para a população negra, as favelas, os subempregos, a exclusão.

2. O papel do professor como agente de transformação social

Ser professor, hoje, é disputar um espaço no coração e na mente dos jovens estudantes. A pandemia da Covid 19 descortinou um mundo de fragilidades com as quais muitos dos docentes não estavam familiarizados. Então, é preciso encontrar formas de levar a literatura até o aluno e convencê-lo a adentrar esse mundo tão mágico e, ao mesmo tempo, tão complexo que é a leitura literária e sua relação com a realidade.

Na tentativa de fazer da leitura um hábito entre os alunos, principalmente, dos estudantes que frequentavam as quatro turmas do oitavo ano do IMEAB os professores dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Ensino Religioso e Arte planejaram um trabalho interdisciplinar a partir da obra de Giselda Laporta Nicolelis, **O sol da Liberdade**. A leitura era feita pelos professores de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso, um capítulo por aula. E cabia aos alunos registrar o que havia acontecido na história, assim como as discussões pós leitura, mediadas pelo professor leitor. Capítulo a capítulo o enredo foi analisado e a História do Brasil e dos africanos escravizados compreendida por jovens questionadores, cheios de dúvidas e curiosidade.

Nas aulas de Arte foi dado ênfase à cultura africana, com destaque especial para as máscaras africanas. As atividades desse estudo abordaram a influência da cultura africana na formação da Vanguarda Europeia denominada Cubismo.

A disciplina de Língua Portuguesa aprofundou o estudo de gêneros textuais como notícia, conto, crônica, poema, artigo de opinião e história em quadrinhos, todos abordando temáticas elencadas a partir da leitura do livro. O colorido das HQs, decorou as paredes do saguão da escola, durante o mês de novembro, compartilhando o espaço com as máscaras africanas, produzidas nas aulas de Arte. Isto porque, uma das atividades foi fazer uma releitura da obra literária confeccionando uma HQ. Nessa atividade, cada capítulo era ilustrado em uma folha A3.

Já em Língua Inglesa foi pensado a construção de sentido e partilha de leitura para posterior discussão dos temas abordados nos poemas I, Too e "Negro" de Langston Hughes (1902-1967 e na música "Black Or White" de Michael Jackson. Nesta, foi possível aprofundar a questão da construção do repertório lexical da música em se tratando do racismo, visto que a música versa sobre essa temática. Também, em uma sessão de cinema na escola, foi assistido o filme "Harriet - O Caminho para a Liberdade" e a partir dele,

elaborada a ficha biográfica de Harriet Tubman, ativista americana que nasceu escravizada e lutou pela liberdade dos negros.

O filme "Harriet" possibilitou uma análise comparativa das personagens femininas da obra "**O sol da Liberdade**" e das figuras femininas apresentadas pela obra cinematográfica. Essas discussões levaram os estudantes a buscar figuras femininas que se destacam, atualmente, na luta contra o racismo.

Durante um trimestre as atividades de produção tanto escrita quanto artística tiveram como temática os acontecimentos históricos que permeavam a vida dos personagens de **O sol da liberdade**. Os alunos foram capazes de desenvolver a escuta ativa e tomavam partido em relação a este ou aquele personagem, demonstrando que mais do que acompanhar a história, compreendiam-na e estabeleciam relações entre a ficção e a realidade.

Para encerrar o trabalho, os alunos foram divididos em grupos para a elaboração de um seminário. Para tanto, fizeram a pesquisa, elaboraram um artigo no qual foram orientados pelas professoras de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, organizaram as apresentações em slides e em datas pré-definidas as turmas apresentaram seus trabalhos umas para as outras. E, para finalizar, retomando uma das temáticas apresentadas no seminário, que era a cultura africana, foi servido arroz doce na confraternização que encerrava um longo e produtivo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os séculos de desigualdades a que os negros foram submetidos não serão minimizados com ações paternalistas. Há que se desenvolver em cada um a consciência do EU, de entender-se e aceitar-se como sujeito de uma nação que teima em não reconhecer o racismo. Por esse motivo, à escola cabe discutir essas questões raciais para que se entenda o valor das políticas públicas voltadas à equalização social. Nesse sentido, segundo Munanga (2015, p. 29) "as leis 10.639/03 e 11.645/08/ se configuram como uma correção do esquecimento da memória positiva da escravidão na história do Brasil."

Conhecer a História através da literatura é uma maneira dos estudantes refletirem acerca da realidade e, conseqüentemente, analisarem a sociedade na qual estão inseridos. Ambas, obra literária e História estão repletas de personagens, acontecimentos e conflitos, possuem uma trama que se desenrola e deixa entrever o melhor e o pior do ser

humano. Alia-se a isto o fato de que a leitura contribui para o desenvolvimento cognitivo e do pensamento crítico, tão necessário aos jovens e temos a educação como mola propulsora da transformação social. Para Munanga, está claro que a solução para o combate ao racismo e a busca pela igualdade

não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto sob essa ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído... (MUNANGA, 2015, p. 25)

A forma de sair do anonimato social, da indigência é pela educação. A literatura dá voz aos excluídos e essa voz precisa ecoar pela escola, sair das páginas dos livros e se transformar em força resiliente. É preciso lutar, ter participação na sociedade, apoiar movimentos que lutam pela igualdade. E essas ações não acontecem num rompante de lucidez, elas são desenvolvidas e alimentadas paulatinamente, desde o instante em que se ensina um estudante a ler até o momento em ele se torna capaz de ler o mundo por si e entender que foi educado para transformá-lo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial no Brasil Colônia: os cristãos novos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DURANS, Claudicéa Alves. **Políticas de raça e classe no Brasil: uma crítica marxista**. São Paulo: Sundermann, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20-31. 2015.

NICOLELIS, Giselda Laporta. **O sol da liberdade**. São Paulo: Atual, 2004.

Capítulo 4
A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO
ESTADO DO TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS
DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)
Maryvalda Melo Santos Costa

**A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO
TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES
CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA
EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)**

Maryvalda Melo Santos Costa

Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

email:mary.melo@uft.edu.br. Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/9418442264184849>. Membro do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Formação e Exercício Profissional- GEPESSFEP. Atuando na área da Saúde Pública no Município de Miracema do Tocantins-TO.

RESUMO

A problematização da dissertação de mestrado envolve o processo de formação profissional dos assistentes sociais nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins. A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental, utilizando os cinco PPC's das IES públicas e privadas do estado. Como resultado do estudo, destacam-se algumas convergências: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; em relação às divergências marcantes identificou-se: fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC's, dentre outras. Sugeriu-se no estudo, uma pesquisa empírica junto as IES com vistas a investigar como tem se dado o processo formativo do (a) assistente social, tendo em vista que a referida pesquisa foi documental e bibliográfica, bem como a devolutiva do estudo junto as IES pesquisadas. Os dados coletados servirão de base para uma reflexão crítica sobre o processo de formação do assistente social e as informações serão compartilhadas com o CRESS-TO que servirá para futuras discussões coletivas do conselho, propiciando uma revisão nos PPC's de acordo com as indicações no estudo. As informações são pertinentes para sugerir uma revisão nos PPC's das IES diante da necessidade de constante articulação com as DC da ABEPSS de 1996.

Palavras-chave: Projeto Ético Político; Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Formação Profissional; Serviço Social; Estado do Tocantins.

ABSTRACT

The problematization of work involves the process of professional training of social workers placed in PPC's of Social Service courses of public and private HEIs in the State of Tocantins. The study methodology comprises documentary research, using the five PPC's of public and private HEIs in the State. As a result of the study, some convergences

stand out: incorporation of foundations for professional training; promotion of academic research and university extension; in relation to the striking differences, it was identified: fragmentation in the teaching-learning process and in professional training; absence of affirmation of critical social theory in the respective PPC's, among others. It was suggested in the study, an empirical research with the HEIs in order to investigate how the training process of the social worker has been taking place, considering that the referred research was documental and bibliographical, as well as the feedback of the study with the HEIs surveyed. The collected data will serve as a basis for a critical reflection on the social worker training process and the information will be shared with the CRESS-TO that will serve for future collective discussions of the council, providing a review in the PPC's according to the indications in the study. The information is pertinent to suggest a revision in the PPC's of the HEIs in view of the need for constant articulation with the DC of the ABEPSS of 1996.

Keywords: Ethical Political Project; ABEPSS Curriculum Guidelines; Professional qualification; Social service; State of Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o contexto sócio político que o país vivencia, em tempos de retrocesso e conquistas sociais, avanços do conservadorismo e um descrédito sobre dias melhores para a população menos favorecida, o referido estudo se articula com a proposta da ABEPSS e vai de encontro com a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993 defendidos pelo conjunto CFESS/CFESS, sendo explicitado no projeto de profissão com uma hegemonia que se coaduna com a teoria social marxista, o qual busca articular de que forma as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 refletem na formação profissional dos egressos e profissionais que atuam nas políticas públicas e sociais.

A ABEPSS defende a formação crítica através da essência do Projeto Ético Político e da negação do conservadorismo e do cerceamento da liberdade dos indivíduos. Buscou-se respostas para nossa inquietação sobre a dimensão formativa do Assistente Social, tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das cinco (5) IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Por já terem sido elaborados e divulgados estudos sobre a discussão e implementação das Diretrizes vigentes, a pesquisa se utiliza de tais dados, que muito contribuirão para o desenvolvimento e fortalecimento da profissão, evidenciando a universidade como um espaço plural, diverso e de múltiplos saberes, é salutar que os

resultados da pesquisa sejam amplamente divulgados no meio acadêmico entre o colegiado dos cursos visando ampliar o conhecimento e a discussão entre os graduandos, egressos, docentes. Cabe, portanto, ao Serviço Social, blindar-se contra os ataques antidemocráticos e nefastos do capital através da sua história de lutas e de resistência.

Durante a investigação não se utilizou juízo de valor nas análises dos PPC's, pelo contrário, buscou-se indicar aspectos relevantes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para contribuir com o fortalecimento do Projeto Ético Político e conseqüentemente da profissão no Brasil.

Problematizando o estudo que envolve a temática e sua delimitação supracitadas no início desta introdução, têm como tarefa primordial “investigar o processo de formação profissional dos assistentes sociais postos nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins”. Partiu-se do princípio que as cinco IES do estado do Tocantins passaram por algumas modificações em seus currículos como as exigências legais do MEC (2001), e da ABEPSS (1996), diante da conjuntura política que o país atravessa, pois ao mesmo tempo em que seguem o curso das constantes transformações societárias, o que indicou a necessidade de se investigar como ocorreu esse processo e identificar as alterações.

Em relação às inquietações que motivaram ao estudo do tema, debruçou-se em identificar questões norteadoras capazes de alcançar respostas satisfatórias que contribuirão para a investigação, dentre as quais tem-se: De que forma pode-se perceber a materialização do projeto de formação profissional nos PPC's das cinco IES do estado do Tocantins? Nos PPC's analisados das cinco IES, pode-se perceber uma postura crítica da categoria frente a expansão mercadológica da educação superior? É possível perceber nos PPC's das IES's do estado do Tocantins, a indissociabilidade entre o projeto ético político do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS?

A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental e bibliográfica utilizando os cinco PPC's das IES públicas e privadas do estado do Tocantins. O estudo precede análise dos PPC's à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, revisão bibliográfica e análise de conteúdo. O enfoque sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 em relação às matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins conforme os respectivos PPC's, demonstrou a necessidade da pesquisa documental, com vistas a contribuir para a discussão outrora retomada sobre a reformulação necessária de cada PPC.

A história da profissão tem sido retratada ao longo dos anos, por assistentes sociais que vivenciaram a trajetória histórica de lutas e conquistas da categoria. A comemoração dos 80 anos da profissão no Brasil foi lembrada através de diversas manifestações promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS através da produção científica, debates, encontros, seminários, exposição de trabalhos sobre a caminhada da profissão até os dias atuais.

Duriguetto e Marro (2018), reafirmam o processo de mobilização da profissão e sua relação direta com os movimentos sociais em prol da efetivação e da conquista de direitos sociais.

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o Movimento de Reconceituação latino-americano. A condição para esta primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores que se desenvolveram em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva do capital que teve agudos rebatimentos no continente. É nessa conjuntura de efervescência social que segmentos da vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. (DURIGUETTO; MARRA, 2018, p. 94-95)

O debate sobre a formação profissional do Assistente Social nos 80 anos de institucionalização da profissão no Brasil tem sido o mote das abordagens do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS ao longo dos anos, as constantes discussões das referidas entidades buscam propiciar a ênfase na indissociabilidade entre a formação profissional e o projeto de profissão, a esse respeito tecemos algumas contribuições.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Revisitando e refletindo sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS

O estudo envolve a análise das 05 (cinco) IES do estado do Tocantins trazendo à tona cursos públicos presenciais (estadual e Federal) e privados (presencial - modular, semipresencial e à distância), descritas no Quadro 1. A proposta inicial é aprofundar os

conhecimentos teóricos sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 com recorte para os PPC's do curso de Serviço Social, partindo do princípio da hegemonia profissional, que é pautada pelo materialismo histórico dialético.

Este item de fundamental importância traz algumas reflexões pertinentes ao objeto de pesquisa em tela, ou seja, o processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins através dos PPC's das IES. Com o objetivo de responder aos questionamentos feitos na introdução do trabalho a respeito das convergências e/ou divergências nos PPC's dos cursos de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins, apresenta-se a seguir dois quadros comparativos para posterior reflexão. A metodologia utilizada foi bem dinâmica, buscando atender aos tópicos mais instigantes que dizem respeito diretamente à formação profissional do Assistente Social.

Deixa-se ciente que, em virtude da alteração de alguns PPC's procurou-se readequar os dados em consonância com as reflexões iniciadas anteriormente com vistas a evitar equívocos, o que é passível de compreender pois estamos lidando com a dinamicidade dos fatos e, destes com nosso objeto de pesquisa. Ressalta-se que os dados expostos nos dois quadros são apreensões das análises contidas em cada documento das respectivas IES.

2.2 Quadro 1: Demonstrativo das principais características do curso de Serviço Social das IES

IES	CRIAÇÃO	TIPO	MODALIDADE	CH	CH ESTÁGIO	SEM.	ATIV. COMPL.
ITOP	2013	Privada	Presencial	2.448h	450h	8	120h
UNOPAR	2017	Privada	EaD/ Semi-presencial	3.020h	450h	8	150h
UFT	2007.2	Pública	Presencial	3.255h	540h	9	135h
UNIP	2018	Privada	Presencial	3.600h (3.000h)	450h	8	150h
			EaD e Flex	3.040h			
UNITINS	2016	Pública	Presencial	2.400h	450h	8	150h

A intenção ao expor os dados das cinco IES não foi para tecer algum juízo de valor a respeito da dinâmica de funcionamento das atividades acadêmicas de cada instituição, mas sim para tornar cada IES que oferta o curso de Serviço Social no estado do Tocantins em evidência, buscando conhecer a proposta pedagógica e as convergências e divergências encontradas durante a pesquisa documental. A partir dos resultados

obtidos, a investigação seguiu seu curso natural ao esmiuçar cada detalhe que divergia ou convergia com as DC da ABEPSS de 1996, com o documento elaborado pela Comissão de Especialista do Serviço Social (1999) e com o conjunto CFESS/CRESS. O Serviço Social defende uma formação pautada pela teoria social crítica capaz de compreender o movimento da realidade, tendo em vista as constantes transformações societárias que estamos sujeitos.

A seguir, apresenta-se o quadro 2 no qual descreve-se alguns requisitos que julga-se essenciais para uma posterior reflexão.

2.3 QUADRO 2- Eixos e indicadores das IES de acordo com as DC de 1996.

Eixos de Análise	Indicadores	IES
1. NUCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social.	UFT ⁷ ITOP, UNITINS
	2. Presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS, UNOPAR, UNIP
	3. Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS
	4. Atende aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional	UFT, UNITINS, ITOP
	5. O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.	UFT, ITOP, UNITINS
	6. Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.	UFT, ITOP, UNITINS
	7. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.	UFT, ITOP, UNITINS
	8. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em	UFT, ITOP, UNITINS

⁷ Reitera-se que o curso de Serviço Social da UFT encontra-se em processo de aprovação o seu novo PPC de 2019-2020 (2021).

	particular, as formas de pensar dos assistentes sociais.	
2. NOVA LÓGICA CURRRICULAR DC 1996	1. Adequação às DC da ABEPSS 1996.	UFT
	2. DC de 2002 do MEC.	ITOP, UNITINS

Conforme aponta o Quadro 2, as IES coadunam em relação aos requisitos da “Formação Profissional” demonstrando o compromisso com a qualidade de um ensino pautado pelo Projeto Ético Político da categoria. Em relação à categoria Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, o PPC das respectivas IES: UFT e UNITINS encontram-se articuladas com as exigências das DC da ABEPSS de 1996. A faculdade ITOP apresenta em seu PPC as exigências das DC de 2002, conforme destaque no quadro 2; “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social; presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”. Tais requisitos são essenciais para a formação crítica pautada pela teoria social, hegemonicamente reconhecida pelo conjunto CFESS/CRESS desde o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo.

Conforme visto, observa-se, que apenas as 3 IES: *UFT*, *ITOP* e *UNITINS* buscaram uma coesão e articulação com os pressupostos indicados pela ABEPSS (1996) em relação aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, sejam eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Nos discursos deve-se observar se há consistência teórica e profícua análise de conjuntura dos fatos narrados, o pluralismo deve ser evidenciado nas disciplinas, na pesquisa e na extensão. A articulação e a indissociabilidade entre o projeto político e a formação profissional do Assistente Social, é que as DC da ABEPSS de 1996 se consolidam ancoradas pelo compromisso com uma formação crítica e pautada pelo materialismo histórico dialético. Para (FORTUNA e GUEDES, 2020, p. 25):

A formação profissional, assim como a produção do conhecimento no serviço social, deve ir para além da perspectiva teoricista vazia de base concreta e também da mecânica utilização de técnicas, da dimensão estritamente operacional e compreender de fato quem são os sujeitos sociais para os quais a ação profissional volta-se e quais são as condições que se objetivam em seu cotidiano dadas as condições históricas vivenciadas. É nessa direção que os conteúdos necessários à formação profissional do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), nos remetem ao conjunto de conhecimentos organizados em três núcleos de fundamentação, intrinsecamente, vinculados: teórico-metodológicos da vida social; particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional [..].

Conforme reafirmam, os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional da ABEPSS de 1996 devem ser parâmetros para a produção de conhecimento da profissão, representando um marco histórico para o Serviço Social. Percebe-se pelos documentos analisados nas IES: *UNIP e UNOPAR*, que essa articulação com as DC está enviesada e, descoladas da totalidade, representando um risco iminente de retorno ao pragmatismo.

Para Fortuna e Guedes (2020), só é possível captar as determinações sócio históricas, a partir da categoria mediação. Tal capacidade pode conduzir as demandas postas no cotidiano profissional do Assistente Social a partir de ações objetivas, concretas e não apenas na subjetividade do sujeito. São ações mediadas pela intervenção profissional, dotadas de conhecimento forjado pela concentricidade do materialismo histórico dialético, que conduzirão a postura profissional para além de sua intencionalidade.

Dando prosseguimento, temos o eixo da Nova Lógica Curricular das DC de 1996, as Competências e Habilidades que dizem respeito à postura do profissional frente às demandas institucionais, que precisam ser mais enfatizadas nos PPC's analisados das duas IES já citadas (UNIP e UNOPAR) conforme as DC de 1996, evidenciando a direção social e política da categoria são as IES: ITOP, UNOPAR e UNITINS que possuem convergências em relação à carga horária do "Estágio Curricular Obrigatório e da Supervisão Acadêmica".

Após a exposição sobre os pontos considerados convergentes das IES, apresenta-se a seguir, as divergências identificadas durante a análise dos documentos:

- Ausência da Política de Estágio como exigência do processo de formação profissional pautado pela teoria social crítica;

- Ausência de articulação com o Projeto Ético Político da categoria tendo em vista a ênfase no ensino à distância. Não há a troca de saberes entre aluno (a) e professor (a), o enfoque da orientação acadêmica é individual;

Em ambas as IES: UNOPAR e UNIP, o Estágio não é “supervisionado” pois não há registro ou menção de que ocorra a exigência da supervisão sistemática do estágio em Serviço Social conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010. No Guia de Percurso da UNOPAR é descrito apenas que a instituição possui o “Termo de Compromisso” a ser utilizado no estágio curricular, mas não cita as demais documentações necessárias para o processo de inserção do (a) aluno (a).

É no exercício do Estágio Supervisionado, na relação entre o (a) estagiário (a), a instituição e os usuários que é possível objetivar a essência de uma formação política e crítica que se preocupa com o avanço do neoliberalismo, que luta arduamente contra o desmonte dos direitos sociais construídos e conquistados historicamente, contra uma formação mercadológica e aligeirada sem o devido cuidado de refletir a dialética que envolve os sujeitos.

É através da produção de conhecimento, que a profissão deve demonstrar seu posicionamento em favor do projeto profissional, ampliando o campo de visão antes academicista e pragmático, pela capacidade teleológica ancorada pela vertente marxista. Dessa forma, a práxis profissional exercida no campo de estágio pelo (a) supervisor (a) deve demonstrar seu compromisso ético e político com o projeto de profissão defendido pela ABEPSS. O Estágio Supervisionado pressupõe mais que uma troca entre aluno (a) e professor (a), entre estagiário (a) e supervisor (a), é o exercício da ética profissional, do respeito e compromisso de ambos com as demandas dos sujeitos. Portanto, esse processo do estágio e da supervisão não pode ser aligeirado e acrítico, descolado da conjuntura política.

Conforme o documento intitulado: “Padrões de Qualidade para Autorização e Reconhecimento de Cursos de Graduação em Serviço Social,⁸” conclui-se que das cinco IES pesquisadas, pelo menos duas UNIP e UNOPAR não apresentam nos documentos pesquisados e publicizados os seguintes requisitos elaborados pela Comissão de Especialistas do Serviço Social (1997):

⁸ Documento elaborado por: Maria Marieta dos Santos Koike (UFPE - ABESS) Maria Rachel Tolosa Jorge (UNESP) Mariangela Belfiore Wanderley (PUCSP) Marilda Villela Iamamoto (UFRJ) Marina Maciel Abreu (UFMA).

As Instituições de Ensino Superior devem apresentar os seguintes dados:

- justificativos e objetivos do curso
- perfil profissional
- ementário e respectiva bibliografia;
- grade curricular: disciplinas por semestre/ano; carga horária das disciplinas e relação dos professores responsáveis pelas disciplinas;
- política e condições de estágio supervisionado;
- critérios e formas de avaliação do ensino/aprendizagem;
- normas de elaboração, orientação e avaliação do T.C.C. - Trabalho de Conclusão de Curso;
- atividades pedagógicas complementares: monitoria, iniciação científica, extensão e outras;
- políticas de pesquisa e extensão: vínculos com o ensino. Dimensão interdisciplinar dos projetos, âmbito de abrangência e relação com as demandas da sociedade. (ABEPSS, 1997, p.6-7).

Tal constatação preocupa, ao mesmo tempo em que reforça as pesquisas expostas no estudo de Pereira (2010) sobre a precarização e a expansão do ensino superior na modalidade EaD. A lógica mercantilizada e aligeirada do ensino à distância se contradiz quanto aos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social que assegura o compromisso com uma educação de qualidade, crítica, capaz de fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão como tripés da universidade, uma realidade que se materializa no ensino presencial.

2.4 A construção metodológica da pesquisa

Diante dos procedimentos metodológicos, tem-se como ponto de partida, a utilização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do estado do Tocantins. A priori, busca-se identificar nos referidos documentos oficiais, a coerência em relação aos pressupostos legais do Projeto Ético Político da profissão, a sua construção e a reavaliação de acordo com os amparos legais do conjunto CFESS/CRESS. Para dar consistência à nossa investigação e rigor teórico, foi salutar compreender o método histórico dialético o qual considera-se capaz de responder as demandas postas em discussão.

[...] A necessária recorrência ao método dialético, próprio do movimento da realidade, não é arbitrária. Trata-se de uma atitude adotada pelo pesquisador que é sensível à necessidade de captar a realidade em seu movimento, por meio das contradições que a dinamizam numa perspectiva de totalidade, que não significa querer dar conta de tudo, mas de discernir entre o essencial, o fator predominante, e o acessório, os elementos secundários (GUERRA, 2016, p. 5- 6).

Conforme apontado por Guerra (2016), o pesquisador precisa questionar as razões pelas quais está pesquisando aquele/este objeto, qual a relevância social da pesquisa para a população usuária e principalmente qual método de análise irá utilizar. São perguntas disparadoras que necessitam ser dirimidas, para que se consiga aproximar da totalidade necessária. Para que tenha êxito nessa pesquisa, nos debruçou-se na busca por estudos, teses, dissertações e demais fontes de pesquisa que no indicasse um caminho traçado, mas não inacabado.

Os estudos iniciaram-se pela Revista *Temporalis* nº 14, ano VII de Julho a Dezembro de 2007 que destaca como tema central: “*Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação.*” A Revista *Temporalis* é uma publicação semestral da ABEPSS e que teve forte influência no estudo e nos resultados obtidos como embasamento teórico. Os três primeiros artigos tratam do tema de nossa investigação e implicaram em rico conhecimento e desvelamento da realidade a ser pesquisada, pois trata-se de um estudo macro que foi realizado em 2006 pela ABEPSS. No período compreendido entre a pesquisa de campo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o país estava sofrendo os reflexos da política de ajuste neoliberal e a política de educação também foi fortemente afetada.

A partir de uma ampla discussão da categoria sobre o processo de construção das Diretrizes Curriculares e sua implementação, nasce o documento já amplamente conhecido “Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social” aprovado em 1996⁹. No entanto, a proposta encaminhada pela ABEPSS ao Conselho Nacional de Educação, sendo esta enquadrada apenas no ano de 1999, no entanto, a proposta original sofrera alterações no processo de aprovação em 2001, demonstrando assim, tamanha insatisfação pela categoria de Assistentes Sociais.

Esse processo árduo que implicou em significativas perdas para a profissão e demonstrou um descaso do governo com uma proposta séria e compromissada da ABEPSS, na tentativa frustrada de superar a expansão mercadológica das instituições de ensino superior no Brasil que não possuíam critérios regulamentados pela ABEPSS, pelo compromisso com a qualidade e responsabilidade do ensino ministrado a futuras e futuros profissionais. Dessa forma, a leitura reflexiva deste periódico retrata a trajetória de luta do Serviço Social para fincar suas bases críticas teórico-metodológicas e ético-

⁹ Dados da ABEPSS registrado na apresentação da Revista *Temporalis* nº 14.

políticas como afirmação da escolha por uma formação balizada pela defesa da classe trabalhadora, pelo compromisso com uma educação desmercantilizada e pautada no acesso à população que vive em condições menos favorecidas, pelo compromisso ético dos profissionais que atuam diretamente com o ensino superior, movimentos sociais, educação popular na disseminação de uma cultura livre de valores e discriminação social de classe, de pertencimento.

Para subsidiar a escolha do método de pesquisa, busca-se a discussão baseada nas ideias de Kosik (1976), que justifica a essencialidade do método, compreendendo a sua totalidade.

Para Kosik (1976), a discussão da categoria totalidade na filosofia clássica alemã foi elaborada para distinguir os conceitos polêmicos da dialética e da metafísica. Kosik (1976) refuta a ideia de que a compreensão dos processos evolutivos da realidade pode ser compreendida apenas pelas manifestações fenomênicas, causais. No entanto, considera que: “[...] do ponto de vista da totalidade compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da reprodução e assim por diante [...]” (KOSIK, 1976, p.33). Conforme declarado pelo autor, Marx também corroborou com tal conceito, mas sob um novo olhar construiu a dialética materialista.

É preciso que o pesquisador compreenda o caminho percorrido pela categoria da totalidade, para que não faça leituras equivocadas, vazias e unilaterais do conceito, o que tem se tornado bastante corriqueiro nas pesquisas acadêmicas. O uso do conceito tem se banalizado entre acadêmicos e profissionais que subjagam um saber profundo da categoria totalidade sem uma precisa e profícua leitura. É sobre essa utilização acrítica que Kosik nos chama atenção ao discorrer sobre os riscos de se submeter a “[...] uma exigência *metodológica* e a uma regra metodológica de investigação.” (KOSIK, 1976, p. 34). Em sua abordagem sobre a filosofia materialista, Kosik nos instiga a questionar a realidade não apenas como um requisito obrigatório, uma rotina habitual, pragmática, mas a partir de perguntas norteadoras, como: “o que é a realidade?” (KOSIK, 1976, p. 34). Esmiuçando um pouco mais nossa capacidade, vemos que é preciso sair da nossa zona de conforto, do comodismo academicista que é apresentado e, que se aceita sem muita argumentação, um conceito descolado de uma realidade concreta que parece se expandir entre os profissionais, pesquisadores e demais estudiosos.

Tem-se a partir destas sucessões, um ponto de partida para nos instigar a não sermos meros reprodutores de informações, de abordagens conceituais, mas assumir nosso papel enquanto sujeitos partícipes de um processo em construção, que se metamorfoseia e precisa ser revelado com concretude. Kosik (1976) alerta a não reproduzir os discursos sobre os conceitos de *totalidade* a partir da acumulação de todos os fatos, o que é um equívoco. Do ponto de vista que não é possível essa compreensão racionalmente, seria negar a história e sem história, não existe sujeito, não há movimento dialético. (KOSIK, 1976, p.35)

Considera-se que o estudo não pode ser iniciado, sem tais abordagens sobre a concepção da categoria totalidade e da concreticidade para dar base sólida ao trabalho, portanto, o objetivo com a pesquisa acadêmica é evitar tais equívocos tão rotineiros na academia, que tendem a nos deixar a ideia erroneamente disseminada sobre uma realidade que não considera as transformações societárias como produto das relações sociais e acaba reduzindo o trabalho profissional. A constante argumentação do que está posto deve ser questionada, instigada, refutada, enfim, não se deve aceitar uma realidade da forma como se apresenta, sem levar em consideração as contradições.

3. CONCLUSÃO

Diante do que fora exposto e na análise dos respectivos PPC's, afirmar que as referidas IES materializam ou não o Projeto Ético Político do Serviço Social apenas por citá-lo em seus documentos legais, seria uma afirmação sem embasamento suficiente. É na subjetividade e na intencionalidade profissional que tal afirmação poderia ser dita. No entanto, podemos afirmar que as IES mencionadas nas referidas análises, que não apresentaram aportes legais, que não disponibilizaram nenhum documento público e tampouco os citaram em seu PPC, é que estão mais próximas de negarem a materialização da essência do Projeto Ético Político e de não coadunarem com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Para tanto, entende-se e acredita-se que este estudo permeou através dos PPC's das IES um percurso da trajetória do processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins, trazendo à tona alguns aspectos convergentes e divergentes. Assim, reitera-se a importância dos (as) Assistentes Sociais, manterem-se em coesão diante das investidas do capital, buscando o amadurecimento intelectual e

crítico através das discussões da categoria, de densas leituras, do apoio incondicional do conjunto CFESSS/CRESS, dentre outros.

Por ser o lócus de atuação da pesquisa, buscou-se algumas considerações do ensino à distância no estado do Tocantins, que subsidiaram a investigação.

Como já fora ressaltado, não é novidade a presença do setor privado no ensino superior brasileiro, contudo a modalidade de Ensino à Distância (EaD) se constitui como um traço inovador da expansão do setor privado na educação. Essa modalidade proporciona uma rápida expansão de matrículas e se tornou altamente lucrativa para o setor privado, sendo o Serviço Social, um dos cursos de formação superior mais ofertado por essa modalidade. Propicia através do avanço tecnológico em telecomunicações o crescimento dos investimentos privados transnacionais, sendo uma fatia promissora para o mercado. Nesse contexto é que foi criado o primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil em 2006, que teve como pioneiro o território tocantinense. Ofertada por uma universidade estadual (Universidade do Tocantins - Unitins) em parceria com a Edcon. (BURGINSKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020, p. 400).

Conforme apontado pelas autoras, a expansão dos cursos em EaD no Brasil é fortalecida no estado do Tocantins com o crescimento do setor privado e a expansão capitalista.

[...] A região que abrange o estado do Tocantins encontra-se no território de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sendo um dos territórios em que a fronteira agrícola se expande exponencialmente, através do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio [...] (BURGINSKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020, p. 398).

Não se pode concluir esse trabalho, sem destacar esse dado tão importante sobre a expansão capitalista no Tocantins, tendo em vista ser geograficamente a referência para a investigação. A esse respeito, têm-se as pertinentes reflexões das autoras,

A oferta de cursos superiores EaD no Tocantins com pagamento de mensalidades, com destaque para o Serviço Social teve forte apelo popular, bem como, foi o curso com maior número de matrículas e vagas disponibilizadas. Um território com a magnitude do Tocantins precisa do Serviço Social, portanto, a estratégia foi “produzir” assistentes sociais em massa, com formação limitada e não sintonizada com as Diretrizes Curriculares. Dadas as condições sócio-históricas de abandono desse território, a ideia de levar o ensino superior e o desenvolvimento socioeconômico a milhares de pessoas nas longínquas regiões veio fortemente articulada ao sonho da democratização do ensino superior através de um novo mercado, atendendo os interesses dos lucros privados, através da educação mercantilizada que não garante a

qualidade na formação profissional. (BURGINSKI SANTOS, RODRIGUES, 2020, p.403-404)

O curso de Serviço Social chegou ao Tocantins através da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) que se instalou na capital em 1990. No entanto o curso de Serviço Social na modalidade presencial só foi autorizado a funcionar em 2000. O processo de reconhecimento pelo MEC só ocorreu em 2008 (BUSRGISNKI, SANTOS, RODRIGUES, 2020). A referida instituição não foi objeto da investigação pelo fato da mesma não ofertar mais o curso de Serviço Social, no entanto por ter sido a primeira instituição a ofertar o curso de Serviço Social no Tocantins, será feito um breve resumo de sua institucionalização.

Em relação a afirmar, se as instituições de ensino superior possuem ou não uma postura crítica, não é possível assegurar, por se tratar de uma pesquisa documental torna-se bastante subjetivo adentrar em um espaço no qual não houve oportunidade de experimentar as vivências da vida acadêmica, os diálogos, dentre outros aspectos relevantes para emitir qualquer posicionamento. A respeito da postura profissional, tem-se a declaração,

O PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais. (ABRAMIDES, 2016, p.471).

As competências profissionais elencadas nas DC para os cursos de Serviço Social (1996), dizem respeito a um perfil profissional capaz de compreender o movimento da realidade social através da criticidade. Diante das análises realizadas através das categorias identificadas no quadro 2, tem-se algumas considerações. Em relação ao “Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional”, os indicadores apontam que apenas as IES: ITOP, UFT e UNITINS, conseguiram atender tais requisitos.

Observando o eixo sobre a “Nova Lógica Curricular das DC de 1996”, as IES UFT e UNITINS buscaram atender aos requisitos dispostos pela ABEPSS. A faculdade ITOP não fez referência à DC da ABEPSS de 1996, mas as DC de 2002, razão pela qual tecemos tal

consideração, pois as DC de 2002 possuem divergências em relação à proposta do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS de 1996. No entanto, em relação ao cumprimento das Atividades Complementares, todas as 5 IES mantêm coesão em relação ao disposto pelas DC da ABEPSS de 1996. Sobre o eixo do “Estágio Curricular e da Supervisão Acadêmica” as IES: UFT, UNITINS e ITOP possuem Regulamento e Política de Estágio, realizam a supervisão sistemática de estágio tanto no campo quanto em sala de aula. As respectivas IES: UNIP e UNOPAR, não descrevem em seus PPC’s, a documentação necessária para a inserção do (a) discente no campo de estágio, dificultando assim um debruçar mais sintonizado com as exigências da PNE/2010.

As IES UNIP e UNOPAR não foram referenciadas nos eixos de análise por não atenderem aos requisitos preconizados nas DC da ABEPSS de 1996. A omissão dos dados identificados nos documentos analisados pressupõe um perigo real na aproximação com os ditames mercadológicos da expansão capitalista, implica também na fragmentação do ensino, na fragilidade dos conteúdos expostos na oferta de disciplina, enfim, reflete diretamente na formação acadêmica e profissional. Se não há uma direção a seguir, qualquer uma serve. Esse parece ser o discurso do senso comum que prevalece em se tratando da qualidade do ensino, não importando a direção social e política a qual o curso é vinculado.

Especificamente no Serviço Social essas modificações tendem a limitar o exercício profissional ao caráter meramente técnico, pois como elucida Iamamoto (2014):[...]“O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da ‘prática profissional[...]” (QUEIROZ,2020, p.55-56 Apud IAMAMOTO, 2014, p.627).

A práxis profissional deve desnudar-se de fetiches, de condutas de ajustamento e juízo de valor, permitindo que o profissional tenha liberdade e autonomia para intervir diante das mazelas que lhe são apresentadas. Não se afirma aqui, que o (a) Assistente Social deixe de atender às demandas institucionais que lhe são impostas, mas que deve refletir criticamente sobre tais situações buscando sempre pautar-se no diálogo e no respeito, tendo o cuidado de garantir que os sujeitos tenham seus direitos preservados e efetivados.

A respeito reporta-se a fala de Albiero e Costa (2020, p.70)

Cabe, portanto aqueles/aquelas que mantêm um distanciamento da coletividade profissional romper com o senso comum, de uma realidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo que coisifica as pessoas e, desta forma mantêm sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem sempre estar prontos para a luta, para o embate. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia.

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais. A intencionalidade profissional defendida por Guerra e demais estudiosos ligados ao Serviço Social, deve estar permeando as ações profissionais através das dimensões já citadas: [...] técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (Guerra, 1997, p.12) [...]"

Por fim, acredita-se que seja possível visualizar a indissociabilidade entre o Projeto Ético Político e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 nos respectivos PPC's de 3 IES, sendo duas públicas e uma privada. As demais ficaram aquém do esperado em relação às categorias analíticas: Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional, Estágio Supervisionado e Supervisão Acadêmica e Nova Lógica Curricular de 1996 as quais identificou-se durante a pesquisa documental nos respectivos PPC's. A respeito reporta-se a fala de Albiero e Costa (2020, p.70)

Cabe, portanto aqueles/aquelas que mantêm um distanciamento da coletividade profissional romper com o senso comum, de uma realidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo que coisifica as pessoas e, desta forma mantêm sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem sempre estar prontos para a luta, para o embate. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia.

A pesquisa proporcionou oportunidade ímpar de percorrer cada PPC e sua matriz curricular, conhecer a dinâmica de ensino das instituições dialogando de parágrafo por parágrafo com as DC da ABEPSS de 1996, com as recomendações da Comissão de Especialistas do Serviço Social de 1999.

Diante do exposto, conclui-se que as principais convergências são: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; supervisão sistemática em relação ao estágio e a supervisão; enfoque na qualificação docente (ITOP, UFT e UNITINS); cumprimento da carga horária do estágio curricular; coesão em relação ao cumprimento da carga horária de Atividades Complementares: ITOP, UFT, UNIP, UNITINS e UNOPAR.

Em relação às divergências marcantes identificou-se fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC's; sem descrição das linhas e dos grupos de pesquisa e dos projetos de extensão universitária publicizados na página dos cursos e no PPC's (UNIP, UNOPAR); menção às DC do MEC/2002 nos documentos analisados: (ITOP, UNITINS).

Desta forma, deixa-se como sugestão deste estudo, que seja realizada uma pesquisa empírica nas IES com vistas a investigar como tem se dado o processo formativo do (a) assistente social, tendo em vista que a referida pesquisa foi documental e não possibilitou tais apreensões. Que seja dada uma devolutiva do estudo junto as IES pesquisadas, demonstrando compromisso com a comunidade acadêmica. Acredita-se, que os dados coletados servirão de base para uma reflexão crítica sobre o processo de formação do assistente social. Compartilhar as informações com a Comissão de Formação Profissional do CRESS-TO para que os dados apresentados possam servir para futuras discussões coletivas da categoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** n^o 127, especial. São Paulo: Cortez, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNIQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01/04/2020.

ALBIERO, Celia Maria Grandini; COSTA, Maryvalda Melo Santos. A formação profissional em tempos de revitalização do conservadorismo. Desafios e Perspectivas. In: **Questão Social, Estado e Serviço Social**, AMIUCCI, Eliane Marques de Menezes, (Orgs.), 1^a Ed., 134 p. 2020. EDUFT, 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (1999). Ministério da Educação e do Desporto. Comissão de Especialistas do Ensino Superior. **Comissão de Especialistas do Serviço Social**.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (2012). **Código de Ética Profissional de 1993**.

BURGINSKI, Vanda Micheli; SANTOS, Rosimeire dos. RODRIGUES, Alana Barbosa. Formação em Serviço Social no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior. In: **Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos**. EDUFPI, 2020. JOAZEIRO, Goulart Edna Maria. GOMES, Vera Lúcia Batista. (*Organizadoras*)

DURIGUETTO, Maria Lucia; MARRO, Kátia. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico e alimenta os conflitos de ruptura com o conservadorismo**. In: **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Editora Cortez, ano 2018.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. A produção do conhecimento e o projeto éticopolítico do Serviço Social. In: **Revista Katalysis** vol.23 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2020. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 05/03/2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Disponível em <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em 02/01/2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico, v.5). Tradução de dialectic of concrete.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de(Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020, 256p.

PEREIRA, Dhamer Larissa. A Expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de Contrarreforma do Ensino Superior Brasileiro: impactos na formação profissional do Assistente Social, 2010. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA): EDUFMA vol.14, nº 2, 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020,148 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Curso de Serviço Social. **PPC do curso de Serviço Social**, 2010, 178 p.

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020, 31 p.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **PPC do curso de Serviço Social**, 2018.

Capítulo 5
O NEGRO NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE:
HISTÓRIA DE DESAFIOS E DE SUPERAÇÃO

Sérgio Rodrigues de Souza
Lion Granier Alves

O NEGRO NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: HISTÓRIA DE DESAFIOS E DE SUPERAÇÃO

Sérgio Rodrigues de Souza

Licenciado em Filosofia e Sociologia. Pós-Doutor em Psicologia Social. Consultor Científico. E-mail: srgrdriguesdesouza@gmail.com.

Lion Granier Alves

Licenciado em História e Filosofia. Mestre em Ciências da Educação. E-mail: liongranieralves@gmail.com.

RESUMO

Este artigo aborda a temática que discorre sobre a população negra em Venda Nova do Imigrante, ES. Sua relevância científica encontra-se no fato de apresentar ao ambiente acadêmico uma possibilidade de estudos mais profundos sobre a presença destes indivíduos desde muito cedo na ocupação do território brasileiro e na região serrana do estado do Espírito Santo, presente nas lavouras de café e na abertura de estradas. Sua relevância social se coloca na condição de expandir o conhecimento sobre as lutas e os conflitos entre grupos étnicos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise do discurso como instrumento de interpretação do pensamento exposto nas obras consultadas. Construir uma identidade negra positiva, sólida, em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, se mostra como um desafio muito pesado a ser enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). O que realça, pedagógica e didaticamente será que, na escola, estão os professores e formadores, atentos a essa questão? Será que a educação, como caminho para a formação integral do homem, como meio de preparo para a cidadania plena, incorpora essa realidade de maneira séria e responsável? Não há que discordar de que, como os ex-escravos negros estivessem em condições miseráveis, aceitassem trabalhar para estes que detinham alguma coisa, doado pelo Estado Brasileiro, em troca de comida e abrigo e fossem novamente explorados, agora de uma forma menos perversa aos olhos dos [ditos] humanistas. A questão da presença, ainda de preconceito com relação aos negros, no Brasil, se deve ao discurso ideológico, em que a fim de justificar a condição desumanizante da escravidão contra iguais, no sentido de compreensão de que são seres humanos, a Igreja Católica disseminou a ideia de que eles não possuíam *alma*. Por este termo, entenda-se, não pensam, não sentem, não abstraem; são coisas e assim reificaram todo um grupo de pessoas, de maneira indistinta.

Palavras-chave: Venda Nova do Imigrante. Identidade negra. Conflito étnico.

ABSTRACT

This article addresses the theme that discusses the black population in Venda Nova do

Imigrante, ES. Its scientific relevance lies in the fact that it presents to the academic environment a possibility of deeper studies on the presence of these individuals from very early on in the occupation of the Brazilian territory and in the mountainous region of the state of Espírito Santo, present in the coffee plantations and in the opening of roads. Its social relevance lies in the condition of expanding knowledge about the struggles and conflicts between ethnic groups. This is a bibliographical research, based on discourse analysis as an instrument for interpreting the thought exposed in the consulted works. Constructing a positive, solid black identity in a society that, historically, teaches blacks from a very early age that to be accepted it is necessary to deny oneself, proves to be a very heavy challenge to be faced by blacks and women. black Brazilians. What highlights, pedagogically and didactically, is that, at school, are teachers and trainers aware of this issue? Could it be that education, as a path to the integral formation of man, as a means of preparing for full citizenship, incorporates this reality in a serious and responsible way? There is no disagreement that, as the former black slaves were in miserable conditions, they accepted to work for those who owned something, donated by the Brazilian State, in exchange for food and shelter and were exploited again, now in a less perverse way to the eyes of the [so-called] humanists. The issue of the presence, even of prejudice against blacks, in Brazil, is due to the ideological discourse, in which, in order to justify the dehumanizing condition of slavery against equals, in the sense of understanding that they are human beings, the Catholic Church disseminated the idea that they had no soul. By this term, it is understood, they do not think, do not feel, do not abstract; they are things and so they reified a whole group of people, indistinctly.

Keywords: Venda Nova do Imigrante. Black identity. Ethnic conflict.

INTRODUÇÃO

A situação da população negra no Brasil, ainda continua sendo marcada por diversos tipos de violências, mesmo depois de passado mais de um século do fim do regime escravagista. Isto pode ser sentido de muitas formas, seja na expressão de piadas, contos, anedotas, racismos de diferentes formas.

Os africanos, no século XVI e seguintes, foram arrancados, à força, de seu território, trazidos, em condições subumanas, para uma terra estranha na qual, logo após sua chegada, foram desprovidos de [quase] todos os seus direitos naturais como a liberdade e a dignidade. Perderam, também o direito a assumirem suas identidades, enquanto sujeitos e em tal processo resistiram. Mesmo depois de rompido os grilhões do regime escravagista e, vê-se em pleno século XXI que abolição não foi suficiente para garantir a este grupo o devido reconhecido como sujeitos de direitos. Isso porque a condição social da população negra, no Brasil, ainda é marcada pela precariedade, em vários aspectos políticos além do cotidiano de racismos que exclui essas pessoas da possibilidade de se sentirem pertencentes à sociedade na qual prevalecem os valores e padrões estéticos e

sociais eurocêntricos.

A questão do pertencimento social é uma situação complexa, pelo fato de que pertencer significa *fazer parte*, estar inserido, ser reconhecido como elemento daquele determinado grupo. Não se trata de gozar de direitos absolutos; é uma experiência que faz parte da existência humana, ou seja, que o ser humano sente ânsia de fazer parte de uma sociedade (GOMES, 2007); não se trata de um desejo, está muito além disto. Significa que, enquanto atores sociais, é impensável qualquer existência fora deste escopo da conjuntura existencial humana, considerando que é no âmbito da cultura e da história que os indivíduos constroem e afirmam suas identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial). Portanto, reconhecer-se numa identidade supõe responder, afirmativamente, a uma interpelação de um determinado grupo e estabelecer um sentido amplo de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até mesmo contraditórias. Entra aí, um jogo de conflitos e crenças que leva os indivíduos a decidirem sobre quem são e a que grupo, de fato pertencem, não somente em termos de caracterização fenotípica, mas também ideológica. O ser humano civilizado é, sociologicamente, sujeito de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-lhes, depois, descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas (GOMES, 2017), de acordo com o engajamento político-ideológico a que venha fazer parte.

Na concepção de Gomes (2017), a identidade negra deve tratar-se de uma conquista, algo que se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo (que é a família e aqueles que estão mais próximos), no qual os contatos pessoais se estabelecem sempre permeados por sanções e também por afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente, este processo tem início na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. Porém, durante a escravidão era comum os filhos dos negros serem separados de seus pais, sendo vendidos ou mesmo levados para outras partes, onde a educação destes ignorava a condição humanizante e formadora de laços com a cultura original familiar. Neste sentido, a identidade que era formada era abstrata, ainda que fosse uma entidade negra. Não se deixa perder a compreensão de que a identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e

plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2017).

Com relação à mulher, em especial, no período colonial, elas eram concebidas como um ser humano inferior aos homens. Assim, ser mulher negra representava um duplo desafio em relação ao preconceito e ao pertencimento social. “Inseridos nesse contexto estão as mulheres negras escravas, que estavam [*naquele momento específico*] colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também, escrava” (SILVA, 2010, p. 03). Esta é uma condição de tratamento que foi dispensado a estas mulheres, simplesmente por serem quem eram: mulheres, negras e sujeitas ao regime de escravidão. Estes eram critérios para serem consideradas alvos de preconceitos e discriminações que se estenderam até os dias atuais, às vezes, de forma velada; mas, que persistem nas ações cotidianas e que se mostram de difícil solução.

Os pensadores brasileiros de fins do Século XIX, influenciados pelas ideias eugenistas europeias e mais tarde, pelo *darwinismo social*, de H. Spencer (1820-1903), construíram uma estrutura de pensamento e de interpretações que se mantém arraigada no pensamento social. Assim que,

Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos (SILVA, 2010, p. 03).

Como forma de compreender a existência de todo preconceito construído no passado, faz-se necessário conhecer as raízes do racismo para com a população negra no Brasil. Um exemplo disso é o fato da cultura africana e afrobrasileira estar inserida em quase todo o território brasileiro: tradições, manifestações culturais, heróis e heroínas, resistências; porém, este legado ainda é silenciado. Histórias de mulheres negras que lutaram contra a escravidão e o racismo são, ainda, desconhecidas pela maioria da sociedade brasileira.

Como símbolo desta luta, Silva (2010), vai argumentar que os exemplos de mulheres vingativas que buscavam mobilidade social e o direito de continuar gozando de sua liberdade não são casos isolados e para exemplificar esta batalha social, pode ser consultado o caso emblemático da crioula Gertrudes em, que após ser alforriada, viu seu projeto de liberdade ser ameaçado quando teve que recorrer à justiça para provar sua

condição de liberta, travando um embate judicial contra os credores de seu ex-senhor que a exigiam como pagamento de uma dívida contraída pelo mesmo, como se ela tivesse qualquer vínculo com o problema. Isto marca o racismo, quando muitos, entendiam como inadmissível que negros, especialmente, do sexo feminino pudesse gozar do direito pleno de liberdade civil. Desde o período escravagista e mesmo em meio a ele, muitas mulheres se ergueram contra a tirania e a opressão, fazendo valer seus direitos naturais. O exemplo supracitado, é apenas um dentre outros que podem ser explorados na literatura sobre o assunto. Gomes (2002), vai abordar este aspecto do pertencimento, analisando na perspectiva pedagógica e argumenta que,

Pertencer ou não a um segmento étnico/racial faz muita diferença nas relações estabelecidas entre os sujeitos da escola, nos momentos de avaliação, nas expectativas construídas em torno do desempenho escolar e na maneira como as diferenças são tratadas. Embora atualmente os currículos oficiais aos poucos incorporem leituras críticas sobre a situação do negro, e alguns docentes se empenhem no trabalho com a questão racial no ambiente escolar, o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar negros, brancos e mestiços. A questão da expressão estética negra ainda não é considerada um tema a ser discutido pela pedagogia brasileira (GOMES, 2002, p. 45).

A autora faz uma análise específica sobre a questão da Pedagogia, mas existem temas que por sua categoria interdisciplinar deveria ser abordado em todos os campos do saber, especialmente nas Ciências Humanas, onde se apropria com mais intensidade dos estudos de conflitos inter-relacionais e extra-relacionais, como parte de seu escopo. A estética está vinculada à beleza e deve estar diretamente ligado ao humano e suas várias conformações, o que demandaria estudos antropológicos profundos e com o menor viés possível de passionalidade.

A autora prossegue argumentando que deve-se proceder a tratamentos de comparação entre as culturas e suas diversidades, porque, em sua concepção, rever

São nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família. Em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar, que lhe possibilitam a construção de uma auto-representação positiva sobre o ser negro/a (GOMES, 2002, p. 46).

A reação de cada pessoa negra diante do preconceito é muito particular. E, esta particularidade está, intimamente, ligada à construção da identidade negra e às

possibilidades de socialização e de informação (GOMES, 2002). Neste sentido, nem um capítulo da história dos negros no Brasil pode ser ignorado, especialmente, para lembrar daqueles que fizeram parte das atrocidades e porque o fizeram, quais as consequências para a população negra; em especial, para as mulheres negras.

Toda a história do povo negro é necessário que seja lembrada para a compreensão de que não se deve classificar alguém pela cor da sua pele, ou pelo seus cabelos, antes sim, pelos valores, cultura, pelo potencial do seu trabalho, pela resistência na sua história, por suas vivências, as quais não foram relatadas nos livros de história.

Gomes (2017) vai argumentar que, construir uma identidade negra positiva, sólida, em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, se mostra como um desafio muito pesado a ser enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).

O que realça, pedagógica e didaticamente será que, na escola, estão os professores e formadores, atentos a essa questão? Será que a educação, como caminho para a formação integral do homem, como meio de preparo para a cidadania plena, incorpora essa realidade de maneira séria e responsável, quando se discute, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica; mas, sobretudo, no seu sentido político e por este termo, podemos entender social, da forma mais ampla imaginável (GOMES, 2017).

Este sentimento de não pertença agrava-se mais quando os indivíduos negros estão inseridos em contexto onde representam minorias, como é o caso da cidade de Venda Nova do Imigrante, estado do Espírito Santo, onde ocorreu a colonização por intermédio de italianos, imigrantes que ali se fixaram, em fins do Século XIX.

A HISTORIA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE: ANTES E DEPOIS DA CHEGADA DOS ITALIANOS

No ano 1988, mais precisamente no dia 10 de maio, nascia o município de Venda Nova do Imigrante, Sul no estado do Espírito Santo na região sudeste do país. Sendo de colonização predominantemente italiana, ocorrida por volta de fins do século XIX, por ocasião da propaganda do governo imperial para a atração de europeus, a fim de

branquear a população brasileira, ideia muito defendida por Oliveira Viana (1883-1951) que acreditava que o atraso do Brasil era devido aos negros e não à escravidão (DÁVILA, 2006).

Conforme a pesquisa do IBGE (censo de 2010), a população nesta cidade é de predominância branca e como já aventado acima, certos estereótipos permanecem implicados no imaginário coletivo da população que concebe a cultura italiana como a única existente no município.

No entanto, a história aponta que, no processo de colonização do território de Venda Nova do Imigrante, outros povos também se fizeram presentes. No sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, encontra-se a seguinte descrição acerca da colonização:

O Município de Venda Nova do Imigrante, criado em 10 de maio de 1988, através do Decreto Lei nº 4069 (de 06-05-88), desmembrando-se de Conceição do Castelo. Começou a ser colonizada por volta de 1892, basicamente por imigrantes italianos, cuja cultura permanece viva em seus descendentes e na vida da comunidade vendanovense. No entanto, bem antes a região era habitada por índios, provavelmente Puris, dos quais foram encontrados muitos objetos pela primeira leva de imigrantes. A comunidade que surgiu com a chegada dos primeiros imigrantes em 1892, conserva traços fortes da cultura dos mesmos, principalmente o espírito comunitário e progressista. Com a abolição da escravatura, imigrantes italianos, originários da Região do Vêneto (Itália), atraídos pela procura de terras nas localidades de São Pedro do Araguaia, Matilde, São Martinho e Carolina, sendo inicialmente cerca de 18 a 20 famílias, entre elas: Perim, Caliman, Zandonadi, Altoé, Bragato, Venturim, Falchetto, Brioschi, Sossai, Carnielli, Cola, Minetti, Lorenzoni, Delpupo, Tonolli, Ambrozim, Scabello, Mazzoco, Fioreze e Mascarello, vieram a alocar-se na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2020, p. 01).

Pelo texto disponível no sítio eletrônico oficial da prefeitura de Venda Nova do Imigrante, é possível identificar a presença dos diferentes povos que fizeram parte do processo de colonização do município, sendo eles: indígenas, negros e brancos (italianos).

De acordo com Falchetto (2017), a Colônia Castello em São Pedro de Araguaia no Espírito Santo (ES) foi o primeiro local de fixação de residência após a chegada dos imigrantes. Os Italianos prontamente observaram que aquelas terras eram impróprias para o cultivo chamada por eles de *terra magra*. Nesse período foram informados sobre terras produtivas na região do Alto Castelo, na qual tomariam posse de terrenos e ex-fazendas escravocratas. Nota-se a existência de população negra ex-escrava na região. Isso leva a compreender a participação dos negros na história do município de Venda

Nova do Imigrante; certamente, muitos se mantiveram nesses territórios até os dias atuais. Além disso preservaram elementos de suas culturas que não são valorizados quando se fala em tradições características deste município, dada a invisibilidade da cultura afro brasileira nessa região.

Diante da busca por terras mais produtivas os italianos deslocaram-se para outro território onde fundaram a Colônia de Venda Nova, reconfigurando a história da região como um dos municípios mais promissores e um dos maiores ícones da cultura italiana na Região Centro-Serrana do Espírito Santo, assim como o município Santa Teresa e o distrito de Aracê, na comunidade de Pedra Azul, localizado em Domingos Martins.

O autor do livro *O Tesouro Escondido* (2017), traz a importância da Estrada de São Pedro de Alcântara que atualmente é conhecida como Rota Imperial da Estrada Real construída pelo governo imperial para interligar Vitória que atravessa os municípios de Venda Nova do Imigrante, Conceição de Castelo e Muniz Freire. Segundo Leal (2016), em seu artigo *A Rota Imperial da Estrada Real: A Estrada São Pedro de Alcântara*:

Os quartéis espaçados pela estrada foram algumas vezes modificados de localização, ou mesmo desativados definitivamente. Inicialmente, eram eles: Cachoeiro do Rio Santa maria (Depósito Geral em Santa Leopoldina, Bragança Pinhel, Serpa, Ouré, Barcelos, Vila Viçosa, Monforte, Souzel, Chaves, Santa Cruz e Vila do Príncipe, todos nomes de cidades de Portugal, sendo pouco depois criados os de Borba e o de Melgaço (LEAL, 2016, p. 06).

O autor se fundamenta, também, nas histórias que ouviu de diversas fontes, por meio de personagens para reconstituir o passado da região antes da chegada dos italianos provenientes do Núcleo Castello e Alfredo Chaves. Um desses personagens, fundamental para neste contexto é O Velho Januário. Muito conhecido, tinha uma boa aparência apesar dos seus 60 (sessenta) anos de idade, caboclo forte, simpático e educado, na época um funcionário da Corte Imperial e fazia viagens periódicas de Vitória (ES) a Ouro Preto (MG). O seu trabalho era conduzir as cartas que chegavam de Portugal até seu destino final, a capital de Minas Gerais. Constata-se esses heróis anônimos, não brancos que contribuíram para o desenvolvimento da região já existiam antes da chegada dos italianos.

Falchetto (2017) resgata a ocupação dos imigrantes na antiga localidade de Venda Nova do Imigrante e as origens do trabalho voluntário, a exemplo do gesto solidário de alguns imigrantes como: Marmim Zandonadi, Domingos Perim e outros italianos com sobrenomes considerados tradicionais na comunidade vendanovense. No livro, o autor

apresenta pouco destaque às mulheres no processo de construção do município. A importância da mulher surge no trabalho do voluntariado após a epidemia de gripe espanhola, no ano de 1919.

Na obra, afirma-se a quantidade de famílias italianas, como se observa no trecho onde cita que, quando “já era habitada por cerca de 30 a 40 famílias de imigrantes italianos, surgiu a febre tifóide, que se alastrou por toda região atingindo quase todas as famílias (...)”, esse trecho exemplifica o esquecimento das famílias negras nesse período de epidemia.

As famílias menos atingidas pela epidemia ou que se recuperaram primeiro prestaram socorro aos que ainda estavam doentes: na colheita do café, no plantio do milho, nos afazeres domésticos, em tudo que era possível ajudar e sem cobrar nada. Entende-se que trabalho doméstico nessa época era, exclusivamente, realizado pelas mulheres; porém, o léxico mulher foi subtraído do trecho anterior e conclui que há a invisibilidade da figura feminina nesse relato.

A antiga Venda Nova, durante o tempo escravagista, é refundada sendo conhecida como São Pedro de Venda Nova, homenagem feita ao primeiro local ao chegarem da Itália São Pedro de Araguaia, em Alfredo Chaves. No final do século XIX e início do século XX, na região do Espírito Santo, a cidade é reconstruída em meio às ruínas e às margens da Estrada Imperial. Durante o processo de restauração, encontraram um velho casarão que era usado por antigos mineradores e outros usuários da estrada, que mais tarde tornou-se distrito de Conceição do Castelo e finalmente, vindo a ser municipalizada.¹⁰

O autor faz um apanhado nos diários do bispo D. Pedro de Lacerda, de 1880 e de 1886, para compreender a história dos municípios de Conceição do Castelo e do município de Venda Nova do Imigrante que foi desmembrado, nessa época. Foi marcante para as pessoas da região, pois a busca pelo ouro chamou a atenção de aventureiros e salteadores de todos os tipos, provindo principalmente de Minas Gerais, circulando pela Estrada Imperial. Zandonadi (2019), relembra também sobre Aldeamento de índios puris. Segundo Rocha (2016) que faz um breve relato, sobre o Aldeamento Imperial Afonsino, criado em 1846 pelo governo da província e administrados pelos padres Frei Bento de Gênova e Frei Daniel de Nápoles, para alocar os índios da etnia acima citada, onde atualmente é conhecido como município de Conceição do Castelo.

¹⁰ Estas são lembranças trazidas por Anna Zandonadi moradora da velha edificação quando chegou juntamente com sua família descendente da Colônia Castello, Alfredo Chaves. Comunicação pessoal.

Segundo Rocha (1979), os aldeamentos indígenas,

Pouco diferia de um acampamento de escravos; permanentemente caçados como feras os puris tentavam escapar daqueles que tentavam subordiná-los. Os índios puris eram comumente empregados no penoso serviço de construção de estradas e em destacamentos militares destinados a perseguir escravos fugidos (ROCHA, 1979, p. 52).

A construção da Estrada São Pedro de Alcântara durou mais de dois anos de acordo com o livro *O Tesouro Escondido*, resultado de pesquisas realizadas pelo senhor Benjamim Falchetto. No ano de 1816, já era possível trafegar a pé; mas, foi depois de 4 (quatro) anos que a primeira boiada foi trazida para Vitória, no dia 22 de junho de 1820, tocada pelo boiadeiro Antônio Alexandre Elci Câmara e foi recebida com aclamação pelo povo. Na Carta Régia de 4 de dezembro de 1820, a referida estrada foi declarada pronta.

O livro descreve os primeiros impactos quando os primeiros imigrantes italianos chegaram a esse espaço de terra, que habitava índios tupis e botocudos, que terminaram sendo pegos à força para o serviço braçal na construção das estradas. Os índios e os negros aqui existentes foram transformados em escravos para, enfim, o tão sonhado progresso vir junto com o surgimento das estradas.

O autor descreve as dificuldades dos primeiros imigrantes nessa terra de Venda Nova:

Encontraram aqui quatro fazendas abandonadas, terras férteis, porém inóspita, a natureza selvagem, isoladas do resto do mundo civilizado, longe do comércio, sem estradas e meios de comunicação. Para sobreviver, tiveram que se dar as mãos e juntos construir tudo: casas, igreja, escolas, estradas e pontes. Tudo era feito em mutirão (FALCHETTO, 2017, p. 27).

O crescimento econômico local mostrava-se extremamente necessário e as famílias começaram a crescer e os filhos precisavam estudar. Eis que surge no ano de 1921 a primeira escola para que os filhos dos moradores da cidade pudessem ser alfabetizados; era apenas uma sala de aula onde estudantes grandes e pequenos estudavam juntos do primeiro ao quarto ano, na mesma sala na qual conhecemos hoje como escolas com turmas multisseriadas. Assim que terminassem o 4º ano escolar era necessário trabalhar na lavoura até o exército convocar, pois o serviço militar era obrigatório.

Nesse período, Venda Nova passa a ser o fermento das vocações religiosas e quase todas as famílias tinham meninos e meninas estudando em Colégios religiosos. Os recrutadores da Congregação do Verbo Divino eram pertencente aos Irmãos maristas, os

Salesianos, os Agostinianos e os Verbitas. Muitos alunos seguiam novos caminhos e outros retornavam com o conhecimento ampliado e assim foram construindo escolas de música, teatro. Deram início ao cooperativismo, associativismo e voluntariado, levando Venda Nova a ser destaque nacional.

O autor, em palavras robustas, declara que o local se torna um pólo de cultura numa terra que existia apenas gente inculta, o que era Pantanal no meio da Mata Atlântica transformou-se no Jardim das montanhas no estado do Espírito Santo. Em 2017, Venda Nova aponta como o maior índice de estudantes universitários e de pessoas com curso superior dentre de mais de 5500 municípios, além da renda *per capita* ser igual de Ribeirão Preto (SP) dentre dos mais altos do país. Estes números comprovavam que muitos jovens estavam cursando as universidades no ano 2017; mas, retornaremos a 81 anos atrás para entendermos quem era os professores nessa época e Venda Nova (FALCHETTO, 2017).

Dona Rita, mãe de João Barcelos, era uma senhora muito boa, que mesmo prostada e com a idade avançada ia à casa dos pais dos alunos para fazer os serviços mais humildes como lavar e passar e nada pedia em troca do seu trabalho, serviços inferiores que parte das mulheres italianas não queriam fazer. Afirma, em suas declarações que os italianos, em geral viviam afastados dos negros que, de acordo com a cultura italiana e seus costumes diferentes, consideravam tal atitude não como expressão de racismo, pois a família de Barcelos, que era formada por negros, nunca fora menosprezada (FALCHETTO, 2017).

A Lei Imperial nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, que ficou conhecida como *Lei Áurea*, deixou claro que seria proibido as chibatadas e a venda do negro; pois, se tornaria livre com essa lei, mas sem direito as terras, casas, alimento e escola; eram apenas livres após a abolição da escravatura (FALCHETTO, 2017). O referido autor argumenta que em sua maioria, os negros, recém-libertos retornavam à condição de escravos.

É notório para Luana Santos (2010) que os negros não foram libertos, inferindo que,

Mesmo com o advento da abolição da escravatura em 1888, conseguinte a Proclamação da República, as estruturas socioeconômicas no Brasil seguiam praticamente inalteradas. Embora *livres, homens e mulheres de cor* permaneciam em *cativo*, num estado permanente de marginalização, miséria e abandono (SANTOS, 2010, p. 29).

Dona Rita, em meio a tantos desafios de ser mulher e negra, educou seus filhos para

serem professores. O seu primeiro filho tornou-se professor e se chamava João Barcelos, nesse período surge a mulher e negra assumindo um papel importante dentro do município, a professora Leonidia que assume o cargo assim que seu irmão é transferido e sua família continua a morar na escola (FALCHETTO, 2017).

Acerca da presença de negros africanos em território espírito-santense, Cleber Maciel vai relatar que,

No território capixaba do século XIX, podiam ser encontrados africanos escravizados juntamente com negros transferidos, principalmente da Bahia e de outras regiões do Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais, incluindo a movimentação migratória pós-republicana. Isso significa que para compreender a origem dos negros capixabas do século XX deve-se também considerar a movimentação migratória dos grupos negros que chegaram vindos de outras regiões do País e as miscigenações diversas ocorridas ao longo do tempo (MACIEL, 2016, p. 29).

O que o autor esclarece e que deve ser compreendido sem nenhuma paixão é que a faixa litorânea da Província do Espírito Santo recebeu negros oriundos da África desde meados do Século XVI; no entanto, o interior, afastado do litoral, em especial a Região Serrana é somente já no Século XIX que se vai ter ocupações mais coordenadas com a política de interiorização do País.

Segundo Maciel (2016),

Os historiadores são unânimes em afirmar que a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos. Além disso, eles afirmam que é quase impossível, nos dias atuais, apontar com absoluta certeza a origem dos negros capixabas (MACIEL, 2016, p. 63).

O autor prossegue sua explanação citando Novaes (1963, pp. 23-26)¹¹, onde esta pesquisadora afirma que “suspeita-se que por causa das revoltas de escravos acontecidas em São Mateus, Guarapari, Serra e na área de Itapemirim, foi muito significativa a presença de Sudaneses Muçulmanos nessas regiões” (MACIEL, 2016, p. 64).

Outra contribuição de grande valia para este mistério arqueológico sobre a origem dos negros que foram trazidos ao Brasil e as negociações entre senhores de engenho e do café é a que se deve ao Senhor Rui Barbosa (1849-1923), que tãologo assumiu a cadeira de Ministro da Fazenda mandou atear fogo nos documentos sobre os negros que encontravam-se naquele prédio.

¹¹ NOVAES, Maria Stella de. *Escravidão e abolição no Espírito Santo*. História e Folclore. Vitória. Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. 1963, p. 23 a 26.

Especificamente sobre a população negra no Espírito Santo, Maciel (2016) argumenta que,

É muito importante lembrar que o total de escravos no Espírito Santo em 1887 era de 13.382 pessoas. Logo, pode-se afirmar que esse era o número mínimo de pessoas negras, uma vez que não existiam escravos brancos. Como após quase não há mais informações sistemáticas sobre a cor das pessoas, fica difícil saber como foi a mobilidade censitária da população negra depois do fim da escravidão. Se antes de 1888 os dados eram imprecisos, depois dessa data ficaram muito mais, porque a maior parte das pesquisas sobre o número de pessoas não fazia referência à cor da pele. [...] Após 1888, sem escravidão, quase não era possível saber o número mínimo de negros. Aliás, parecia até que os negros estavam 'desaparecendo' em meio a tantos brancos que chegaram através da grande imigração européia (MACIEL, 2016, pp. 72-3).

Esta situação retratada por Cleber Maciel é um perigo, do ponto de vista histórico e no quesito identidade, porque como havia uma depreciação generalizada dos negros e o desejo de branqueamento população, mostrava-se até *natural* que as estatísticas assim publicassem seus resultados.

Toda uma maquinaria ideológica para a negação até mesmo da existência da população foi negra foi pensada e aplicada como parte do modelo eugenista *a tupiniquim* e não deu certo, mas os efeitos persistem ao longo da história da nação em que a discriminação persiste como marca histórica de sua condição de vida, em que são minorias em todos os campos políticos da vida social organizada.

Quando se pensa em divisões de sexo (homens e mulheres), a coisa não muda nada, não passando de um eufemismo, porque no fim é toda a população negra que encontra-se à margem das oportunidades, não por terem sido escravos, o que é outro eufemismo; esta situação já está no passado há mais de um século e se até hoje não foi superada é por causa de incompetência intelectual de uma parte e por falta de caráter por outra que, ainda deseja explicar uma fraude política do Estado contra um grupo populacional por meio de um sistema já abolido.

Maciel narra, em sua obra que,

Um cientista alemão, Ernest Wagemann¹², que estudou a colônia de seus

¹² Ernest Wagemann nasceu em 18 de Fevereiro de 1884, em Chañarcillo, Chile, faleceu em 20 de Março de 1956, em Bad Godesberg, Alemanha. Foi economista político e estatístico muito atuante na Alemanha a partir dos anos de 1920, sendo o fundador do Instituto de Pesquisa Econômica (1925), mais tarde denominado Instituto Alemão de Pesquisa Econômica, e em 1932 lançou o Plano Wagemann para combate à crise econômica. Em 1948, de volta ao Chile, atuou como professor, retornando para a Alemanha em 1953 (ESTAÇÃO CAPIXABA, 2015, p. 01).

conterrâneos no Espírito Santo, em 1913, relatou que entre os colonos alemães a forma mais predominante de aquisição de terras funcionava da seguinte forma: existiam pelo interior muitas localidades onde já estavam os nativos, quase sempre negros, que detinham a posse de um pedaço de terra, com algumas estacas de demarcação de limites e uma casinha, onde eles caçavam e faziam derrubadas e queimadas de mato para as plantações de banana, café, mandioca e feijão. Nessas condições, eles iam vivendo meio isolados como se ainda estivessem em quilombos, fugindo da escravidão. Então, chegavam os imigrantes ou seus descendentes que viam naquelas terras, já desbravadas e com algumas benfeitorias, uma oportunidade de negócio. Assim, usando dos mais diversos artifícios, acabavam expulsando os negros que iam em busca de novas áreas. Depois de se apossarem das terras, os imigrantes aumentavam a derrubada, ampliavam os limites e as plantações e usando os benefícios das leis, regularizavam as posses, transformando-as em suas propriedades (MACIEL, 2016, p. 113).

O que este chileno de origem alemã, que veio ao Brasil pesquisar sobre os imigrantes alemães em *Tierra Brasilis Tupiniquins* e que mal deve ter saído de seu quarto de hotel, na Praia do Canto, ou seja, não foi conversar com nenhum alemão que estava se lascando no meio do mato, enfrentando a rudeza bravia da natureza selvagem brasileira, escreveu o que contaram a ele, porque esta era uma obrigação assumida pelo Estado Brasileiro, porque foram à Europa e fizeram propagandas enganosas do mesmo quilate que fizeram aos nordestinos do semi-árido para virem para trabalhar na Indústria em São Paulo.

Não há que discordar de que, como os ex-escravos negros estivessem em condições miseráveis, aceitassem trabalhar para estes que detinham alguma coisa, doado pelo Estado Brasileiro, em troca de comida e abrigo e fossem novamente explorados, agora de uma forma menos perversa aos olhos dos [ditos] humanistas. O que se tem de fato, é nada mais que a troca de um tipo de escravidão por outra, em que se explorava o corpo do indivíduo, sem que se fizesse dono absoluto deste.

Gomes (2002), vai argumentar, a partir deste embate que,

Quando pensamos nos africanos escravizados e trazidos para o Brasil, sempre vem à nossa mente o processo de coisificação do escravo materializado nas relações sociais daquele momento histórico. Esse processo se objetivava não só na condição escrava, mas na forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento. Mesmo diante de tal situação, em que a liberdade oficial estava condicionada à carta de alforria, os escravos e as escravas desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade (GOMES, 2002, p. 57).

A autora chama atenção aqui, ao problema de subjugação do espírito pela doutrinação e esmagamento do corpo do indivíduo, porque é através deste que ele pode problematizar seus problemas intrínsecos e extrínsecos e, novamente, a questão do sexo (homem e mulher) no regime escravagista se perde, porque o problema posto não estava relacionado a este detalhe, mas a uma questão de cor da pele, a expressão de um fenótipo genealógico que não havia como se defender ou disfarçar. A única coisa que o sexo vai determinar aí é o tipo de agressão a que vai ser submetido este corpo, não necessariamente se vai ou se não vai ser agredido.

C. Maciel (2016) explana que,

Com o fim da escravidão, todos trabalhadores passaram a ser livres e com direito a receber salários. Porém, como já foi dito, muitos dos antigos senhores mandavam embora seus trabalhadores negros, considerando que a partir de então eles eram livres, davam trabalho somente para os brancos. Nos casos em que negros eram admitidos, normalmente os patrões só os aceitavam pagando bem menos do que era pago aos brancos pelo mesmo trabalho. Na falta de trabalho e em virtude da necessidade de sobreviver para alimentar suas famílias, muitos negros concordaram em ganhar menos. Mas, eram extremamente explorados, humilhados e, sem ter como melhorar de vida, eram perseguidos pela polícia e enganados pelos políticos. Ao mesmo tempo, os imigrantes iam prosperando, ganhando ou comprando terras, recebendo apoio dos empresários e políticos, além das facilidades do governo (MACIEL, 2016, p. 114).

Estes senhores de propriedades admitiam os negros por causa da incompetência dos brancos para administrar os sistemas de produção, porque a fala de Oliveira Viana (1883-1951) e de outros eugenistas era de que a simples presença de brancos nas fazendas já fazia a produtividade elevar-se, ou seja, a questão de domínio da técnica, habilidades com o negócio não estavam postos em questão e muita gente acreditou nisto, até que se viram apertados e sem renda, com os empreendimentos ruindo, o que forçou-os a que contratassem quem dominava o sistema de produção, no entanto, em condições mais ou tão precárias quanto o era na época da escravidão.

Muitos dos atuais negros capixabas encontram-se trabalhando em serviços que pagam baixos salários, como nas obras de construção de prédios, nos serviços de carregamento e descarregamento de caminhões, trens e navios, nos baixos escalões da polícia militar, nos serviços de segurança particular, nos serviços de construção, limpeza e manutenção das obras nas cidades, nos trabalhos rurais pesados, nos serviços domésticos e nos de piores salários das indústrias e do comércio (MACIEL, 2016, p. 115).

A questão da escravidão e das péssimas condições de vida a que foram condenados os negros, após a Abolição da Escravatura, em maio de 1888, não se deve a eles e em muitos casos, não foram enxotados das propriedades por mera maldade dos fazendeiros. Trata-se muito mais de uma Política de Estado. A exemplo, em Laranja da Terra, Leopoldino, O Bravo, quando recebeu a notícia da abolição, em 1895, doou uma gleba de terra aos seus ex-escravos, agora libertos, para que pudessem seguir com suas vidas com dignidade (SOUZA, 2012). No entanto, havia ajuda governamental aos imigrantes europeus e aos fazendeiros que contratava esta mão de obra branca; benefício que não se estendia àqueles que utilizavam a mão de obra dos negros.

Junto com isto, houve toda uma propaganda política, em que se desmotivava os fazendeiros a contratarem estes indivíduos que, até dias atrás eram os responsáveis pela produção de suas propriedades e empreendimentos. É um contraste, porque os europeus que chegavam ao Brasil nem sabiam o que era café, lavouras, pecuária de grande porte. Como poderiam inovar e ampliar a produção, sem domínio algum da técnica? Considerando que nem ao menos a conheciam, de fato.

Quanto a estes indivíduos negros, libertos, como poderiam requerer ajuda financeira aos órgãos de fomento para levarem adiante seus projetos e empreendimentos. Diante desta rudeza que o Direito Positivo impôs sobre si, restava a busca por uma resposta no fundo de uma garrafa de cachaça, já que não a encontrava em qualquer outro lugar digno. O Estado criou uma política perversa com relação a estes indivíduos e, como forma de se esquivar da culpa histórica pelo que estava causando agora, a homens livres, criou discursos pejorativos contra estas pessoas.

Este formato de depreciação de quem um dia fez parte da vida cotidiana, cuidou dos filhos, educou-os, zelou por sua segurança e, de repente, é transformado em um demônio a ser exorcizado até da nação, como se fossem monstros, provocou a grande derrocada e a formação de um grupo marginalizado socialmente e que depois disto, jamais recuperou-se com a devida dignidade a quem fazem jus.

A mulher, de descendência africana não é suserviente como a europeia, em que sua função era a de parir e cuidar dos filhos. Na África, devido a seu sistema tribal, as mulheres, desde cedo se veem na iminência de, além de cuidar dos afazeres domésticos e da prole, são obrigados a negociar, administrar os bens da família, as terras, os animais, a lavoura e a defender os seus lares (FISCHER, 2006).

E não foi diferente no Brasil, em que mesmo escravizadas, não perderam suas

atitudes de comando de situações e posições de luta em prol de suas identidades como mulheres e mães. O problema, mais uma vez se situa em torno da desconstrução de uma identidade que conduz, inevitavelmente, à construção de uma personalidade desvinculada ontologicamente de suas raízes.

Gomes (2002) expande a discussão sobre a questão do corpo e sua relação com a escravidão, colocando em discussão que,

Se o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, a relação histórica do escravo com o corpo expressa muito mais do que a ideia de submissão, insistentemente pregada pela sociedade da época e que ecoa até hoje em nossos ouvidos. Será que a escola tem dado uma outra leitura a essa relação? Ou as crianças negras e brancas, quando estudam a questão racial, ainda participam da representação do corpo negro apenas como um corpo açoitado e acorrentado? Será que hoje, em pleno terceiro milênio, os livros didáticos e as discussões sobre a história do negro no Brasil realizadas pela escola destacam que o corpo negro, desde a época da escravidão, sempre foi um corpo contestador? (GOMES, 2002, p. 89).

Se a autora realiza esta pergunta é porque a resposta já está dada a quem interesse a investigação sobre o tema, porque é assim que funciona; cria-se uma narrativa de negação sobre o outro, escondendo uma particularidade que seja a mais poderosa neste ser e a partir sua ontologia é negada juntamente com ele. Muitos foram as violações corporais sofridas pelas mulheres negras, simplesmente porque assim, se acreditava que não mais exerceriam poder sobre os homens e mulheres.

CONCLUSÃO

A situação da população negra no Brasil é um campo de estudos políticos efervescentes e o sua exploração depende de aprofundar os temas em locais onde ocorreram sistemas de exploração escravagista, a fim de compreender o desenvolvimento das ações em favor dos negros após a abolição da escravatura e como eles sobreviveram às campanhas de negação de sua cultura e sua própria existência e presença em solo brasileiro, tão necessária, momentos antes.

Neste campo de interpretação complexo, destaca-se a região de venda Nova do Imigrante que, tendo negros ocupando suas terras antes da chegada dos europeus vindo da Itália, com a propaganda política e o discurso exaltado de embranquecimento do País, como forma de se alcançar o tão propalado progresso econômico, isto provocou a perda da identidade histórica do local que, apagou a história dos negros e nem teve como criar

uma história à altura de criação local para os recém-chegados loiros.

O que se nota, a partir do trabalho de pesquisa realizado e redigido é que, os conflitos que se mostram entre brancos e negros no município de Venda Nova do Imigrante, ES, são determinados pela tentativa de supressão de uma história de um povo e a ausência de outra, respectivamente. Aceitando a existência anterior de indivíduos negros na região e toda uma condição de luta contra as adversidades que a vida lhes impuseram, à força e, mais tarde com a ocupação italiana e todo o avanço que puderam agregar à cidade, ter-se-ia uma dimensão histórica sequencial, ausente de conflitos que não agregam quaisquer valores a nenhuma das partes.

A questão da presença, ainda de preconceito com relação aos negros, no Brasil, se deve ao discurso ideológico, em que a fim de justificar a condição desumanizante da escravidão contra iguais, no sentido de compreensão de que são seres humanos, a Igreja Católica disseminou a ideia de que eles não possuíam *alma*. Por este termo, entenda-se, não pensam, não sentem, não abstraem; são coisas e assim reificaram todo um grupo de pessoas, de maneira indistinta.

Tudo o que ainda se ressent e termina em discriminação são resultados de um ódio não superado e medo de uma cultura que se mostrou superior em muitos sentidos, destacando o desbravamento e a abertura de uma terra selvagem, ajudando-a a consolidar-se como uma das 10 (dez) maiores economias do mundo em poucos séculos de existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 15/06/2020.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FALCHETTO, Benjamim. *Tesouro escondido*. Vitória: GSA, 2017.

FISCHER, Helen. *Anatomia do amor: a história natural da monogamia, do adultério e do divórcio*. Rio de Janeiro: Eureka, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*.

Set/Out/Nov/Dez, Nº 21, pp. 40-51, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. [2017]. Disponível em: geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Relações-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discussão.pdf. Acesso em 20/06/2020.

GOMES, Nilma Lino. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez, pp. 40-52, 2002, Nº 21.

LEAL, João Eurípedes Franklin. A Rota Imperial da Estrada Real: A Estrada São Pedro de Alcântara. In: *Espírito Santo: História*, realização Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: Instituto de História e Geografia do Espírito Santo - IHGES, pp. 01-06, 2016. Coleção Renato Pacheco nº 4.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. Ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROCHA, Gilda. *Aldeamento Imperial Afonsino*. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/espíritosanto_indios/index.htm. Acesso em 16/06/2020.

ROCHA, Gilda. Aldeamento Imperial Afonsino. Vitória: *Revista de Cultura Ufes*. Vitória, a.1 – n.II: p. 52,1979.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.1, n.1, pp. 01-08, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/13509-Texto%20do%20artigo-21001-1-10-20120819.pdf>. Acesso em 15/06/2020.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MÜLLER, Maristela; SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca da. Entre linhas: a pesquisa na formação de professores em Artes Visuais e as aproximações com um jantar. *DAPesquisa*, Florianópolis, v. 14, n. 22, p. 33-48, abr., 2019.

NÓVOA, António. *Formação de professores e profissão docente*. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 05/09/2019.

Capítulo 6
UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO ACERCA DA
(IN)VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DA GUARDA
COMPARTILHADA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER
Júlia Silva Gonçalves
Daniela Simões Azzolin

UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO ACERCA DA (IN)VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Júlia Silva Gonçalves

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Pós-graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. E-

mail: juliasilvagoncalves15@gmail.com.

Daniela Simões Azzolin

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Pós-graduada em Advocacia Feminista e Direitos da Mulher pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério

Público (FMP). Graduada em Direito pela Universidade Franciscana (UFN).E-mail:

danielaazzolin@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata da viabilidade ou não do deferimento da guarda compartilhada dos filhos em comum, entre agressor e vítima, no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Busca-se, partindo da visão das mulheres como grupo heterogêneo, analisar as formas como a Lei Maria da Penha alterou, ou não, o arquétipo social para os crimes que envolvem a violência contra a mulher no ambiente familiar, quais são os estigmas que os acompanham e de que forma essas demandas são tratadas ao chegar no âmbito da Polícia e do Judiciário. Ainda, a presente pesquisa procura delimitar quais são as principais consequências para as mulheres-mães que sofrem esse tipo de violência e para seus filhos, afetando de forma grave o seu desenvolvimento ao longo da vida. Ainda, são analisados os modelos de guarda vigentes e as especificidades que determinam a sua escolha, especialmente levando-se em consideração a máxima em nosso ordenamento jurídico, a qual determina que a guarda deve ser compartilhada sempre que possível, sendo a regra na maioria dos casos. Diante disso, objetiva-se compreender se o modelo compartilhado é o mais adequado aos casos nos quais existe a violência doméstica, especialmente durante a vigência de medida protetiva em favor da mulher. Dessa forma, são analisadas as relações hierarquizadas de gênero e como estas influenciam as conjunturas familiares existentes utilizando-se do método dedutivo, partindo-se da premissa geral da estipulação legal da guarda compartilhada como regra no Código Civil de 2002, para a análise dos casos específicos marcados pela violência contra a mulher. Ao final, chega-se à conclusão de que nem sempre a guarda deve ser

deferida a ambos os genitores, especialmente quando as dinâmicas familiares são marcadas pela violência, primando-se pelo melhor interesse da criança e à proteção da saúde física e psíquica da mulher.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Guarda compartilhada. Gênero. Famílias. Feminismo.

ABSTRACT

This article deals with the feasibility or not of granting shared custody of children in common, between aggressor and victim, in the context of domestic and family violence against women. Based on the view of women as a heterogeneous group, the aim is to analyze the ways in which the Maria da Penha Law changed, or not, the social archetype for crimes involving violence against women in the family environment, what are the stigmas that accompany and how these demands are dealt with when they reach the Police and Judiciary. Still, this research seeks to delimit what are the main consequences for women-mothers who suffer this type of violence and for their children, seriously affecting their development throughout life. Still, the current custody models and the specificities that determine their choice are analyzed, especially taking into account the maxim in our legal system, which determines that custody must be shared whenever possible, being the rule in most cases. In view of this, the objective is to understand whether the shared model is the most appropriate for cases in which there is domestic violence, especially during the validity of a protective measure in favor of women. In this way, hierarchical gender relations are analyzed and how they influence existing family circumstances using the deductive method, starting from the general premise of the legal stipulation of shared custody as a rule in the Civil Code of 2002, for the analysis of cases specific areas marked by violence against women. In the end, it is concluded that custody should not always be granted to both parents, especially when family dynamics are marked by violence, striving for the best interest of the child and the protection of the woman's physical and mental health.

Keywords: Domestic violence. Shared custody. Gender. Families. Feminism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo examina a possibilidade ou não da aplicação do regime da guarda compartilhada em contextos de violência doméstica, considerando as consequências que essa violência causa às mulheres e aos seus filhos. Nesse sentido, ressalta-se que o estudo das relações hierarquizadas de gênero é elemento fundamental de análise, tendo em vista que as relações familiares são fortemente influenciadas pelas consequências que essa hierarquia reproduz na sociedade.

Para tanto, a pesquisa realizada aborda diferentes doutrinas e jurisprudência utilizando-se do método dedutivo: partindo de uma compreensão geral do surgimento e aplicação da guarda compartilhada no ordenamento jurídico brasileiro para chegar aos

casos específicos relacionados à violência doméstica contra a mulher e, a partir disso, analisar se o regime compartilhado é o mais adequado.

Dessa forma, no primeiro capítulo analisa-se o surgimento da Lei Maria da Penha, em que contexto se deu e de que forma essa lei foi capaz, ou não, de alterar a vida das mulheres que passam por situações de violência. Ainda, pela perspectiva de gênero, discute-se a ineficácia desta Lei no que tange ao arquétipo social construído para esse tipo de crime, e o que precisa mudar para que as mulheres-mães consigam uma maior autonomia e segurança, para si e para os seus filhos.

No segundo capítulo, são analisados os modelos de guarda vigentes e o processo histórico e social que levou ao entendimento da guarda compartilhada como regra no Código Civil de 2002. Para isso analisa-se o papel da mulher na família ao longo dos anos e como a função desta sempre foi relacionada ao cuidado e à maternagem, enquanto os homens foram educados para serem os provedores da família, sem dar muita atenção ao afeto. Apesar disso, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a sua busca crescente por autonomia, muitos homens decidiram atuar de forma mais participativa no cuidado com os filhos, postulando o direito à uma convivência mais ampla, porém ainda sem uma divisão equânime da maioria dos deveres de cuidado.

Mas afinal, até que ponto a preferência legal pela guarda compartilhada, amparada na doutrina da proteção integral, em casos de violência doméstica contra a mulher pode ser considerada protetiva?

Dessa forma, discute-se a eficácia da guarda compartilhada em situações de violência doméstica frente ao contexto social em que esta ocorre, principalmente no que se refere aos papéis de gênero, averiguando-se se a aplicação desse instituto é regra que favorece a transformação social e ainda, se o mesmo é o regime mais adequado em casos de violência doméstica contra a mulher. Texto justificado. Margens: superior e esquerda 3cm, inferior e direita 2cm. Recuo da primeira linha 1,25cm, contendo as principais ideias que norteiam o texto do artigo, objetivos, fase da pesquisa, procedimentos metodológicos, quando for o caso, etc.

1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O DIREITO DAS FAMÍLIAS

Dentro do contexto da violência institucionalizada e legitimada na sociedade, está a violência contra a mulher, elemento central para entender as desigualdades de gênero que se perpetuam até os dias de hoje.

A nossa sociedade é tomada de símbolos culturais que agregam representações variadas sobre o feminino e o masculino, esses símbolos são dotados de conceitos normativos, encontrados nas doutrinas religiosas, na escola e nas leis, como assevera a historiadora e professora Joan Scott (1990). Na visão de Scott, o gênero é elemento constitutivo das relações sociais e formação dos indivíduos que nela se desenvolvem, além de ser a forma primária de dar razão às relações de poder, não podendo ser olvidado como categoria de análise.

Dessa forma, a seguir serão analisadas as mudanças que a Lei Maria da Penha trouxe para as mulheres, assim como as consequências nefastas que essa violência acarreta para as crianças e adolescentes que se desenvolvem nessa realidade.

Avanços e retrocessos da Lei Maria da Penha

A Lei nº 11.340/06 - Lei Maria da Penha (LMP), inspirada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará, e nos trabalhos de ONG's feministas (BANDEIRA, 2009) proporcionou uma mudança da atuação jurídica no tratamento da violência de gênero que ocorre no ambiente doméstico. Mais do que isso, buscou promover uma mudança nos valores sociais quanto à violência ocasionada em razão do gênero dentro das relações familiares, domésticas e afetivas.

Esse instituto legal trouxe importantes inovações, como a prevista no artigo 30 que se refere à criação de equipe de atendimento multidisciplinar, a qual atua nos Juizados Especializados de modo a facilitar a atividade do juiz da vara judicial, da mulher agredida e de seus familiares. A lei ainda incentiva a atuação de profissionais de outras áreas, como os da psicologia e do serviço social para um melhor tratamento da vítima.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha exemplifica os principais tipos de violência contra a mulher sem criar novos tipos penais, mas favorece uma releitura dos tipos já existentes, além de assegurar um tratamento diferenciado (discriminação positiva) para a mulher, de modo a tentar suprir as diferenças decorrentes do gênero (RÉGIS, 2015). Logo, foi ampliado o conceito de violência doméstica para abarcar outras condutas que já estavam bastante presentes nas Varas de Família, como a violência patrimonial em processos de divórcio com partilha de bens, por exemplo.

Contudo, apesar de alguns avanços, sua vigência e aplicação não foram capazes de alterar o arquétipo popular para esse tipo de problema nem de criar uma teia de proteção realmente eficaz para as mulheres que sofrem a violência dentro de suas casas, muito menos para as crianças e adolescentes que se desenvolvem dentro desse contexto familiar.

Além disso, verifica-se que o processo criminal também é um instrumento estigmatizante da própria vítima, uma vez que na grande maioria dos casos não permite a participação da mulher na construção da resposta penal tradicional. Assim, a mulher que denuncia a agressão muitas vezes é vista como uma pessoa desequilibrada, ou pior, se ela decide retomar o relacionamento com o autor da violência é desacreditada e ridicularizada por aqueles com quem convive.

No contexto da violência doméstica, Martha Chamallas (2003) defende que uma alternativa para pensar em respostas jurídicas quanto a esse problema é a possibilidade de se reconhecer, por aquela que narra, e por quem conduz a pesquisa, os mecanismos exploratórios dominantes relacionados ao gênero, à raça e à classe social que podem estar invisibilizados. Isso porque, por trás de todo caso de violência doméstica, existe uma estrutura sexista, racista e patriarcal, ainda muito presente em nossa sociedade, na qual alguns homens sentem-se no direito de subjugar a mulher ao seu domínio e aos seus desejos.

Neste sentido, imprescindível o papel da educação, que deve começar na família e estender-se à educação formal. Devemos ensinar meninos e meninas, desde cedo, a reconhecer e a respeitar as diferenças, os valores éticos e sociais da pessoa e da família. (VARGAS, MACHADO, 2017, p.102)

Dessa forma, apesar da LMP não prejudicar a mulher de forma explícita e propor algumas estratégias de enfrentamento ao problema da violência doméstica e familiar, não conseguiu minorar de forma efetiva a incidência desses casos nas dinâmicas familiares, conforme pesquisa realizada pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC)¹³.

¹³ Segundo pesquisa realizada em fevereiro de 2021 pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria) 6% das mulheres brasileiras relatam ter sofrido agressão física por parte de seu namorado, companheiro ou ex, o que equivale a 5,3 milhões de mulheres de 16 anos ou mais. Essa vulnerabilidade se torna ainda mais grave quando verifica-se que o percentual é maior entre mulheres de 35 a 44 anos (8%), pretas e pardas (7%) e com ensino fundamental (11%). Esses números são compatíveis com o perfil das vítimas de feminicídio no país, que atinge majoritariamente mulheres entre 30 e 44 anos (41,4% das vítimas) e com baixa escolaridade, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A Lei 11.340/06 tampouco logrou êxito em fornecer rotas de fuga e favorecer o cumprimento da proteção integral de crianças e adolescentes que vivem em contextos de violência doméstica, principalmente quando o autor dessa violência, é o genitor. Desse modo, acabou-se incumbindo às Varas de Família o enfrentamento desse problema quando da designação do regime de guarda e convivência desses jovens em situação de vulnerabilidade, levando à uma inadiável colisão de princípios, como será analisado no decorrer deste estudo.

Impactos da Violência Doméstica no desenvolvimento de crianças e adolescentes

A família é considerada como elemento basilar da nossa sociedade, meio natural para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo, por isso mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça que crianças e adolescentes devem receber proteção e assistência para se desenvolverem de forma plena, priorizando a família como meio determinante para que isso aconteça (SAGIM, 2008).

Nesse contexto, ressalta-se que a noção de família mudou bastante com o decorrer dos anos, podendo significar atualmente a “[...] coexistência sob o mesmo teto de pai/mãe, avó/avô, tios/tias, primos/primas e/ou irmãos/irmãs; ou mesmo formas de viver em conjunto que envolvem pessoas unidas não por laços de parentesco civil, mas por enlaces de amizade [...]” (MENDES, 2016, p.02), por exemplo, sendo visível a existência dos mais variados arranjos familiares.

Essas alterações se deram, em parte, em razão dos movimentos feministas ao redor do globo que levaram à entrada da mulher no mercado de trabalho, à facilitação do acesso à métodos contraceptivos eficazes (principalmente para mulheres brancas de classe média), à instituição do divórcio no Brasil, à legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo, entre outros avanços sociais.

Porém, mesmo com alguns progressos na seara das famílias, as relações intrafamiliares estabelecidas ainda são fortemente marcadas pelo imaginário da figura feminina atrelada quase que indissociavelmente à domesticidade. A responsabilidade pela educação e cuidados dos filhos é destinada à mulher e o controle das outras esferas sociais/universais destinado à figura masculina. A subordinação da mulher dentro do ambiente familiar se dá, não raro, pela violência, seja ela física, sexual, psicológica, moral

e/ou patrimonial, ou seja, seja qual for o modelo familiar, este ainda é um *locus* de dominação masculina, de “poder selvagem” (FERRAJOLI, 2006).

A violência que parece ser invisível aos olhos de muitos, inclusive às Varas de Família, na verdade atinge não somente a mulher, mas todos com quem ela se relaciona, especialmente os filhos. Nesse contexto, conforme apontam Diniz e Angelim (2003, p. 26-27):

Crianças e adolescentes que crescem em contextos de violência frequentemente apresentam uma série de dificuldades pessoais e interpessoais. É comum a presença de ansiedade, medo, depressão. Podem surgir distúrbios de aprendizagem e de comportamento – falta de atenção, queda de rendimento escolar, irritabilidade e agressividade com os colegas.

Esses ambientes de violência são caracterizados pela presença do temor, de atitudes de coisificação do outro e de conseqüente negação de suas necessidades e desejos, pela privação de natureza afetiva, econômica e/ou social e por último, por processos de distorção da realidade subjetiva ou interpessoal (BUCHER-MALUSCHKE; ARAÚJO, 2004).

Assim, segundo Diniz e Angelim (2003), esse processo acaba gerando sentimentos de indiferença de um membro da família para com o outro, comunicação e trocas afetivas precárias e a disseminação de condutas violentas e autodestrutivas como meio de interação entre os membros da família, assim como destes para com a sociedade.

Segundo as pesquisadoras, também cabe lembrar que pessoas que vivem em ambientes violentos podem ter mais dificuldade em se individualizar. Os filhos ocupam muitas vezes o papel de mediadores e moderadores da agressividade entre pai e mãe, se vendo obrigados a assumir uma colocação não lhes cabe, prejudicando sobremaneira o seu desenvolvimento, uma vez que são expostos às queixas e comportamentos violentos, seja na fala ou em atitudes, de um genitor para com o outro.

Os filhos, nesse caso, acabam sendo onerados também com o papel de cuidadores, sejam da mãe, que já se encontra fragilizada pela usurpação reiterada de seus direitos, como dos irmãos, que acabam muitas vezes tendo que se “criar sozinhos”, contando com o auxílio apenas uns dos outros. Esse lugar ocupado pelas crianças e adolescentes envolvidos pela dinâmica familiar acima narrada é extremamente desgastante e gerador de conflitos de lealdade, nos quais o jovem não sabe qual lado tomar em uma guerra que não possui vencedores, mas apenas vítimas.

2. A ESTIPULAÇÃO DO REGIME DE GUARDA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Código Civil de 1916 tinha um caráter altamente repressivo e punitivista, determinando que em caso de desquite, os filhos ficassem sob a guarda do cônjuge “inocente”, ou seja, procurava sancionar quem “deu causa” a separação, e na maioria dos casos, a culpa recaía sobre a esposa. Como consequência disso, o antigo ordenamento jurídico utilizava os filhos como “prêmio”, desconsiderando o seu interesse e objetificando-os como moeda de troca (DIAS, 2021)

Essa situação alterou-se, em parte, com a promulgação da Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio) e posteriormente com a publicação do Código Civil de 2002, além das mudanças decorrentes do ingresso da mulher no mercado de trabalho, necessitando de uma nova regulamentação do regime de guarda.

Porém, por trás dessa aparência de família moderna, ainda existem muitos empecilhos para a efetivação plena dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar em um ambiente saudável e seguro. Nesse contexto, como deve proceder o magistrado quando na separação do casal é constatada a prática de violência doméstica contra a mãe, perpetrada pelo genitor, quando ambos desejam a guarda dos filhos? Essa é a pergunta que se tenta responder ao longo deste capítulo.

Evolução histórica das famílias e dos regimes de guarda

Com a Constituição da República, ficou consagrado o princípio da igualdade, assegurando ao homem e à mulher os mesmos direitos e deveres referentes à sociedade e conjugal, previsto no artigo 226, § 5º, Constituição Federal, o que provocou reflexos significativos no poder familiar (DIAS, 2021). Ademais, o Estatuto da Criança e do Adolescente deu prioridade absoluta a esse grupo especialmente vulnerável, transformando-os em sujeitos de direito.

Dessa forma, considerando a igualdade formal entre homens e mulheres inaugurada pela Constituição Federal (igualdade meramente formal, pois a prática ainda é outra), o princípio do melhor interesse da criança, balizado pela doutrina da Proteção Integral, foi cada vez mais utilizado por parte dos pais que passaram a reivindicar uma participação maior na vida dos filhos.

Esse movimento inaugurou algumas conquistas para o gênero masculino na seara das famílias, e por que não, em muitos casos essa conquista também é dos filhos, sendo talvez, a mais importante delas, a publicação da Lei 11.698/08, que alterou o Código Civil instituindo a guarda compartilhada como modelo preferencial a ser seguido (artigo 1.584, § 2º, CC).

Dessa forma o Código Civil, em seu artigo 1.583, dispõe acerca de dois tipos de guarda, a unilateral e a compartilhada, definindo como guarda compartilhada aquela de responsabilidade conjunta e exercício de direitos e deveres pelo pai e pela mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar sobre os filhos em comum. De outro lado, o mesmo artigo define a guarda unilateral como aquela atribuída a um só dos genitores, ou a alguém que o substitua, sem necessariamente haver a perda do poder familiar por aquele que não detém a guarda.

Passou a ser recomendada a guarda compartilhada sempre que ambos os pais detenham o poder familiar e que não tenham informado explicitamente que não a desejam. Assim, na guarda compartilhada existe a fixação de uma residência para os filhos, considerada o seu lar de referência, mas os pais tomam em conjunto as decisões referentes à prole, como a escolha da escola em que irão estudar, organização dos horários e da rotina, escolha das atividades complementares, etc.

Contudo, para que a guarda compartilhada seja realmente eficaz no cumprimento do melhor interesse da criança, é imprescindível a participação conjunta dos pais nos direitos e responsabilidades sobre a vida dos filhos, sendo necessária a convivência minimamente harmônica entre eles, com respeito e sem violência.

Dessa forma, nos casos de violência doméstica contra as mulheres, quando a dissolução da união amorosa ocorre em razão da impossibilidade de se manter uma vida conjugal com o próprio agressor, situação agravada quando existem filhos em comum, a vítima/mulher/mãe se vê em um dilema delicado, tendo em vista o iminente risco à pessoa da mãe e/ou dos filhos, como será explanado a seguir.

Aplicação compulsória da guarda compartilhada: necessidade ou imprudência?

Nas Varas de Família, é comum a disputa pelos filhos em contextos de variados tipos de violência que a mulher é vítima no âmbito doméstico. Ainda, a resposta penal dada pelo Estado, no mais das vezes, lenta, é apenas uma das esferas em que essa violência

é enfrentada, de modo que é possível e necessária a integração da esfera criminal e seus instrumentos protetivos com outras áreas do Direito, entre estas, o Direito de Família.

Da mesma forma que as medidas protetivas determinadas pela Lei Maria da Penha, tais como o afastamento do agressor do lar e da convivência com a vítima são necessárias para a integridade física e mental da mulher, essas medidas também são um empecilho à convivência paterno-filial (MARTINS; FUCHS; CURY 2017).

Nas disputas pela guarda dos filhos, são suscitadas questões que devem ser analisadas para além do cuidado propriamente dito para com eles, tendo em vista que em situações de violência doméstica e familiar o compartilhamento da guarda transcende o “desejo de cuidado” e reflete um exercício de poder perante a família. Ainda, a determinação do regime compartilhado pode reacender pontos de tensão entre os genitores, uma vez que demanda um contato constante entre eles para as situações cotidianas (MENDES, 2016)

Não se quer aqui dizer que a guarda compartilhada não é benéfica, de forma geral, aos filhos, nem que o direito de convivência entre pais e filhos deva ser tolhido de forma autoritária sem o devido contraditório, o qual muitas vezes é confundido com o instituto da guarda. O que se expõe no presente estudo é que a determinação do regime da guarda compartilhada como regra no ordenamento jurídico vigente, estabelecido pela Lei nº13.058/14 de forma impositiva, em alguns casos, pode levar a situações de risco tanto à mãe quanto à prole.

Ressalta-se que guarda e convivência são institutos distintos, ainda que o genitor não detenha a guarda dos filhos, o direito de conviver com os mesmos, o que é mais do que simplesmente visita-los, não deve ser restrito de forma arbitrária. A convivência paterno-filial mais do que uma vontade de exercer a paternidade é um direito do filho, porém, em situações excepcionais de violência, a mesma deve se dar com bastante cautela, de forma assistida e dependendo do caso, sob a supervisão de profissional habilitado, seja da área da psicologia ou do serviço social.

Determinar de forma compulsória a guarda compartilhada em contextos de violência doméstica latente e frequente, apenas colocaria ainda mais dificuldades para a organização interna das famílias, prejudicando ainda mais o exercício da autonomia da mãe afetada pela violência, colocando-a à mercê das disposições paternas. Isso porque, apesar do ordenamento jurídico vigente prever uma igualdade formal, como já explicitado, as instituições sociais e tribunais não atendem às necessidades dessas

mulheres-mães em situação de vulnerabilidade, cujas demandas são reiteradamente silenciadas.

Segundo Simioni (2017), não obstante diversos estudos demonstrarem uma alteração do modelo tradicional de paternidade, com uma interação maior dos homens no ambiente doméstico e parental, parece pacífica a constatação de que persistem assimetrias de gênero, com a reprodução de definições tradicionais do que seria o papel de pai e mãe, sendo a paternidade mais periférica e menos requisitada. Por isso mesmo, as mulheres são as maiores demandantes nas varas de família, muitas vezes ficando com os filhos sem o apoio dos ex-companheiros, explica a autora.

Sendo as mulheres as maiores demandantes nas Varas de Família, não causa surpresa os relatos de violência doméstica e intrafamiliar nas audiências e processos que tramitam nestas varas, sendo muitas vezes a principal razão que as levam a ingressar com uma demanda judicial (SIMIONI, 2017).

Assim, para as mulheres, a medida protetiva de urgência tem o intuito de garantir, em tese, a intervenção do Estado com a restrição de alguns direitos do genitor, incluindo-se a proibição de aproximação e contato com a ofendida, extensiva aos familiares da vítima, conforme determina o artigo 19, §3º da Lei Maria da Penha.

Dessa forma, o alcance das medidas protetivas nos processos de família gera um conflito de interesses entre o direito à saúde física e psíquica da mulher agredida e o direito de exercer a guarda por parte do pai. Muitos magistrados que presidem as audiências nas varas de família entendem que a medida protetiva não impede nem o direito à convivência nem o exercício da guarda compartilhada, desde que a medida protetiva seja direcionada apenas à genitora, enquanto nas varas especializadas de violência doméstica a compreensão é distinta, prevalecendo o interesse da mulher (SIMIONI, 2017).

Um problema que surge nesse contexto então, é a falta de comunicação entre essas esferas cível e criminal, ocasionando divergência de entendimento e insegurança jurídica para as partes envolvidas.

O que acontece é que diversas vezes, sem haver essa correspondência entre as esferas, o juízo de família pode estipular um regime de guarda de forma liminar enquanto existe uma medida protetiva a favor da mãe da criança ou alguma medida cautelar a favor dos filhos.

Nessa seara, não se fazem necessários conhecimentos aprofundados de psicologia do comportamento humano para prever que o sucesso da guarda compartilhada depende da participação ativa de ambos os pais nas decisões em torno da vida dos filhos, sendo necessária uma convivência minimamente harmônica e pacífica entre os genitores.

Ressalta-se que não se espera que o relacionamento dos pais seja absolutamente pacífico ou que a guarda compartilhada apenas seja determinada quando ambos os pais assim desejarem, pois, se assim fosse, a regra seria a guarda unilateral à um dos genitores. O que se discute aqui, é que em casos nos quais existe a violência contra a mulher, irrompendo o limite de meros desentendimentos comuns à vida conjugal, o regime de guarda e convivência estabelecido nas varas de família deve ser analisado com muita cautela, e em muitos casos, determinado o regime de guarda unilateral.

Dessa forma, a restrição ao direito de convivência familiar deve ser criteriosamente analisada, com a atuação atenta dos profissionais que atuam nos Juizados de Violência Doméstica para que a Lei Maria da Penha seja corretamente aplicada. Ainda, para que o regime de guarda e convivência seja estipulado de forma justa e sem apresentar riscos à segurança de mãe e filhos, deve ocorrer uma comunicação eficaz entre os juízos de família e criminal, evitando a existência de decisões conflitantes que ocasionem uma insegurança a todos os envolvidos no conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a violência doméstica coincide com a separação do casal, passando-se à estipulação do regime de guarda e convivência perante o sistema de justiça, o conflito existente é amplificado, havendo um evidente choque de princípios: o direito ao exercício da guarda compartilhada por ambos os genitores frente ao direito à segurança materna e à proteção integral dos filhos.

Nesse ínterim, não são raros os casos em que o enfoque unicamente criminal não coloca fim à violência, assim como uma atuação exclusivamente na demanda cível, com a determinação de uma convivência forçada entre os genitores para viabilizar o exercício da guarda, sem considerar o contexto da violência, acaba expondo a mulher e os filhos a novos riscos.

Dessa forma, tendo em vista que medida alguma é eterna no direito, a regra geral da guarda compartilhada deve ser mitigada frente aos casos de violência doméstica. Toda

e qualquer decisão deve ser seriamente ponderada e reavaliada de forma periódica, com um canal de comunicação eficaz entre as Varas de Família e as Varas Especializadas da Violência Doméstica e Familiar, a fim de ver assegurado o melhor interesse da criança e do adolescente assim como a segurança da mulher-mãe que se encontra em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

BANDEIRA, Lourdes. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade & Estado, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2009.

BUCHER-MALUSCHKE, J. **Vínculo, afetividade e violência: desafios para a família e a sociedade**. In: MALUSCHKE, G., BUCHER-MALUSCHKE, J., e HERMANNNS, K. Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer e UNIFOR, 2004.

BUENO, Samira; REINACH, Sofia. **A cada minuto, 25 brasileiras sofrem violência doméstica**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/cada-minuto-25-brasileiras-sofrem-violencia-domestica>> Acesso em 27/03/2022.

CHAMALLAS, Marha. **Introduction to feminist legal theory**. 2. Ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Manual De Direito Das Famílias**. 14 ed. Juspodium. 2021.

DINIZ, G. R. S.; ANGELIM, F. P - **Violência doméstica – Por que é tão difícil lidar com ela?** Revista de Psicologia da UNESP, 2003

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006

IBDFAM. **Grupos reflexivos e o trabalho de reabilitação com autores de violência doméstica**. 2018. Acesso em 12 de outubro de 2020.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: Famílias**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Aquiles, FUCHS, Lucas, CURY, Thais. **A Guarda dos Filhos nos Casos de Violência Doméstica Contra a Mulher**. Revista do CAAP | n. 01 | V. XXII. 2017.

MENDES, Soraia da Rosa. **Justiça Penal e Justiça de Família: a Guarda**

Compartilhada e a Proteção Que Desprotege. RDU. Porto Alegre. Edição Especial, 2016.

OLIVEIRA, André Luiz Pereira. **“Se você ficar com nossos filhos, eu te mato!”:** violência doméstica e familiar contra a mulher e as disputas de guarda de filhos(as) em trâmite nas Varas de Família de Ceilândia/DF. Dissertação de Mestrado pela Universidade de Brasília, 2015.

RÉGIS, Mário Luis Delgado. **A violência patrimonial contra a mulher nos litígios de família.** v. 2, 2015.


SAGIM, Mírian Botelho. **Violência doméstica e familiar observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar.** Ribeirão Preto, 2008.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, 1990.

SIMIONI, Fabiane. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 13th Women’s Worlds Congress,** Florianópolis, 2017.

VARGAS, Ivete Machado; MACHADO, Madgéli Frantz. **Grupo Reflexivo de Gênero: uma experiência exitosa para a prevenção, atenção e enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.** Leituras de direito: violência doméstica e familiar contra a mulher / Cornélio Alves; Deyvis de Oliveira Marques (Org.). – Natal: TJRN, 2017.

Capítulo 7
TATUAGENS E SEUS SIGNIFICADOS: O QUE ELAS REVELAM
SOBRE O ESTADO PERSONOLÓGICO DO INDIVÍDUO?
Sérgio Rodrigues de Souza



TATUAGENS E SEUS SIGNIFICADOS: O QUE ELAS REVELAM SOBRE O ESTADO PERSONOLÓGICO DO INDIVÍDUO?

Sérgio Rodrigues de Souza

Pedagogo. Filósofo. Sociólogo. Pós-Ph.D. em Psicologia Social. Consultor Científico. Email: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

RESUMO

Este artigo-ensaio aborda uma temática complexa no sentido de apresentar esclarecimentos sobre tatuagens e seus significados, mostrando o que elas revelam sobre o estado personológico do indivíduo. Este é um assunto que desafia a lógica simples do direito a aplicar uma arte sobre o corpo, guardando todo um escopo histórico que atravessa a história da humanidade, em suas várias dimensões. Para produzir este texto, os autores valeram-se de conhecimentos de semiótica, antropologia, psicologia profunda, semântica e religião. Há uma confusão sobre o termo tatuagem que foi tratado no texto, esclarecendo cada dimensão terminológica empregada. Quando se refere a tatuagem, existem três elementos que se imbricam com o termo, a saber: a arte (a técnica em si); o desenho (o símbolo expressado em si) e o desenhista (o *designer*, o *tatuador* em si). Em muitos textos fica difícil definir sobre qual dos três o autor está fazendo referência, uma vez que não distingue um do outro, trazendo todos eles misturados como se fosse algo que está agregado e que fosse impossível uma separação. A tatuagem é um significado; ela expressa algo que está escondido no estado psicológico inconsciente do indivíduo. A fim de ilustrar este artigo, serão apresentados 2 *cases studies*, em que os indivíduos usuários de tatuagens, usaram-nas como expressões literais de seus sentimentos mais profundos; um, e relação a um amor perdido e o outro, em relação à sua forma particular de encarar a vida e sua existência humana, no mundo que escolheu para si. O uso de tatuagens (desenhos) sobre parte do corpo é uma técnica que, possivelmente, tenha se originado a partir das crenças e superstições religiosas e, aos poucos, foram tomando espaços de marginalização, à medida que a religião e seu conjunto de proteções milagrosas foram perdendo seu efeito mágico sobre os indivíduos. O que se procura ressaltar neste ensaio-artigo é que, cada desenho, em particular, possui uma estrutura semântica singular e a forma como é expresso no corpo é que vai determinar a sua simbologia, retratando o conflito e sua dimensão no pensamento individual.

Palavras-chave: Tatuagem; Estado personológico individual; Semiótica; Semântica.

ABSTRACT

This essay-article addresses a complex theme in the sense of providing clarifications on tattoos and their meanings, showing what they reveal about the personological state of the individual. This is a subject that defies the simple logic of the law to apply an art on the body, keeping an entire historical scope that crosses the history of humanity, in its various dimensions. To produce this text, the authors used knowledge of semiotics, anthropology, depth psychology, semantics and religion. There is confusion about the

term tattoo that was treated in the text, clarifying each terminological dimension used. When referring to tattooing, there are three elements that overlap with the term, namely: the art (the technique itself); the drawing (the symbol expressed in itself) and the draftsman (the designer, the tattoo artist in itself). In many texts it is difficult to define which of the three the author is referring to, since he does not distinguish one from the other, bringing them all mixed up as if it were something that is aggregated and that separation is impossible. The tattoo is a meaning; it expresses something that is hidden in the individual's unconscious psychological state. In order to illustrate this article, 2 case studies will be presented, in which individual tattoo users used them as literal expressions of their deepest feelings; one, in relation to a lost love and the other, in relation to his particular way of looking at life and his human existence, in the world he chose for himself. The use of tattoos (drawings) on part of the body is a technique that possibly originated from religious beliefs and superstitions and, little by little, took on spaces of marginalization, as religion and its set of miraculous protections were losing their magical effect on individuals. What is sought to be highlighted in this essay-article is that each drawing, in particular, has a unique semantic structure and the way it is expressed in the body is what will determine its symbology, portraying the conflict and its dimension in individual thought.

Keywords: Tattoo; Individual personological state; Semiotics; Semantics.

INTRODUÇÃO

O hábito de tatuar partes do corpo com desenhos e imagens diversas é um costume humano, arcaico e que vem sofrendo alterações em seus sentidos de ser, sendo visto como moda, *status*, poder, marca de pertencimento a determinados grupos, gangues, tribos. O que nem sempre é revelado é o significado latente das tatuagens e, o que os seus donos esclarecem é que se trata de uma escolha própria, autônoma, consciente do que almeja expressar e até alegam que pesquisaram sobre o sentido das imagens e o que representam em diversas culturas.

Faça esclarecido que, na natureza, existem dois elementos que ultrapassam a mera simbologia existencial: o *significante* e o *significado*. O primeiro atende a um preceito taxonômico definindo, por força de semântica, aquilo que é considerado e aceito por todos como elemento social, enquanto o segundo confere um sentido específico a cada objeto, vinculando-o ao contexto de interpretação sociológico.

Quando se faz referência específica ao ser humano, toda e qualquer interpretação simbólica possui um valor *sui generis*, porque mesmo inserido em uma sociedade, estando propenso a ser formado e educado em uma cultura que expressa seus valores mais intrínsecos, as experiências individuais [*e até mesmo as coletivas*] deixam marcas

indeláveis que se expressam de modo intrigante, não podendo ser sintetizada de acordo com os costumes e axiomas genéricos.

Para as culturas tradicionais japonesas, o desenho retratado na pele tinha que ter uma conexão com o indivíduo, algo como se os dois tivessem que estar em harmonia espiritual. Assim, quando alguém desejava realizar uma pintura no corpo, todo um ritual era realizado.

Quando um guerreiro vencida um adversário muito poderoso, era praxe que consumisse o seu coração, porque assim acreditava que internalizava toda sua força vital. Com o tempo, este costume evoluiu para outra forma e passou-se a usar a sua pele, como um mecanismo de demonstração aos inimigos que estava tomado pela força espiritual e física do animal vencido e que este, quando vivo causava terror em todos.

Um próximo passo foi o de deixar marcado no corpo a imagem do animal totêmico vencido como se, ao gravar a sua figura sobre a pele internalizasse a criatura e tudo o que ela representa. Assim, seu espírito seria tomado e dominado pela fera gravada em seu corpo, expressando, de forma simbólica, tudo o que ela representa na natureza selvagem e indômita.

Com o enfraquecimento do poder da religião, os guerreiros mais indômitos passaram a gravar em seus corpos a figura de animais que, através da tradição humana representavam poder e impunha medo, cada qual deles representado de acordo com a cultura na qual estavam inseridos. Assim é que tem-se a primeira aproximação com o costume atual de reproduzir imagens de todos os tipos de criaturas [*selvagens, bizarras, monstruosas, elegantes*] em locais expostos ou não pelo corpo, com a diferença de que, na Antiguidade o indivíduo sabia bem o porquê estava realizando tal e qual desenho, o seu real significado e o que esperava com ele anexado ao seu estado de espírito.

Na atualidade, tem se tornado moda a prática de tatuar o corpo. Durante muito tempo foi considerado um *tabu* social, com graves discriminações, reprovações em exames para ingressos em diversas corporações estatais e mesmo em empresas privadas. Os costumes têm mudado e, com isto, a sociedade vem afrouxando os seus axiomas sobre o tema e, com a redução do estigma, muitos indivíduos vêm bordando seus corpos com uma gama variada de desenhos, desde animais, flores, situações meteorológicas, frases, aforismos, provérbios e outras coisas que cada qual julgue relevante para si ao ponto de deixar gravado em seu corpo.

O que a maioria esmagadora não sabe [*e, se sabe, finge que não ou, simplesmente, não se importa*] é que a tatuagem é um significado; ela expressa algo que está escondido no estado psicológico inconsciente do indivíduo. Quando alguém pergunta: Qual o significado deste desenho tatuado em seu corpo?, Esta é uma pergunta realizada de maneira errada e que, para o saber popular está correta quando assim posta.

O significado semântico de uma imagem qualquer desenhada por um artista [*animal, vegetal ou humano, palavra*] interpretado pela semiótica possui um valor genérico, de conhecimento e domínio amplo, sem um sentido particular. A situação muda, de maneira radical, quando alguém escolhe para si uma imagem qualquer e a funde ao seu ser. O significado que ela passa a expressar é completamente particular e o seu entendimento necessita de estudos singulares, em que a análise vai do aspecto genérico, passando pelas interpretações em profundidade realizadas por técnicas específicas como a Psicanálise e a Psiquiatria até se chegar ao estudo da personalidade do indivíduo, a fim de encontrar a conexão mais aproximada que existe entre este e a sua tatuagem.

Isto já esclarece que a escolha por determinada imagem para a confecção de uma tatuagem não é de caráter consciente. O estado fenomenológico emocional e sua estrutura psicológica de caráter individual são os determinantes para a sua decisão. Assim que, a imagem que se vê expressa é um significante e o seu significado, um fenômeno a ser interpretado, quando não, decifrado. Porém, este não pode ser exposto, porque se assim feito, revelaria o que o indivíduo é e não o que deseja parecer, de modo aleatório.

Ademais, a interpretação da pintura corporal expressada necessita de muitas horas de intensa observação, o que desagradaria ao indivíduo portador e, ainda se faz necessário conhecimento sobre a história de vida pregressa deste, o que fez e o que deixou de fazer, os motivos que o levou a isto, como traumas, decepções, perdas, derrotas, conquistas, abandono.

Isto já revela que uma tatuagem esconde toda uma história, nem sempre agradável para o tatuado. Sendo assim, por que fez questão de expô-la? Um dos motivos é que ninguém [*ou quase ninguém*] será capaz de interpretar o seu sentido psicológico. Na sequência, está a obedecer a um princípio primitivo de vinculação ao animal totêmico que ele acredita representar, porque incorporado em si.

Aqui há que apresentar uma ligação entre o animal representado e sua condição de expressão comportamental e, muitas das vezes, são as batalhas existenciais que conduzem à formação de um estado de caráter paradoxal e, esta vinculação é uma

representação inconsciente. Quando confrontado sobre o que, de fato, elas estejam a representar e/ou a revelar sobre si, tendem a negar seu caráter descrito pela análise interpretativa e descritiva a partir da imagem.

Eis a questão: E quando a crise existencial que motivou a produção da arte sobre o corpo se encerra? Simples: substitui o animal representado por outro e, mais uma vez, a forma como este trabalho é realizado revela ainda mais sobre a personalidade e o caráter do indivíduo. A alteração é feita utilizando um animal que representa o estado de espírito que o domina no momento e, se o desenho antigo é completamente coberto, indica que a mudança foi radical. No entanto, se a nova imagem deixa em aberto e à mostra traços da antiga, isto significa que houve, no máximo, uma mudança superficial de pensamento, adequada ao momento. Em seu estado íntimo, continua o mesmo de antes. O seu Ego anterior apenas encontra-se em estado de quiescência¹⁴ e um novo Ego assume a autonomia catexial existencial, ou seja, apresenta-se ao mundo como deseja ser visto; uma máscara utilizada como disfarce para encobrir outra máscara (NIETZSCHE, 2006).

TATUAGENS

Quando se refere a tatuagem, existem três elementos que se imbricam com o termo, a saber: a arte (a técnica em si); o desenho (o símbolo expressado em si) e o desenhista (o *designer*, o *tatuador* em si). Em muitos textos fica difícil definir sobre qual dos três o autor está fazendo referência, uma vez que não distingue um do outro, trazendo todos eles misturados como se fosse algo que está agregado e que fosse impossível uma separação.

O que interessa, neste texto, é tratar do símbolo escolhido pelo indivíduo para ser aplicado sobre seu corpo, por um *designer*, utilizando uma técnica. A perícia deste profissional é *conditio sine qua non* para a determinação estética final do desenho; no entanto, não muda, em nada, o seu significado, pelo simples fato de que ninguém chega a um estúdio de tatuagem e diz ao designer para fazer um desenho qualquer sobre sua pele, em determinada região. É-lhe oferecido um mostruário de imagens variadas, a partir das

¹⁴ *Quiescência*: Em Biologia, se refere a um estado fisiológico de baixa atividade metabólica caracterizado pelo baixo conteúdo de água nos tecidos. A desidratação é necessária para manter o metabolismo baixo e com isto a viabilidade dos tecidos por longos períodos até que as condições ambientais favoreçam a germinação. É um estado de dormência. Em Psicanálise, refere-se a um estado psicológico de latência, em que determinado estado do pensamento ou da libido não se apresenta manifesto. Esta condição pode produzir uma ilusão, proporcionando falsos juízos acerca do objeto estudado. (Os autores, 2022)

quais escolherá aquela que mais lhe atraia, sem saber os reais motivos que o conduziram àquilo. É interessante que, quanto mais belo seja uma tatuagem, em termos de cores, matizes, contrastes, brilho e realce, menor será a resistência social em apreciá-la e maior será a resistência [até mesmo individual] em julgá-la com valor moral depreciativo de causa. É aí que entra em cena a procura por um tatuador experiente e com trabalhos reconhecidos no mercado por sua exuberância estética, fato até curioso, porque a perícia do profissional não faz um desenho bizarro deixar de o ser; faz com que todos os elementos e cores se posicionem tão conectados e de maneira tão síncrona que isto faz com que o cérebro humano se sinta excitado a tal ponto que se vê obrigado a elogiar a obra de arte (a tatuagem).

Sobre a origem do vocábulo tatuagem, este deriva do francês *tatouage* e, por sua vez, do inglês *tattoo*, tendo sua origem em línguas polinésias (taitiano), derivado da palavra *tatau*, que era um tipo de som produzido durante a confecção da peça, e supõe-se que todos os povos circunvizinhos ao Oceano Pacífico possuíam a tradição da tatuagem. Possivelmente, isto seja porque os povos primitivos eram, em sua maioria, guerreiros ferozes e as pinturas ajudavam a produzir um determinado tipo de poder e de intimidação contra os inimigos, em especial sobre aqueles supersticiosos.

Gabriel Gonçalves relata que,

A tatuagem é um processo que consiste na inserção de tinta na pele, a partir de uma agulha que penetra a epiderme, introduzindo o pigmento a fim de marcar definitivamente a pessoa com o desenho escolhido. Os temas das tatuagens são infinitos, representando artisticamente tudo aquilo que o tatuador vê e sente no seu dia a dia. Desde as técnicas de realismo que permitem representar perfeitamente na pele a arte criada, até a elaboração de temas mais obscuros, abusando da tinta preta, a tatuagem vem se tornando prática cada vez mais comum e bem sucedida, trazendo à apreciação dos amantes das artes obras cada vez mais detalhadas e vibrantes, fortalecendo o caráter artístico ainda carente de afirmação na sociedade (GONÇALVES, 2017, p. 9).

Uma coisa que chama a atenção na fala deste autor é que, em sua exposição, ressalta toda a expressão subjetiva do desenho ao sentimento particular do *designer*. Se assim fosse, não haveria nenhum vínculo *patológico* entre o indivíduo e a arte grafada em seu corpo. Faz-se sempre necessário esclarecer que o papel do artista tatuador é o de técnico, limitando-se a isto, porque a ocasião da escolha íntima do que aplicará sobre sua pele, seja um animal, uma planta, um verso ou uma flor não pode ser dividida com ninguém, ainda que se peça ajuda a quem quer que seja. Todo um conjunto de sentimentos

profundos, incompreensíveis e obscuros, resultantes das experiências individuais atravessadas ao longo da existência é que determinam a forma e a caricatura da peça definitiva, especialmente no que se refere às cores. Estas expressam os sentimentos que cada indivíduo mantém, em suposto sigilo, em seu mundo intrínseco e, em especial, a forma como enxergam o mundo extrínseco. Lógico que, a energia que consome para manter esta verdade oculta de si mesmo é muito maior que a consumida para ocultar dos seus coetâneos, porque alguém com ampla capacidade de interpretação pode deduzir o que se passa com o usuário de tatuagens e ainda determinar o seu caráter, sem que isto afete a vida do próprio.

O que se deve ter cautela é com relação a quem supõe saber realizar este tipo de análise semiótica, porque não se trata de interpretar um quadro, em que algum artista tenha deixado ali a sua marca, expressando seu mundo, sua idade, suas complexidades endócrino-biológicas, refletidas sobre sua afetividade. A tatuagem se torna algo de elevada complexidade porque representa a mais autêntica totalidade do ser em si, o que de fato é, sua identidade explícita.

Quando alguém faz uma tatuagem com a intenção de homenagear alguém, um amigo, um familiar, um animal de estimação, isto apenas confirma que não superou sua perda física e, assim, através de um sucedâneo, procura suprir a sua ausência, colocando-o em seu corpo e de forma que jamais o abandonará [*ou que poderá ser abandonado por ele*]. É um caso patológico, difícil de ser interpretado e mesmo de definir qual o tipo de vínculo afetivo consciente e inconsciente que os uniam. Pode, até estar enviando um recado para o falecido, no além, de que agora não mais terá como deixá-lo sozinho neste mundo que não compreende a sua dor.

O que se tem como fato, é que o indivíduo que faz tatuagens em seu corpo sofre com um egodistônico e o desenho à mostra é uma forma de buscar algum tipo de equilíbrio psicológico que, à medida que este vá sofrendo alterações, seja para melhor ou para pior, outros desenhos vão sendo representados até que se tenha um mosaico [*aparentemente*] ininteligível.

O Governo da Inglaterra, sob o reinado de Jorge V (1865-1936), adotou a tatuagem como uma forma de identificação de criminosos, em 1879; a partir daí a tatuagem ganhou uma conotação fora-da-lei no Ocidente. Ainda no século XIX, era comum, na Europa e América, que homens e mulheres tatuados fossem apresentados como atração de circo. Era algo, considerado, como extremamente exótico. A influência da ideologia cristã foi

quem mais conduziu à condição de que indivíduos marginalizados e em conflito moral com a sociedade utilizassem desenhos sobre a pele. Isto leva à interpretação de que, para além do sentimento inconsciente de que existe um conflito interno em que sopese o desejo de ser a figura representada no corpo, existe o conflito de ordem consciente em que se pode demonstrar uma afronta direta a um símbolo de ordem social ou uma tentativa de mostrar a todos que incorpora os mesmos valores que o signo representado em seu corpo.

De qualquer forma, o que se tem é um conflito exposto, para o qual o indivíduo não conhece solução. Sua intenção com a exposição do desenho é causar consternação, chamar a atenção e, se alguém o interpola sobre a figura, sua resposta é *sempre* ríspida e grosseira, alegando que o outro é preconceituoso e, a cada vez que isto acontece, apenas reforça sua crença de que vive em um mundo atrasado, repletas de pessoas atrasadas intelectualmente. Na atualidade, a tatuagem vai sempre expressar a existência e a representação de um egodistônico.

Esta condição particular acaba revelando outros traços da sociedade e do comportamento individual, onde se percebe a perda da qualidade da música, o distanciamento da política, o fim do conflito representado pelo amor e pelo ódio em relação ambivalente dirigido ao mesmo objeto e, mais uma vez tem-se o argumento de Nietzsche (2006), como uma revelação, de que toda a energia que não é posta para fora se volta contra o próprio ser e, uma vez que isto aconteça, tem-se um animal enfurecido se debatendo e arranhando as paredes de sua jaula, se machucando até a exaustão ou até a morte.

Grosso modo, a sociedade em geral, nutre a ideia ingênua de que ao colocar um desenho qualquer no corpo, o indivíduo incorpora tudo o que aquele personagem representa dentro do universo semântico generalizado; p.e., ao tatuar uma imagem do Coringa, passa-se a ser sádico, violento, maluco, assumindo atitudes bizarras e sociopáticas, até mesmo psicopáticas. Ocorre que, é completamente o contrário disto; ao implantar uma tatuagem, a escolha previa é por uma imagem que consiga expressar tudo aquilo que se tenha armazenado no pensamento, incluindo mesmo as variações epigenéticas decorrentes de confrontos intra e interpessoais ocasionados pelas escolhas particulares [*boas ou ruins*] e decorridos da experiência existencial de cada indivíduo.

Cada vez mais se percebe indivíduos cobrindo partes de seus corpos com tatuagens e, ao se analisar, de modo acurado, as imagens utilizadas, o que se percebe é que a variedade de desenhos é mínima, persistindo os mesmos símbolos para uma gama cada

vez maior de usuários. Não se trata de que possuem o mesmo sentimento internalizado ou o mesmo desejo reprimido; a situação posta é que se sentem na possibilidade de expressar como bem entendem aquilo que está preso e, se procurar conversar com cada um, ter-se-á uma grande surpresa quanto ao que revelam sobre a pintura exposta em seus corpos.

Nunca dizem o que realmente significa o desenho, exatamente porque um ente muito mais poderoso os proíbe de o fazer; no máximo, permitindo que exponham seus conflitos e deixa que outros os analisem e emitam seus juízos de valor. Para quem acredita que não existe nenhum tipo de conflito acontecendo no mundo intrínseco do indivíduo, as revelações de suas formas expostas demonstram o contrário. Lógico que uma interpretação o mais aproximada possível da realidade personológica vai demandar muito mais que mero conhecimento sobre o sentido semântico dos desenhos que, grosso modo, não passam de figuras representadas na pele de alguém. Assim, há que debruçar sobre a história de vida do indivíduo de forma a que as deduções conduzam a um entendimento do que se passa no seu campo afetivo.

O *pathos* pessoal é e será sempre um enigma a ser decifrado e esta condição só é passível de ser alcançada através da dedução, porque qualquer ser humano se sente muito mal em ter seus segredos violados por quem quer que seja. Todo indivíduo tatuado deseja que os outros olhem seus desenhos a partir de uma condição estética; jamais investigativa e dedutiva. A explicação consciente que dão para cada desenho, como se ele representasse, resumindo, por si só e em si mesmo, toda a história de uma vida, de certo modo, se torna encantador.

Ao fazer referência aqui ao *pathos*, tem-no como um sentimento profundo, algo que atravessa todo o ser e o liga ao sublime e, ao contrário do que se possa vir a crer, o conflito é parte integrante da conjuntura personológica humana, em que sua presença [*explícita ou não*] não diminui ou eleva o valor individual de cada ser. Há símbolos que, em raríssimas ocasiões se verá tatuado nos corpos de alguém e, isto se dá por causa da força simbólica que encerram, por si só. Isto já demonstra que o homem aplica sobre seu corpo representações que possa suportar e que acredita que possa dominar no momento em que se fizer necessário.

Esta herança de ligação com o animal totêmico é um fenômeno antropológico filogenético, em que todos os habitantes da tribo detinham este sentimento voluptuoso de guardar dentro de si o espírito do animal protetor e tornar-se invencível e imortal,

como os heróis das lendas contadas. Ainda que o mundo se tenha desenvolvido de forma a enterrar as crenças primitivas e todo o seu poder miraculoso, as mudanças não se mostraram suficientes para destruir esta saudade de um tempo não vivido pelos seres humanos do presente. Nisto, quando um indivíduo em conflito fenomenológico consigo mesmo toma a decisão de executar uma tatuagem, sente-se indeciso até ser confrontado com o animal que representa o seu estado emocional caracterizado como egodistônico, o seu *pathos amorfo*. Mais tarde, ouve-se de sua parte que, foi como algo mágico, em que bastou olhar para o desenho no catálogo que sentiu-se como se estivesse sendo chamado por ele a fundirem-se em um só corpo e espírito.

Este vínculo de projeção adolescente representa um dos mais fortes motivos porque algumas pessoas se arrependem de tatuar o corpo. Ocorre que um egodistônico pode vir a se tornar um egossintônico e, uma vez terminado o conflito qual o sentido da representação conflituosa a lembrar-lhe do que um dia foi algo com o qual não soube viver em harmonia e, nem mesmo sabe o motivo porque vivia a digladiar com ele... Da mesma maneira que os flagelos que transformam o ser em alguém em guerra contra si mesmo, amores vêm e vão, criando vazios que não podem ser preenchidos por desenhos na pele. A chegada de um amor traz alegria e sua partida é, quase sempre, um paradoxo, que se divide entre o prazer da liberdade e a tristeza da ausência, sempre marcando formas novas de expressão e de visão de mundo.

Aqueles que tentam enxergar suas produções estéticas sobre o próprio corpo como um ato de liberdade, engana-se a si mesmo ao deixar que seu ego fragilizado exponha sua dor ou sua felicidade para quem estiver disposto a admirá-la, ou não. Durante décadas, as tatuagens foram temas de grupos de rock pesado, seres em conflito consigo mesmos e, também, com a sociedade e, o que pode soar estranho é que a própria sociedade permitiu que eles existissem, porque serviam como atributo mágico para os adolescentes enquanto atravessavam o *estadio do espelho*, com os quais podiam iludir-se e fantasiar-se, mirando em direção a eles e seus excessos, as suas vidas pacatas e enfadonhas.

As tatuagens, como já citado acima, são expressões muito antigas por causa do ritual totêmico e as crenças em poderes sobrenaturais que se originaram dos contos e que, aos poucos, foram sendo internalizados de tal forma na vida tribal que foi transformado em verdades absolutas. Assim que,

A tatuagem é uma prática milenar, que foi desenvolvida por povos de todo mundo em períodos diferentes da história. O procedimento da tatuagem

moderna é executado com uma máquina elétrica, à qual é acoplada uma agulha que penetra superficialmente na pele, levando consigo o pigmento que marcará definitivamente o desenho sobre seu suporte vivo. Apesar da relativa dor proporcionada pelo procedimento, a *tattoo* figura como objeto de desejo de grande parte da população, de todas as idades. A prática já foi utilizada com diversos objetivos, desde forma de expressão até como marcação de prisioneiros, chegando ao nível de publicidade e difusão obtido a partir do final do século XX. Permeada de preconceito por seus usos escusos em diversas partes do mundo, a prática vem ganhando aceitação progressiva (GONÇALVES, 2017, p. 12-13).

Não há como dizer que determinado povo utilizou mais os procedimentos de tatuar os seus corpos em relação a outros; mas, o detalhe sagrado por detrás da técnica é o que faz com que tal ação fosse prática recorrente entre diferentes povos, ainda que as condições geográficas não permitissem sequer imaginar que um dia tiveram qualquer tipo de contato. Isto conduz a pensar na hipótese de que alguma coisa em comum liga a todos os humanos, podendo ser uma condição de medo, satisfação, paixão, o sagrado ou a própria fé, que antes de o ser, era, simplesmente, crenças em coisas que ultrapassavam sua condição de compreensão.

Não foi difícil para o homem com a capacidade de abstração já evoluída chegar à compreensão de que ao aplicar a imagem do animal sobre o próprio corpo tomaria para si toda a sua força e capacidades superiores [*às suas*] de sobrevivência no mundo selvagem. Desta forma, não é difícil crer que a execução de imagens sobre o corpo não era uma decisão deliberada de quem assim desejasse. Havia todo um ritual de passagem a que haveria que submeter-se o candidato a ser tatuado, a fim de verificar se era, de fato, o escolhido pelo animal que seria gravado em sua pele, porque uma vez realizado o processo não havia mais como voltar ao estado anterior; ele passaria a deter a força e a capacidade física e de astúcia daquele espécime desenhado em si.

No contexto das mudanças de pensamento e, conseqüentemente, com o afrouxamento dos rituais de passagem, a maneira que se encontrou para evitar que pessoas se tatuassem sem nenhum critério, presos na superstição de que se formasse uma comunidade de homens-fera, a transmutação da proibição sacra passou para o pré-conceito, o que levou muitos a não adotarem-na como estilo de adorno corporal. À medida que as superstições iam caindo, as instituições, em especial, as que mais se mantiveram vinculadas à tradição, criaram regras explícitas que impediam o ingresso em seu corpo efetivo daqueles que tivessem uma tatuagem em seus corpos. Isto fez com que a prática fosse mantida à margem, por muitos anos.

Nos últimos anos, devido ao abrandamento dos costumes e perda da tradição, muitas pessoas têm realizado a experiência de elaboração de uma tatuagem em seus corpos, exibindo-as como se fossem troféus a uma sociedade que assiste a tudo isto mergulhada no mais profundo silêncio. Neste sentido, não se pode, de maneira simplória, dizer que está havendo uma *aceitação progressiva* das tatuagens pela sociedade; a tradição e os ritos é que estão perdendo toda sua função histórica e de poder que possibilitou a construção dos pilares morais da vida humana, com todos os seus processos filogenéticos.

O que nunca se pode perder de vista é que o elemento de maior poder deve ser quem decide sobre aquele de menor poder, ou seja, a sociedade deve ser quem determina os rumos da vida individual e, caso isto não seja obedecido, tem-se uma existência marcada por uma conseqüente violência simbólica aplicada contra si pelo próprio indivíduo. Enquanto a ordem social, respaldada em uma tradição em que esta, por sua vez, se mantém viva como uma lembrança do império da lei. Realizar tatuagens não pode ser produto de uma decisão leviana e infantilóide. Se a arte da tatuagem consistisse em, simplesmente, colocar sobre a pele um desenho qualquer e aplicar-lhe um aspecto estético não haveria porque promover tipo algum de discussão e análises. Das paredes das cavernas os animais representados nelas passaram à superfície do corpo dos guerreiros e isto foi resultado de longo tempo de observação e crenças fundamentadas em acontecimentos empíricos.

Seguindo este mesmo princípio de crença,

A tatuagem já foi utilizada como forma de proteção espiritual por diversos povos, até mesmo por católicos em diferentes épocas. Apesar da proibição pelo papa Adriano I (700-795), em 787, soldados romanos tatuavam [*imagens de*] cruzes em seus peitos durante as Cruzadas, a fim de terem um enterro cristão, caso morressem em combate. Entre os séculos XV e XVII, durante a invasão turco-otomana à Bósnia Herzegovina, católicos tatuavam cruzes a fim de não serem forçados a rezar para Alá (BELLO, 2017, p. 35).

O que fica claro era a busca por proteção contra as armas dos inimigos. Era muito comum alimentar a crença de que com o uso de alguns símbolos, considerados sagrados, o corpo se tornava invulnerável. Logo, a utilização de tatuagens utilizando imagens de elementos consagrados pelo cristianismo não era considerado como uma contravenção ao decreto papal, porque tudo era pela causa em nome de Deus. Não se pode abandonar a hipótese de que tais desenhos fossem impostos aos soldados que iam para esta guerra já

sabendo o que lhes ocorreria, caso fossem capturados e a implantação das tatuagens em seus corpos fosse uma ordem superior.

O uso de símbolos como instrumentos de proteção é uma prática que se perde nas areias do tempo da história humana, registrados desde as pinturas de animais nas paredes das cavernas até o uso de amuletos, passando pela inserção destes mesmos símbolos no próprio corpo. Não importa o tempo em que se esteja vivendo, o homem é um ser que é tomado pela superstição e faz uso dela para seguir em frente em um mundo voraz, desconhecido e com forças muito superiores às suas. O medo de ser surpreendido por algum mal é que faz com que busquem, para si, determinados tipos de proteção através da fé, fundamentadas em crenças e superstições, as mais variadas.

Ainda na atualidade, os humanos guardam estes sentimentos primitivos e, muito comum é ver tatuagens de terços, santos, símbolos religiosos pelo corpo e até mesmo de santos. A devoção cega e desmedida desperta sentimentos arcaicos que não se coadunam com a época na qual vivemos, [*aparentemente*] mais esclarecida e, ideologicamente, mais fundamentada nas ciências e a partir e sobre preceitos empíricos.

Dentro de um contexto de análise antropológico, o homem é dependente de símbolos que o possibilita ter algum tipo de proteção contra diversos males contra os quais não encontra formas de sentir-se seguro, porque crê nestas idiosincrasias que foram sendo criadas por seu cérebro desenvolvido e, potencialmente, criativo. É permitido a ele que carregue tais apetrechos mágicos; mas, inseri-los em seu corpo é algo que está além do simples preceito de guarda advinda do objeto simbólico. Com o enfraquecimento dos costumes e da própria religião, isto se tornou objeto de decisão individual com a qual a sociedade não pode interferir, apesar de seu papel de curadora e guardiã da tradição.

CASES STUDIES

A fim de ilustrar este artigo, serão apresentados 2 (dois) *cases*, em que os indivíduos usuários de tatuagens, usaram-nas como expressões literais de seus sentimentos mais profundos; um, em relação a um amor perdido e o outro, em relação à sua forma particular de encarar a vida e sua existência humana, no mundo que escolheu para si. Estas situações serão analisadas, de modo detalhado.

O primeiro caso refere-se a uma mulher que separou-se de seu companheiro, com quem mantivera um relacionamento conjugal por muitos anos. Tão logo se uniram, ela mandou tatuar o nome do marido em seu antebraço e, assim permaneceu até o fim do relacionamento quando foi a um estúdio tatuador e mandou que fizessem sobre o nome do ex-marido, uma imagem de uma pena. No instante em que lhe perguntaram o motivo de desenhar uma pena em seu braço, não soube responder, de maneira objetiva, apenas dizendo que aquela imagem fora o que, primeiro, lhe aflorara ao pensamento no momento em que escolhia um desenho para cobrir a antiga tatuagem.

O que ocorre é que, este era o sentimento que sentia pelo ex-marido: Dó, misericórdia; no jargão popular, *pena*; ou seja, considerava o seu ex-consorte como alguém que, sem a sua ajuda estaria condenado à miséria. No entanto, a tatuagem expressa não só o que ela sente em relação ao rapaz, quanto ao seu caráter individual, em que exalta a si mesma rebaixando o outro a uma condição de mísero e dependente emocional. Tudo o que a sua tatuagem demonstra é a condição própria de negação de sua fraqueza diante do abandono do amado, a consternação que se transmutou em ódio, aversão ao indivíduo. Talvez nem mesmo ela saiba o que de fato sente pelo rapaz e, a escolha de um desenho representando uma pena para encobrir o seu nome seja um ato desmedido, irrefletido e praticado durante um momento em que precisava extravasar sua ira contra o fato de ter sido rejeitada por ele.

Há sempre que ter muito claro que, um desenho estampado no corpo não traduz a história de vida do indivíduo, porque esta é volúvel e se transmuta no tempo, de acordo com diversas situações [boas e ruins] que lhe acomete durante seus anos de existência. O que este estigma aponta é a existência de um conflito ocorrido e que provocou uma mutação epigenética no ser, o que não quer dizer, sob nenhuma hipótese, que ele tenha se tornado outro ser, outra criatura, perdido, por completo, todas as suas características psicológicas anteriores.

Ainda que sobre o desenho original seja sobreposto outro, contendo e apresentando nova expressão semântica, o primeiro não deixa de existir e, muito menos a causa, o *pathos* que o levou a ser construído, da mesma forma que a sua característica semântica primordial filogenética.

Muitas pessoas crêem que, tão logo o desenho tenha sido sobrepujado, tudo o que ele representou e expressou também o é. Mais uma vez, reiteramos o que Nietzsche afirmou: *O que deseja esconder?* E, o mais interessante foi o malabarismo retórico que a

mulher do *case* supracitado utilizou para esconder seus sentimentos ambíguos em relação ao ex-consorte. Até mesmo porque na cultura judaico-cristã, sentir pena ou dó, misericórdia de alguém é um sentimento que revela uma catexia afetiva em relação ao objeto.

Como Nietzsche deixa bem evidente, tudo o que o ser humano cria não é apenas uma expressão de si; ou como se acostumou a dizer e terminou por se tornar um convencionalismo social, que a criatividade expressa é uma maneira de demonstrar ao outro o que sente. Pelo mais absoluto contrário; é uma oportunidade de manter oculto aquilo que, de fato, traz consigo e que esteja provocando situações de conflitos endógenos. As tatuagens revelam isto, de maneira muito marcante e com um intenso caráter empírico. Mesmo que se possa incorrer em um paradoxo interpretativo, em que aquilo que se toma como enigma decifrado pode não se coadunar com a realidade empírica, dentro do escopo semântico não existe a menor possibilidade de falha, quanto ao entendimento da coisa em si, que revela todo o conflito enfrentado durante determinado momento da vida.

O segundo que será aqui relatado é, por sua própria natureza, complexo e mostrou-se muito desafiador pelo fato de que representava 3 (três) fases da vida do indivíduo e, à primeira vista estava posto à nossa frente um animal que não fazia parte de nosso universo semântico-mnemônico, ou seja, era desconhecido por completo, até que fosse decifrado e descoberto que se tratava de 3 (três) imagens, uma sobreposta a outra.

O indivíduo em questão era um ex-presidiário que acabara de cumprir sua condenação por roubo a banco. Esta era sua especialidade desde jovem, acostumado a situações pesadas e de alto risco. No entanto, possuía um talento superior que era a capacidade de camuflagem e disfarces, condição que, segundo ele, por várias vezes, o livrara de ser capturado durante os cercos policiais. Por este motivo tatuou um animal em seu pé, uma salamandra, o que não condiz com sua habilidade artística; mas, deduzimos que fora uma interpretação errônea do tatuador que confundiu um camaleão com o animal mitológico que resiste ao fogo. E, por ironia, devido à sua técnica para utilizar disfarces e conseguir se misturar ao povo e passar despercebido recebeu o apelido, entre seus companheiros de aventuras, de *Camaleão*.

A idade foi passando e as investidas em assaltos a bancos foram se tornando mais agressivas e violentas e isto mexeu com a cabeça do rapaz, em que, percebendo a situação se agravando e a possibilidade de morte a qualquer instante, isto provocou sentimentos diferentes em seu estado de ser, o que o levou a tratar a vida fundamentada no *tudo ou*

nada. Credo que esta era sua natureza livre, tatuou um escorpião sobre a antiga tatuagem da salamandra.

Este animal significa o vale tudo e existe até uma lenda que ilustra bem esta condição especial de ser: Um escorpião pede a um sapo que o leve através de um rio. O sapo tem medo de ser picado durante a viagem, mas o escorpião argumenta que se picar o sapo, o sapo iria afundar e o escorpião iria se afogar. O sapo concorda e começa a carregar o escorpião, mas, no meio do caminho, o escorpião acaba por ferir o sapo, condenando ambos à morte. Quando perguntado pelo sapo por que havia lhe picado, o escorpião responde que esta é a sua natureza e que nada poderia ser feito para mudar o destino.

Mas, eis que uma bela dona surge para mudar o destino do rapaz. Em meio à calmaria entre um assalto e outro, encontra uma moça, por quem se apaixona e, até se casam. Desta união advém uma filha e a vida segue muito normal, com ele conseguindo um bom trabalho e realizando-se como marido, pai e uma vida doméstica. Todo o seu pensamento muda e a continuidade existencial passa a ser mais importante que tudo em sua vida e, em consequência disto, tatua, sobre a antiga imagem, uma cruz egípcia, que, simbolicamente refere-se à vida como sendo um valor absoluto, estando esta acima de tudo.

O que se observa neste *case* e que pode ser interpretado é que, cada desenho foi escolhido, pelo indivíduo, para simbolizar o que se passava em seu estado de ser; não foram escolhas aleatórias e tatuagens realizadas em momentos de euforia ou em estado de êxtase provocado pelo álcool. Era, aparentemente, um rapaz simples, tranquilo, educado e que, por seu comportamento, jamais apontaria para a dedução de que escondia uma trajetória de vida tão complexa e violenta.

Como já tratado em outros pontos, a simbologia tradicional dos elementos à disposição dos tatuadores e toda a estética que aplicam sobre os desenhos, transformando-os em brilhantes peças de arte não elimina a semântica contextualizada que assumem, em cada caso, em particular, em que a escolha objetiva é resultado de um desejo latente intrínseco de expor o conflito com o qual o indivíduo não esteja conseguindo suportar.

Cada etapa revelada de sua vida, através dos desenhos tatuados em seu corpo, não quer dizer que a seguinte tenha destruído ou suplantado as antecessoras. Muitas ações perdem seu sentido à medida que o tempo passa e a idade que fazia com que aquela

situação tivesse um determinado deixa de fazer qualquer sentido emocional. Isto é o que ocorreu com o indivíduo exposto no *case* supracitado. O jogo pesado do mundo do crime, em especial, para assaltantes de banco não é matar pessoas, nem feri-las fisicamente; o que interessa é despertar o terror e o medo e se alimentar da situação de pavor que toma a todos, vendo o medo expresso em seus rostos. Ironicamente, muito raro encontrar membros destes grupos utilizando qualquer tipo de tatuagem. Este foi um caso especial que nos veio como um achado, o qual está a ser explorado agora, neste artigo-ensaio.

CONCLUSÃO

O uso de tatuagens (desenhos) sobre parte do corpo é uma técnica que, possivelmente, tenha se originado a partir das crenças e superstições religiosas e, aos poucos, foram tomando espaços de marginalização, à medida que a religião e seu conjunto de proteções milagrosas foram perdendo seu efeito mágico sobre os indivíduos.

O que se ressalta neste ensaio-artigo é que, cada desenho, em particular, possui uma estrutura semântica singular e a forma como é expresso no corpo é que vai determinar a sua simbologia, retratando o conflito e sua dimensão no pensamento individual. A exemplo, rosa, significa amor, em pelo menos, 12 (doze) línguas, isto porque o vocábulo em inglês *rose* é, nada mais que um anagrama de Eros, o deus do amor, na mitologia grega. Porém, a forma como estiver representada no desenho é que irá determinar a expressão e o quantum deste sentimento no indivíduo, podendo mesmo expressar aversão ao amor afetivo em relação à outra pessoa.

Borboletas significam liberdade; no entanto, a sua posição vai dizer se o indivíduo deseja ser livre sozinho, voar pelos ares desligado do mundo ou se está aberto a receber os valores e bens que outros possam estar interessados em lhe oferecer. Tatuar símbolos sagrados no corpo é forma de buscar proteção contra maldições, pragas, castigos, inveja alheia.

No passado distante, tatuar imagens de animais no corpo significava incorporar a força bruta, selvagem e de poder de tais seres em si, tornando-se capaz de vencer os adversários em batalhas e nas caçadas. Na contemporaneidade, estas imagens dizem o que se passa no pensamento de tais pessoas e expressam o seu estado de caráter e estado psicológico. Por exemplo, quem tatua um escorpião é o tipo de indivíduo que, para ele,

nada importa, estando disposto a qualquer coisa para seguir seu caminho. Quem tatua cobras no corpo, é um indivíduo que inspira pouca confiança, perigoso, traiçoeiro.

Um símbolo pouco utilizado em tatuagens é o cavalo, exatamente, porque o simbolismo deste animal é muito forte, expressando a figura paterna e também a fúria selvagem e indomável da natureza, que nunca pode ser controlada. Desde Platão (428/427-348/347 a.n.e.), com sua lenda do cavaleiro negro, chegando a Arthur Schopenhauer (1788-1860), tratando do mesmo tema e Sigmund Freud (1856-1939) que utiliza da mesma metáfora para dizer que o homem montado sobre o cavalo crê que o domina, em que esta crença é uma ilusão fundamentada na condição de que o cavalo não se rebele, mantenha-se dócil e obediente.

Cada desenho possui a sua simbologia e um caráter semântico muito particular e, o contexto em que eles se encontram é determinante para o sentido que expressam. Até mesmo símbolos religiosos e de santos, como a imagem de Nossa Senhora de Aparecida e de Jesus Cristo devem ser analisados com maior rigor, porque podem expressar situações nada agradáveis atravessadas por seus usuários.

O estudo sobre tatuagens é muito específico e, mesmo que se tenha domínio sobre semiótica, semântica e interpretação de desenhos isto ainda não é o suficiente para interpretar o significado da imagem quando exposta em determinado indivíduo. Somente a história particular de vida deste é que pode abrir caminhos para uma interpretação ampla e profunda sobre o sentido simbólico da arte expressa em seu corpo, porque, em nenhuma hipótese, o seu egoditônico vai deixar à luz o que, de fato, acontece em seu mundo interior, em termos de conflitos e violência. O indivíduo vai sublimar, de maneira consciente, qualquer possível leitura de seu estado de ser.

REFERÊNCIAS

BELLO, Paola. Conheça a história da tatuagem. *Revista Galileu*. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,EMI132738-17770,00-CONHECA+A+HISTORIA+DA+TATUAGEM.html>> Acesso em: 10 mai. 2017

GONÇALVES, Gabriel Massoto. *A arte da tattoo: A proteção autoral da tatuagem*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Três Rios: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Três Rios - Departamento de Direito, Humanas e Letras, 2017.

NIETZSCHE, F. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Capítulo 8
BENEFÍCIOS DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NO
TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL DE ACORDO COM A
LITERATURA

Rayssa Renata Alves Oliveira

BENEFÍCIOS DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NO TRATAMENTO DA OBESIDADE INFANTIL DE ACORDO COM A LITERATURA

Rayssa Renata Alves Oliveira

Nutricionista

raussarenata96@gmail.com

RESUMO

Ao analisar o cenário mundial sobre a obesidade, fica evidente que se trata de um assunto de saúde urgente e que precisa ser muito discutido. O Brasil faz parte do grupo de países que estão no topo da lista da obesidade, uma das opções para começar a mudar este cenário é a prevenção e focar muito no tratamento, principalmente das crianças, visto que uma criança obesa tem chances altíssimas de levar essa obesidade para a vida adulta. Este estudo tem como objetivo geral identificar os benefícios que o acompanhamento nutricional traz para crianças obesas de acordo com a literatura. Para alcançar esse objetivo a metodologia utilizada foi revisão bibliográfica sistemática. De acordo com que foi projetado trabalhou com uma estrutura qualitativa e descritiva, ou seja, não empregou um referencial estatístico como base do processo de análise de um problema. Após a realização da revisão bibliográfica foi constatado que o acompanhamento nutricional ajuda na redução de peso e do IMC, sendo assim é uma ótima ferramenta no tratamento da obesidade infantil. Conclui-se que o acompanhamento nutricional é essencial na prevenção e tratamento da obesidade infantil.

Palavras-chave: Nutrição. Obesidade. Má alimentação.

ABSTRACT

When analyzing the world scenario on obesity, it is evident that this is an urgent health issue that needs to be much discussed. Brazil is part of the group of countries that are at the top of the obesity list, one of the options to start changing this scenario is prevention and focusing a lot on treatment, especially for children, since an obese child has very high chances of taking this obesity into adulthood. This study has the general objective of identifying the benefits that nutritional monitoring brings to obese children according to the literature. To achieve this objective, the methodology used was a systematic literature review. According to what was designed, it worked with a qualitative and descriptive structure, that is, it did not use a statistical reference as the basis of the analysis process of a problem. After carrying out the literature review, it was found that nutritional monitoring helps to reduce weight and BMI, therefore it is a great tool in the treatment of childhood obesity. It concludes that nutritional monitoring is essential in the prevention and treatment of childhood obesity.

Keywords: Nutrition. Obesity. Bad Nutrition.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), estima que em 2025, mais de 70 milhões de pessoas estarão obesas e cerca de 2,3 bilhões estarão com sobrepeso. E os estudos sobre estes números defendem que apenas a hereditariedade não justifica essa proporção grande. Estudos apontam que esse aumento está ligado ao ambiente, isto é: aumento da ingestão de açúcar e gorduras saturadas, baixo consumo de fibras, aspectos emocionais e desde os anos 80, redução da prática de exercícios físicos.

A obesidade não deve ser vista apenas como um problema estético, que incomoda por causa das críticas e Bullying. O excesso de peso pode provocar o surgimento de vários problemas de saúde como diabetes, problemas cardíacos e a nas crianças a má formação do esqueleto.

Geralmente as crianças ganham peso com maior facilidade por causa de fatores tais como: hábitos alimentares errados, inclinação genética, estilo de vida sedentário, distúrbios psicológicos, problemas na convivência familiar entre outros. Muitas pessoas acham que crianças obesas são assim porque comem muito. Mas este pensamento nem sempre é verdadeiro, porque geralmente as crianças obesas consomem alimento de alto valor calórico que não precisa ser em grande quantidade para causar o aumento de peso.

Existe uma rede de profissionais preparados e qualificados para tratar a obesidade de adultos e crianças. E um deles é o nutricionista que pode ajudar muito através do acompanhamento nutricional que é uma completa verificação da condição nutricional do paciente, formando um programa alimentar individualizado, com a intenção de alcançar de maneira saudável os objetivos.

METODOLOGIA

Esse estudo é uma revisão bibliográfica sistemática que foi realizada em agosto de 2022. De acordo com que foi projetado trabalhou com uma estrutura qualitativa e descritiva, ou seja, não empregou um referencial estatístico como base do processo de análise de um problema. Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica com uma busca por artigos científicos, teses e monografias sobre o tema: os benéficos do acompanhamento nutricional no tratamento da obesidade infantil de acordo com a literatura, nas seguintes bases de dados: Lilacs e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

encontrados pelos descritores: Comportamento alimentar; Obesidade Infantil; Alimentação e nutrição. Para realizar o cruzamento utilizou todos os descritores citados anteriormente.

Foram encontrados 51 artigos no Lilacs e 579 na BVS, totalizando 629 artigos. O processo para separação do material encontrado ocorreu a partir da leitura direcionada e fichamento; os critérios de inclusão foram o período das publicações entre 2012 a 2021, ser gratuito, nos idiomas inglês, português e espanhol, disponíveis de forma integral, ser relacionado com o tema. Os critérios de exclusão dos artigos foram por não ter ligação com a temática, publicação anterior a 2012, ser pago, estar disponível em outros idiomas e estar incompleto. Após essa separação foi selecionado 10 artigos para a composição deste estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O acompanhamento nutricional voltado para o controle da obesidade infantil, vem sendo muito procurado nos últimos anos. Esse acompanhamento é essencial para o cuidado de crianças que possuem irregularidade no seu estado nutricional, pois ele busca desenvolver na criança hábitos saudáveis, e o consumo correto dos alimentos, focando nos nutrientes essenciais para sua fase de vida, diminuindo os riscos e complicações da obesidade. (HONICKY; KÜHL; MELHEM 2017)

A obesidade infantil possui tratamento e a escolha do tratamento precisa ser baseada na gravidade do problema e na presença de complicações associadas. O principal objetivo da perda de peso é diminuir ou adequar a quantidade de gordura corporal para diminuir o risco de complicações futuras. (VENEZIANO, 2021)

O acompanhamento nutricional a partir da adoção de uma alimentação saudável, voltado para a adequação da quantidade de calorias, as preferências alimentares, o aspecto financeiro e o estilo de vida, juntamente com a atividade física são aspectos importantes para o tratamento da obesidade infantil. (ANTUNES, 2018)

Franchini, Schmidt e Deon (2018), realizou um estudo com 102 que apresentavam sobre peso, pré-obesidade e obesidade, todas as crianças passaram por três intervenções nutricionais com o nutricionista e apresentaram a redução de 1,87% do peso, concluindo então que as intervenções nutricionais por meio das atividades de educação alimentar apresentam ser eficiente na diminuição do peso das crianças obesas.

Na pesquisa de Honicky, Kühn e Melhem (2017), a intervenção nutricional em crianças com obesidade durante seis meses, ficou constatado a redução considerável do IMC, fator que em muito favorece a melhoria da obesidade em infantil e eleva a qualidade de vida desta população.

A atuação do nutricionista através da terapia de grupo é muito importante para tratar infantes obesos promovendo melhoria na sua qualidade de vida (TABORDA; MAZUR; SCHMITT, 2020). Os autores Testa, Poeta e Duarte (2017), concluíram em seu estudo que as crianças com obesidade ao serem submetidas ou acompanhamento nutricional obtêm como resultado a redução do IMC.

Poeta et al. (2013), realizou um estudo com 32 crianças obesas, as crianças foram divididas em 2 grupos (grupo com intervenção e grupo sem intervenção), ao finalizar o programa de intervenção com atividades físicas e orientação nutricional, as crianças do grupo que recebeu as intervenções apresentaram redução significativa do IMC de 26,4 kg/m² para 25,5 kg/m² além de melhorias nos domínios físico, emocional, social, psicossocial e na qualidade de vida geral.

Oliveira et al. (2019), ao avaliarem a intervenções nutricionais para crianças obesas e desnutridas, e constataram que é importante um programa de distribuição de alimentos para crianças com desnutrição, e prática de exercícios físicos e orientação nutricional para crianças com obesidade. Então concluíram que as intervenções nutricionais são relevantes para prevenir ou tratar carências ou excessos alimentares.

Ao avaliar o impacto de um projeto de intervenção para a obesidade infantil, nos comportamentos alimentares e na atividade física de 381 crianças que cursavam entre o 1º ao 4º ano do ensino fundamental, após 3 anos de execução, Rodrigues, Alves e Amorim (2015), constatou crianças com excesso de peso passaram para normoponderal, já os valores médios da atividade física foram baixos, mas os comportamentos alimentares adequados.

Ao iniciar uma alimentação saudável consumindo diariamente as porções recomendadas pela OMS e literatura Recommended Dietary Allowance (RDA), ou seja, seguir a recomendação do consumo alimentar de carboidratos, proteínas, lipídeos, vitaminas e minerais. Estes nutrientes são encontrados em frutas, verduras, arroz, grupo oleaginosas, que consumido de maneira correta e regular ajuda na redução do peso e pode ajudar a combater a obesidade. (ANTUNES, 2018)

Um acompanhamento nutricional também ajuda a diminuir o consumo de alimentos com açúcar e as gorduras saturadas, presentes sobretudo nas gorduras processadas industrialmente (hidrogenadas), carnes vermelhas, manteiga, e laticínios gordos e isso também ajuda na redução do peso e pode refletir positivamente no tratamento da obesidade. (CAVALCANTI, 2019)

O acompanhamento nutricional ajuda no controle e tratamento da obesidade infantil, mas ajuda também na prevenção e no tratamento da diabetes, doenças cardiovasculares, hipertensão e outras patologias que podem ser ligadas diretamente com a má alimentação. (TABORDA; MAZUR; SCHMITT, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade infantil é um problema gravíssimo para a saúde pública é necessário que a mesma seja prevenida e tratada o mais rápido possível. A luta não é fácil e envolve uma equipe multidisciplinar, e o nutricionista se encaixa perfeitamente nessa equipe, podendo ajudar tanto a criança quanto os pais.

O acompanhamento nutricional é essencial para o cuidado de crianças que possuem irregularidade no seu estado nutricional, pois ele busca desenvolver na criança hábitos saudáveis, e o consumo correto dos alimentos, focando nos nutrientes essenciais para sua fase de vida diminuindo os riscos e complicações da obesidade. Isto é, ele auxilia na manutenção da alimentação correta e regular que ajuda na redução do peso e pode ajudar a combater a obesidade.

Após realizar a pesquisa bibliográfica ficou evidente que o acompanhamento nutricional ao ser realizado com crianças obesas ajuda a reduzir o peso e o IMC. Isso acontece devido as mudanças alimentares porque o acompanhamento ajuda a diminuir o consumo de alimentos com açúcar e as gorduras saturadas, presentes sobretudo nas gorduras processadas industrialmente, carnes vermelhas, manteiga, e laticínios gordos e isso também ajuda na redução do peso e pode refletir positivamente no tratamento da obesidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, N. J. **Obesidade infantil**: vivências familiares relativas ao processo de aconselhamento nutricional. 2018. 233 Fls. Dissertação (Mestrado em política, gestão e saúde) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública: São Paulo, 2018.
- CAVALCANTI, É. M. **A importância da nutrição comportamental e atitudes saudáveis da família no tratamento da obesidade infantil**. 2019. 25 Fls. Monografia (Bacharelado em nutrição) - centro universitário de Brasília – UniCEUB - Faculdade de ciências da educação e saúde. Brasília, 2019.
- FRANCHINI, L. A.; SCHMIDT, L.; DEON, R. G. **Intervenção nutricional na obesidade infantil**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 42, n.157, p. 151-160, março/2018.
- HONICKY, M., KUHL, A.M., MELHEM, A.R.F. Intervenção nutricional em crianças e adolescentes com excesso de peso. RBONE- **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**,11(66),486-495, 2017.
- OLIVEIRA, I. K.; MONTEIRO, N. V. do N.; VILAR, T. M.; SILVA, D. J. S.; LIMA, C. H. R.. Intervenções nutricionais em crianças obesas e desnutridas. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 10, p. 33, 2019.
- POETA, L.S.; DUARTE, M.F.S.; GIULIANO, I.C.B.; MOTA, J. Intervenção interdisciplinar em crianças obesas e o impacto na saúde e qualidade de vida. **J. Pediatr.**, v. 89, nº5: p. 499-504, 2013.
- RODRIGUES, A.M.; ALVES, O.M.A.; AMORIM, E.C.B.L.F. Impacto do Projeto de Intervenção na Obesidade Infantil no primeiro ciclo de um agrupamento de escolas. **Revista de Enfermagem Referência**; v. 5, nº1: p.57-64, 2015.
- TABORDA, D.; MAZUR, C. E.; SCHMITT, V. Obesidade infantil: terapia nutricional em um grupo de usuários do sistema único de saúde – um estudo longitudinal. **Visão Acadêmica, Curitiba**, v.21 n.3, 2020.
- TESTA, W.L., POETA, L.S., DUARTE, M.F.S. Exercício físico com atividades recreativas: uma alternativa para o tratamento da obesidade infantil. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, 11(62), 49, 2017.
- VENEZIANO, L. S. N. SOBREPESO E OBESIDADE. **Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**, v. 2, n. 11, p. 8-36, 2021.

Capítulo 9
UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO
TENDO COMO TEMÁTICA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Edelvira Silva da Silva
Alessandro Carvalho Bica

UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO TENDO COMO TEMÁTICA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Edelvira Silva da Silva

Professora de Atendimento Educacional Especializado da rede Municipal de Pelotas/RS.

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão.

Alessandro Carvalho Bica

Professor Associado I da Universidade Federal do Pampa. Doutor em Educação pela

Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

RESUMO

Este texto apresenta reflexões emergentes de atividades realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa-ação intitulada “Uma proposta de formação continuada em serviço tendo como temática a Educação Inclusiva”. Também traz os resultados da formação implementada com base nos dados da investigação que foi desenvolvida ao longo do curso de Mestrado Profissional em Educação, cursado na Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão. O estudo teve como objetivo principal realizar uma formação continuada com as professoras de uma Escola Municipal do Ensino Fundamental, situada no município de Pelotas/RS. Os objetivos específicos foram: sensibilizar as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental para a relevância do trabalho, principalmente com os alunos com deficiência; refletir sobre o fazer pedagógico no ensino regular sob a ótica de uma perspectiva inclusiva; identificar o que é preciso realizar na prática cotidiana para a efetiva inclusão; planejar coletivamente estratégias de intervenção no processo de ensino e aprendizagem; acompanhar através de registros o processo investigativo; e avaliar tudo o que foi feito para a obtenção dos resultados. A formação esteve voltada principalmente para a criação de estratégias visando à inclusão efetiva de alunos da educação especial. A expectativa foi de promover uma mudança de olhar no processo de ensino e aprendizagem dos atores envolvidos. Os resultados, entre outros aspectos, evidenciaram a importância de iniciativas dessa natureza na intervenção dos problemas vinculados aos processos de ensino e aprendizagem desses alunos, mas, sobretudo, para possibilitar aos participantes novas formas de formação continuada com base em sua realidade educacional e social.

Palavras-chave: Educação especial. Educação inclusiva. Formação de professores.

ABSTRACT

This text presents reflections emerging from activities carried out during the development of the action-research entitled “A proposal for continuing in-service training with Inclusive Education as its theme”. It also brings the results of the training implemented based on research data that was developed throughout the Professional

Master's in Education course, attended at the Federal University of Pampa - Jaguarão campus. The main objective of the study was to carry out continuing education with the teachers of a Municipal Elementary School, located in the city of Pelotas/RS. The specific objectives were: to sensitize teachers in the early years of elementary school to the relevance of work, especially with students with disabilities; reflect on the pedagogical practice in regular education from the perspective of an inclusive perspective; identify what needs to be done in everyday practice for effective inclusion; collectively plan intervention strategies in the teaching and learning process; monitor the investigative process through records; and evaluate everything that was done to obtain the results. Training was mainly focused on creating strategies aimed at the effective inclusion of special education students. The expectation was to promote a change of perspective in the teaching and learning process of the actors involved. The results, among other aspects, showed the importance of initiatives of this nature in the intervention of problems linked to the teaching and learning processes of these students, but, above all, to provide participants with new forms of continuing education based on their educational and social reality.

Keywords: Special education. Inclusive education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os achados de uma experiência de formação continuada desenvolvida com professoras de uma escola municipal de Pelotas. Trata da descrição e análise crítica e reflexiva de uma atividade formativa, com cinco encontros online realizados através da plataforma *Google Meet*.

Voltada para a percepção do próprio cotidiano escolar vivido, a prática teve o propósito de promover a reflexão constante e necessária para o desenvolvimento da docência com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência. Lück (2011, p. 89) afirma que o cotidiano escolar

[...] revela a dinâmica da escola como organismo vivo marcado por tensões entre acomodação e transformação, conformismo e resistência, interesses individuais e interesses coletivos, conservação e inovação, senso comum e proposições teóricas, espontaneísmo e organização, dentre outros aspectos. A gestão do cotidiano pressupõe, portanto, a atuação no sentido de diminuir o espaço das contradições e promover as articulações necessárias para favorecer a superação de diferenças, sem perder a riqueza da diversidade.

A prática do processo de formação continuada foi movida pela parceria e, principalmente, pela discussão do que acontece no cotidiano escolar, colocando em evidência questões fundamentais da formação inicial e continuada, que foram destacadas

pelos sujeitos da pesquisa através do preenchimento do questionário disponibilizado às professoras antes do início do processo de formação.

A roda de conversa como instrumento metodológico abre espaço para que os sujeitos envolvidos no processo de formação estabeleçam espaços de diálogos e interações no contexto da formação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, estabelecendo relações de reciprocidade e de colaboração em um movimento de compreensão sobre a voz do outro. As rodas de conversa têm sua referência ancorada nos “Círculos de Cultura de Paulo Freire”, que proporcionam momentos de fala e de escuta. Ao escutar o outro, colocamo-nos no lugar de sujeitos que aprendem entre si, exercitando o diálogo entre a prática e a teoria. Para Freire (1983), os “Círculos de Cultura” são o diálogo, é a pronúncia do mundo – ou seja, é o processo de ler o mundo, problematizá-lo, compreendê-lo e transformá-lo.

DESENVOLVIMENTO

O presente artigo traz um recorte de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa, com o objetivo de investigar os problemas e os entraves que dificultam o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Nos dias atuais, a pesquisa-ação continua sendo muito requisitada para solucionar problemas de um coletivo e da aprendizagem dos sujeitos e pesquisadores envolvidos num processo de investigação-ação. A pesquisa-ação segue um ciclo que envolve planejamento, implementação, descrição e avaliação da mudança adotada para melhorar a prática e o aprendizado permanente. Nesse sentido, viu-se nela uma oportunidade de discutir as questões que mais causavam tensão e angústia no cotidiano da sala de aula das professoras envolvidas com o estudo, e, após reconhecê-las, encaminhar ações efetivas com o intuito de produzir mudanças na prática dessas docentes e expandi-las para os demais.

Inicialmente, foi aplicado um questionário via Plataforma *Google Forms*, o qual possibilitou conhecer um pouco mais sobre a vida profissional e a opinião das professoras acerca da formação continuada realizada em serviço. A análise desses dados trouxe informações pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa. O instrumento foi aplicado para 12 professoras, e obteve-se uma devolutiva de 100%, o que foi considerado um excelente início de trabalho, visto que demonstrava uma vontade e compromisso das professoras da escola em participar do estudo.

As professoras apontaram propostas formativas mais vinculadas à sua prática, a qual prescinde de uma formação teórica sólida e consistente, afim de que possam, através da formação, entender suas escolhas, seu contexto e atuação sobre ele.

As escolhas por propostas formativas centradas nas suas práticas tendem a visar uma formação mais direcionada ao seu fazer pedagógico. Coube à pesquisadora aliar esses conhecimentos práticos aos saberes teóricos imprescindíveis ao fazer pedagógico na sala de aula. As reflexões e debates sobre o fazer na sala de aula constituiu uma importante ferramenta metodológica para o sucesso da pesquisa.

RODAS DE CONVERSA VIRTUAL

As rodas de conversa virtual serviram como ponto de encontro para que cada uma das professoras pudesse expor suas ideias, exercitar a escuta atenta aos relatos de experiências de seus pares, refletir sobre a sua própria ação pedagógica e tomar decisões frente às situações que foram relatadas nesse espaço formativo.

A reflexão sobre a prática que, segundo Freire (1983), é o confronto da teoria com a ação, torna-se também possibilitadora de novos olhares para todos os sujeitos envolvidos no processo, já que “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 1983, p. 33).

Os encontros realizados se constituíram mais do que uma mera convivência ou uma reunião sem aprofundamento da temática, configurando-se em um momento de deliberações das propostas sobre a educação inclusiva e, a partir das questões elencadas e discutidas nas rodas de conversas, essas propostas passaram a ser também possibilidades de ações qualificadas no exercício da docência para o coletivo de professoras da escola. Nos encontros foram discutidos os conceitos de adaptação curricular, de conteúdos e suas diferenças quanto à concepção. Procurou-se deixar claro que a adaptação curricular não significa trocar a atividade por outra que não tenha nenhuma ligação com o que foi proposto, mas, sim, transformá-la em uma atividade viável dentro das capacidades do aluno em situação de deficiência. Ao propor uma atividade não considerando as dificuldades e diferenças dos alunos com deficiência, o currículo se torna inadequado às respostas que o aluno necessita ter. Não se trata de empobrecimento ou banalização curricular, mas, sim, segundo Carvalho (2010, p. 114) de “[...] encontrar

caminhos que permitam flexibilizar os conteúdos do currículo e proporcionar a todos, relações com saber”.

A autora coloca a necessidade da adequação da proposta curricular, em que o Projeto Político Pedagógico extrapola a burocracia e vai identificar a escola como inclusiva ou não, uma vez que corresponde ao pensamento dos que estarão envolvidos nela.

Nesse momento, ali estavam colocadas as nossas angústias, dúvidas, limitações pedagógicas, fragilidades e inseguranças. E o nosso fortalecimento se traduzia no apoio aos relatos daquelas que já haviam tido alguma experiência pedagógica com os alunos público alvo da educação inclusiva. A formação continuada em serviço, na qual aquele grupo de professoras era protagonista, começava a despontar como uma nova possibilidade de se pensar em conjunto o cotidiano da escola, as práticas pedagógicas e os próximos passos a serem dados na busca de uma escola para todos.

A formação não dará fórmulas para a inclusão e, tampouco, soluções para as dificuldades encontradas em sala de aula. Promoverá uma mudança de olhar os processos de ensinar e de aprender e, para isso, o professor deverá estar aberto para questionar seu modo de ensinar e de encarar a aprendizagem dos alunos (MACHADO, 2009, p. 96).

Nossa experiência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) se baseia na defesa de uma escola inclusiva que atenda os alunos na sua integralidade, através de propostas educativas que valorizem suas potencialidades, minimizando suas dificuldades.

Como bem diz Macedo (2005, p. 38),

[...] os desafios da prática docente, nos termos em que se define hoje, supõe que o professor possa sair do isolamento e solidão da sala de aula com seus alunos e compartilhar formas coletivas de enfrentamento de questões comuns.

Através da partilha de saberes, cada sujeito aprende com o outro, valorizando e respeitando as diferentes opiniões, conhecimentos e ações pedagógicas. Os estudos sobre educação inclusiva defendem a premissa de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas sim em equipes e em regime de colaboração e cooperação, para que as boas práticas pedagógicas sejam mais exitosas.

Nesse contexto, a formação assume um papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e a incerteza (IMBERNÓN, 2011, p. 15).

Durante essas reuniões de formação, os problemas, dificuldades e potencialidades relacionadas aos alunos foram coletivamente analisadas, até que fossem encontradas estratégias de intervenção que pudessem ser implementadas e avaliadas na sala de aula.

E isso implica, mediante a ruptura de tradições, inércias e ideologias impostas, formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente deve compartilhar o conhecimento com o contexto (IMBERNÓN, 2011, p. 15).

Foi muito bom ter compartilhado um pouco do que faço e penso com as professoras, que também fazem belos trabalhos e sonham com uma escola melhor. Esperamos ter suprido as demandas que as colegas trouxeram para a formação, considerando também os estudos teóricos sobre a inclusão. Precisamos de mais pesquisas e de conexão com as escolas, e de mais professores refletindo e compartilhando suas práticas.

AValiação e Monitoramento das Rodas

Refletir sobre a ação pedagógica deveria ser uma prática constante no exercício da profissão docente, uma vez que a cada ano letivo que começa nos deparamos com as mais diferentes situações na sala de aula, além de uma diversidade enorme de alunos. Isso tira o professor da sua zona de conforto e o faz buscar outros modos de ensinar que beneficiem os alunos.

Durante o processo de formação, utilizamos o diário de campo como metodologia de reflexão sobre a formação. O diário de campo oportunizou o exercício da escrita reflexiva para a pesquisadora, a qual muito auxiliou na organização dessa proposta, já que essa escrita dava concretude ao pensamento, identificando e corrigindo possíveis erros durante o processo. Por meio da reflexão dessa escrita, os encontros eram planejados.

Buscou-se, nos cinco encontros, a problematização das situações vividas pelas professoras. O repensar sobre a prática levou as professoras e a pesquisadora a pensarem coletivamente a inclusão de todas as crianças no nosso planejamento e no nosso fazer pedagógico.

Perseguir o ensino e a aprendizagem de todos demanda tempo e esforço. Demanda inquietude, liberdade de pensamento e tomada de decisão diante das situações que se

apresentam diariamente. Propus as seguintes reflexões sobre essas percepções e que estão escritas no diário de campo: o que foi discutido sobre Currículo Adaptado, Flexibilização de conteúdos e Processo de Avaliação durante os cinco encontros virtuais terá reflexo nas práticas cotidianas dos sujeitos da pesquisa? A formação continuada em serviço se tornará uma prática na escola, uma vez que a possibilidade de os professores e professoras conversarem e debaterem virtualmente tornou-se realidade?

Não estou aqui desconsiderando a importância dos encontros de formação presenciais, os quais têm grande relevância por nos proporcionar o contato físico e aproximação com os nossos colegas; de poder fazer uma observação mais olho no olho, atentando-se às expressões de cada uma durante as discussões. Esse formato virtual possibilitou às professoras o acesso à plataforma diretamente de suas casas, ou de outro lugar onde se encontravam naquele momento do encontro, não havendo necessidade de se deslocarem de onde quer que estivessem para participar da formação. Esse deslocamento é, sem sombra de dúvida, uma das barreiras que, na maioria das vezes, dificulta a organização de encontros como esses nas escolas na forma presencial. Essa experiência de formação no formato virtual poderá ser mais bem aproveitada nas reuniões pedagógicas, nos encontros entre as professoras de AEE e as professoras que trabalham nas classes regulares que atendem alunos com deficiência, além de outros tipos de situações.

A avaliação final da pesquisa se deu através de um questionário, no qual constavam cinco questões para serem respondidas pelas professoras acerca do que foi debatido ao longo dos cinco encontros de formação continuada em serviço. Uma das questões perguntava se o que havia sido proposto para os encontros havia atendido às expectativas das professoras.

A professora P3 respondeu o seguinte: “Sim, foram além inclusive. Achei muito bom termos a oportunidade de poder falar de cada caso, bem específico”. No mesmo sentido, o comentário da professora P11 acrescentou: “Sim, foi um espaço gostoso de discussão e aprendizagem que foi além da proposta inicial”. Ambos os depoimentos fazem referência ao que foi estabelecido inicialmente pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, o debate sobre os casos dos nossos alunos com deficiência, mais especificamente, e o compartilhamento das nossas experiências pedagógicas desprovidas de qualquer crítica ou preconceito com relação ao que foi relatado por elas.

Também foi perguntado às professoras se haveria algo que devesse ser ajustado ou mantido de tudo que fora conversado e discutido. Nesse sentido, as professoras registraram o seguinte: “Acredito que, quanto mais exemplos práticos, melhor podemos aproveitar. Teoria é importante, sim, mas a prática, a troca de experiências é mais objetivo” (P3). Já a professora P12 pontuou o seguinte: “Tudo é crescimento. Mas alguns minutos a troca de experiências é mais interessante, que muito tempo de leitura de slides, que torna se cansativo”.

Nas ideias expressas pelas professoras acima, a prática, ou seja, “o pôr as mãos na massa”, parece ter tido uma relevância maior naquele momento. Enquanto professora pesquisadora, entendo que a teoria e a prática devam andar sempre juntas, uma contribuindo com a outra. Nas palavras de Macedo (2005, p. 39),

[...] defendo, portanto, uma relação de cooperação ou reciprocidade entre a reflexão e a prática, uma alimentando ou complementando a outra, de forma irreduzível, complementar e indissociável. Em termos concretos, essa mudança de ênfase sugere duas questões: como refletir sobre a ação já realizada ou ser realizada? Como praticar a reflexão?

As professoras também opinaram acerca das temáticas que foram tratadas durante a formação, apontando as que mais poderão influenciar nas suas ações pedagógicas junto aos alunos no futuro. A professora P4 colocou que “[...] o AEE em si traz sugestões de atividades e abordagens que visem à inclusão do aluno como aprendente para o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia”.

Acredita-se que a referência feita ao Atendimento Educacional Especializado traduz a importância desse atendimento no espaço escolar para alunos e professores do ensino regular. É necessária a criação de espaços de diálogos entre o(a) professor(a) de sala de aula e o(a) professor(a) de AEE, a fim de compartilharem informações e pensarem ações efetivas para seus alunos – como o estudo de caso, por exemplo – com o propósito de desenvolvê-los na sua integralidade e incluí-los em suas propostas pedagógicas a partir de uma ação mais reflexiva sobre a prática pedagógica das professoras.

Outra questão abordada foi a proposta de formação em serviço e o redirecionamento do trabalho com os alunos com deficiência. As professoras colocaram, de um modo geral, que a proposta foi relevante e que as auxiliará na elaboração de seus planejamentos futuros para seus alunos. Conforme apontado em seu questionário, a professora P4 enfatizou que

Foi muito importante fazer esta reflexão e discussão com os colegas para uma prática escolar realmente incluyente, onde equipe diretiva, coordenação pedagógica, AEE e professores da classe comum andam na mesma direção. Com certeza os materiais estudados e desenvolvidos foram muito importantes.

A professora P9, por sua vez, disse: “Acho que sempre irá contribuir para melhorar nosso olhar inclusivo e aprimorar nossa prática. É bom trocar experiências, práticas e saberes”. A professora P8 considerou que a proposta de formação trouxe “um olhar diferenciado diante das dificuldades”, assim como a professora P3, que identificou na formação “[...] coisas importantes, a começar pela forma de observar o aluno, de ver quais as necessidades reais desse aluno para melhor adequação da proposta pedagógica”.

Acredito que tenha conseguido sensibilizar as professoras de forma a aguçar seus olhares sobre aqueles que necessitam e precisam apenas de uma oportunidade para aprender no sentido mais amplo da palavra – ou seja, para além dos conhecimentos historicamente construídos. O aprender a viver e conviver com o outro com suas semelhanças e, principalmente, diferenças. O aprender a amar-se e respeitar-se e, da mesma forma, amar e respeitar aquele que pensa e sente o mundo diferente de mim. O aprender a aceitar-se como é, entendendo que o que nos faz humanos são as nossas peculiaridades, e que isso consiste a “boniteza” do aprender. Nóvoa (2007, p. 29) aponta que

A formação de professores deve basear-se em compromissos profissionais, que são também compromissos sociais. O trabalho educativo implica sempre um horizonte ético. Em primeiro lugar, um professor não pode se resignar ao fatalismo do insucesso escolar. A aquisição de um repertório pedagógico serve, justamente, para resolver os casos mais problemáticos. Em segundo lugar, um professor não pode renunciar à missão que a sociedade lhe confiou. São os mais desprotegidos que necessitam de mais e de melhor escola. A educação para todos só faz sentido caso se traduza na aprendizagem para todos. Em terceiro lugar, um professor deve respeitar as diversas comunidades e culturas, sem esquecer, no entanto, que a sua finalidade é conseguir que as crianças ultrapassem as fronteiras que, tantas vezes, lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade.

É indispensável um ensino de qualidade com significado para os alunos, que contemple os aspectos culturais, sociais e políticos, entre outros, e que tenha como objetivo o pleno desenvolvimento desses indivíduos. Sendo assim, é necessário adotar como uma prática frequente os encontros de formação continuada em serviço, os quais,

com certeza, deverão ser mais aprofundados no seu aspecto teórico e crítico-reflexivo. A intenção é a de nos debruçarmos sobre as ações pedagógicas de cada professor e professora à luz de algumas teorias que nos levem a refletir criticamente e (re)significar o nosso papel enquanto formadores de opinião – desprovidos de qualquer tipo de preconceito, resistência, medos, inseguranças, entre outros.

CONSIDERAÇÕES

A literatura consultada acerca da formação de professores e da educação inclusiva juntamente com a pesquisa-ação compôs um conjunto significativo que contribuiu para refletir com mais intensidade sobre o fazer pedagógico das professoras envolvidas na pesquisa, como também o repensar das ações para qualificar a aprendizagem dos alunos, especialmente os com deficiência. Nosso objetivo foi o de se pensar uma proposta de trabalho pedagógico dentro de uma perspectiva de educação inclusiva, em que as ideias sobre aprendizagem e ensino fossem revisadas, considerando a trajetória de cada aluno e o universo de possibilidades de conhecimento a ser desenvolvido.

Compreendeu-se que o compartilhamento de ideias, vivências e emoções enriquecem o trabalho e manifestam um sentimento de autoria por tudo que é construído e que pertence ao espaço escolar.

Também foi observado, através das avaliações das professoras, que os objetivos que foram pensados para a pesquisa-ação, na sua maioria, foram atingidos. No entanto, acredita-se que a reflexão crítica sobre a prática poderia ter sido mais bem explorada e aprofundada através dos textos que foram trabalhados e indicados como suporte teórico. Ou seja, de nos debruçarmos sobre o nosso fazer pedagógico analisando-o criticamente, embasados em uma teoria que nos ajude a encontrar caminhos e sentido para o nosso ofício, permitindo falar sobre ele sem melindres.

Entendo que o estudo realizado não se esgotou, pois o que foi relatado é apenas um recorte do que representa os estudos na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e da Formação Continuada. A experiência de ser uma professora pesquisadora foi desafiadora, pois me tirou da minha zona de conforto e rotina, exigindo-me muito envolvimento com a pesquisa. Vejo que ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca da escola para todos, percebido através das considerações feitas pelos diversos autores que embasam esse estudo.

Essa é uma discussão que deve ser feita por toda a sociedade brasileira, não só por especialistas ou teóricos que estudam a educação inclusiva. É extremamente necessário que essa pauta seja discutida e defendida por todos na busca por um país mais generoso, plural, democrático e socialmente justo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NÓVOA, António. Em busca da lucidez e da coerência – para um prefácio. In: VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério, CHICON, José Francisco, (Orgs). **A Educação Inclusiva de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos: avanços e desafios**. Vitória: EDUFES, 2007.

Capítulo 10
LA EDUCACIÓN DEL HOMBRE DESDE UNA MIRADA BIOLÓGICA

Sérgio Rodrigues de Souza
Vinícius da Silva Santos
Miguel Francisco Pérez Bejerano
Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira

LA EDUCACIÓN DEL HOMBRE DESDE UNA MIRADA BIOLÓGICA

Sérgio Rodrigues de Souza

Pedagogo. Filósofo. Sociólogo. Pós-Ph.D. em Psicologia Social. Consultor Científico. Email: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

Vinícius da Silva Santos

Biólogo. Mestre em Educação e Tecnologias. E-mail: viniciusbiologo33@gmail.com.

Miguel Francisco Pérez Bejerano

Biólogo. Doutor em Ciências Pedagógicas. Professor Titular da Universidad de Ciencias Pedagógicas “Enrique José Varona” – La Habana (CU). E-mail: miguelpb@ucpejv.rimed.cu.

Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira

Acadêmica de Bacharelado em Medicina Veterinária pela Universidade de Vila Velha – UVV. E-mail: Deborapacheco768@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo-ensayo se articula desde una paradoja a fin de lanzar un poco de transparencia a la cuestión desafiadora que es ¿por qué el hombre necesita ser educado, una vez que se toma como verdad absoluta de que la naturaleza ya lo dotó de todos los instintos capaces de garantizarle la supervivencia? Esto viene sé mostrando como un desafío a conocer y a buscar respuestas, de forma a que se pueda discutir los caminos a guiar los educadores, proponiendo nuevas discusiones y elaboraciones didácticas, empíricas y teóricas. El hombre necesita de la experiencia para garantizar su condición de aprendizaje. El cerebro humano y su estructura son capaces de recibir la información venida del mundo externo, procesarla, de acuerdo con sus conocimientos previos, adquiridos, también, a través de situaciones empíricas. Ausente las condiciones de experiencia, lo que se tiene es una carcasa vacía que no se sostiene en ningún espacio, porque la inteligencia abstracta humana es dependiente de contacto directo con situaciones concretas. A lo largo del desarrollo del hombre, en cuanto ser que pertenece a una especie singular, su cerebro y su desarrollo continuo representaron un avance biológico cuando lo comparamos con las otras especies animales. Desde la óptica de la Biología estructuralista, el hombre se transforma en un ser retrógrado, porque toda la evolución de su corteza lo privó de accionar sus mecanismos mnemónicos desde mucho tiempo almacenados. Todo el proceso de evolución del ser humano, que data de millares de años, es repetido en sus tres formas clásicas de la vida: la niñez, la adolescencia y la juventud adulta. Desde una mirada biológica, la conclusión que se llega es la de que, la

educación del hombre es de extrema necesidad, porque los instintos que le restaron, sé así desear creer que el hombre evolucionó de algún animal desprovisto de alguna inteligencia abstracta, no se muestran suficientes para garantizarle el mínimo de supervivencia en el mundo salvaje.

Palabras-clave: Necesidad de educación; Instintos; Disciplina; Mirada Biológica; Género humano.

ABSTRACT

This article-essay is articulated from a paradox in order to shed some transparency on the challenging question that is why man needs to be educated, once it is taken as an absolute truth that nature already endowed him with all the instincts capable of guaranteeing its survival? This has been shown as a challenge to know and to seek answers, so that the paths to guide educators can be discussed, proposing new didactic, empirical and theoretical discussions and elaborations. Man needs experience to guarantee his learning condition. The human brain and its structure are capable of receiving information coming from the external world, processing it, according to its previous knowledge, also acquired through empirical situations. Absent from it the conditions of experience, what we have is an empty casing that is not sustained in any space, because human abstract intelligence is dependent on direct contact with concrete situations. Throughout the development of man, as a being that he belongs to a unique species, his brain and his continuous development represented a biological advance when compared to other animal species. From the point of view of structuralist biology, man becomes a retrograde being, because all the evolution of his cortex deprived him of activating his long-stored mnemonic mechanisms. The entire process of evolution of the human being, which dates back thousands of years, is repeated in its three classic forms of life: childhood, adolescence and adulthood. From a biological point of view, the conclusion that is reached is that the education of man is extremely necessary, because the instincts that remained, thus wanting to believe that man evolved from an animal devoid of some abstract intelligence, are not they show enough to guarantee him the minimum of survival in the wild world.

Keywords: Need for education; instincts; Discipline; Biological look; Human gender.

INTRODUCCIÓN

La educación del hombre, entendida como acto disciplinario, como condición de direccionamiento de los instintos animales para un sentido amplio de sociabilidad, en que la convivencia con otros, así lo toma como exigencia, debido al proceso civilizatorio a que se sometió al largo de extensos años, es un capítulo especial muy mal comprendido, a comenzar que no se disciplina un acto que ya esté determinado por la naturaleza. Lo que se puede aproximar de hacer es amansarlo, dejarlo maleable hasta cuando sea de interés del individuo y, bajo la mejor hipótesis, hacer creer que puede sublimarlo.

Por consiguiente, esto se constituye como una cuestión en las ciencias pedagógicas (Pedagogía y Didáctica) y en las ciencias psicológicas (Psicología Clínica, Psicopedagogía

y Psicología Social) que puede ser interpretada como la paradoja de mayor dificultad de entendimiento y de comprensión para ser aplicada a la educación formal: ¿Por qué el hombre necesita ser educado, cuando su condición biológica lo dotó de instintos capaces de permitirle la supervivencia?

Tenemos acá una situación que se muestra, por sí solo, como una falacia, un precepto que no se sostiene delante del análisis de los hechos e delante de la interpretación de los fenómenos. La experiencia ya ha demostrado que esta creencia es una ilusión. Se mantiene así como creencia por determinación del saber común y que, de manera esdrújula, fue acampada por los pensadores de épocas más recientes en la historia humana, situación vergonzosa que convirtió al hombre en un eunuco. Así que, se torna necesario que haga esclarecido que todo aquello que se acordó en llamar de instintos, un pleonismo bárbaro que solamente se sostiene bajo la retórica distorsionada que se adoptó para hacer referencia a los hombres y, con todo el disparate direccionado al ser humano, demostrando que no lo comprende, esta es la situación de entendimiento que puede ser considerado como el elemento que guía hacia la iluminación y la lucha contra la ignorancia sobre el ser humano en cuanto ser natural. Es necesario conocer los excesos triviales que los teóricos utilizan, en la tentativa vana de explicar, y, por veces, como forma de justificar, las actitudes humanas, para así poder crear mecanismos que permitan intervenciones transparentes y comprensiones amplias y profundas acerca del objeto de estudio y de los fenómenos que lo involucran, de manera directa e indirecta.

Es facto que los impulsos de supervivencia del ser humano son incapaces de protegerlo de las intemperies naturales, como el frío o calor y la persecución de otros animales; conocimientos sobre los frutos comestibles o no. Cuando se toma a enjuiciar el conocimiento de las causas y fenómenos, estos permiten al hombre enfrentar, con diferentes alternativas, tales procesos, desde el campo de la experiencia, el cognitivo, lo emocional, lo epistemológico hasta lo biológico. E es, en este campo, sobre lo cual nos dirigimos a analizar los motivos que justifican las intervenciones educacionales, que se tornaron tan necesarias para la conservación del hombre, como especie, desde tiempos inmemoriales, caracterizado por una gran cantidad de deficiencias que, de manera muy diversa de aquello que las personas acreditan, estas se extienden a todas las esferas del individuo.

Esto esclarece que el hombre necesita de la experiencia para garantizar su condición de aprendizaje. El cerebro humano y su estructura son capaces de recibir la

información venida del mundo externo, procesarla de acuerdo con sus conocimientos previos, adquiridos, también, a través de situaciones empíricas. Cuanto más amplias sean las vivencias humanas, más conocimiento tendrá este individuo, en particular, y mayor su inteligencia que podrá ser mostrada a través de su creatividad (DAU, 2023).

Acerca de estas deficiencias a que hacemos referencia, arriba, hemos que tornar esclarecido que, al nacer, los hijos de la especie humana son los únicos que anuncian su llegada al mundo, a través del acto de llorar (Kant, [1802] 2002). Nuestra hipótesis es de que a través de esta acción el hipotálamo de la parturienta es estimulado, haciendo con que comprenda su nueva condición natural y todo lo que implica en lo que se refiere a los primeros cuidados con él recién-nacido; fato que no sostiene de manera tan simplista, porque la comunidad trabaja para un completo aprendizaje, a través de entrenamiento de las muchachas cuanto a los cuidados exigidos por los niños. Y, mismo después de paridas, por ocasión del primero hijo, casi siempre, una mujer madura las acompañan por muchos meses, dándole instrucciones, muestra de cuidados esenciales para con el chico y lo que evitar, en términos de alimentación, cuidados con él sueño de madre y del hijo, a fin de garantizar la máxima salud del hijo y la recuperación física de la mujer.

A lo largo del desarrollo del hombre, en cuanto ser que pertenece a una especie singular, su cerebro y su desarrollo continuo representaron un avance biológico cuando lo comparamos con las otras especies, llamadas de inferiores. Desde la óptica de la Biología estructuralista, el hombre se transforma en un ser retrógrado, porque toda la evolución de su corteza lo privó de accionar sus mecanismos mnemónicos desde mucho tiempo almacenados, y tal privación lo impide de actuar con mayor independencia de conocimientos adquiridos a través de la experiencia, sea empírica o mismo por transmisión de sus pares experimentados y aun por la adquisición epistémica. Hubo durante el proceso evolutivo una supresión de acciones instintivas, creando, en su lugar, acciones refinadas mediadas por procesos de análisis situacionales, pero que demanda tiempo para su ejecución y es el aprendizaje al largo de toda la vida, lo que permite que el hombre sustituye sus instintos por acciones de comportamiento, socialmente, aceptables.

En el desarrollo de la estructura cortical, las instancias, antes instintivas, perdieron sus capacidades de acciones independientes. Se tornaron dependientes de un elemento a más: ¡el otro! Y, una vez que este individuo externo es dependiente de la cultura para poder transmitir sus saberes y orientar a los aprendices, surgió la necesidad de crear un medio artificial para que se pudiese despertar la osadía en los humanos. A este

instrumento, condicionó llamar educación, que significa enderezar aquello que es torcido, corregir aquello que es defectuoso. Desde ahí, ya se percibe que la educación del hombre no tiene es interés de libertarlo de cosa alguna; antes, de moldarlo a las reglas condicionadas por la sociedad en la cual esté involucrado.

EL DESARROLLO DEL HOMBRE

El ser humano es una estructura biológica, muy compleja, dotada de impulsos biológicos, llamados de instintos, tal vez por falta de una comprensión profunda acerca del que ocurre, de facto. Todos estos elementos naturales que componen la configuración biológica humana son utilizados por la vía de conocimientos y aprendizaje con interés de garantizar la perpetuidad de la especie y, a su vez, el reconocimiento y su introducción como ser biopsicosocial en la sociedad. Este es el punto más desafiador que se coloca cuando se pretende interpretar la existencia del hombre y su desarrollo al largo de la vida; porque para más allá de su condición de supervivencia que le dotó la naturaleza, esto no se muestra como suficiente para garantizarle una existencia segura. Así que, ¿cómo interpretar el hombre desde una mirada biológica? Esto es una cuestión de gran relevancia que ocupó el pensamiento de I. Kant (1724-1804) cuando afirmó que “el hombre es la única criatura que necesita ser educada. Una fuerza misteriosa dota los animales [considerados como inferiores] de conocimientos necesarios a su supervivencia” (KANT, 1999, p. 441). Pero, mismo entre los animales [considerados] inferiores hay una medida justa de enseñanza de los más viejos en dirección a los más jóvenes; sin embargo, aquello que los diferencia de los humanos es que el acto de enseñar a los hijos sigue a una orden, también instintiva y no obedece, de modo necesario, a un imperativo social.

Hay una tendencia ingenua a creer que la estructura biológica [instintiva] de los otros seres vivos que componen la cadena animal pueda ser suprimida o superada por la capacidad intelectual humana. En este aspecto se ignora que todos los organismos vivos poseen sus propias condiciones adaptativas desarrolladas desde tiempos que están perdidos en la prehistoria de sus propias existencias, así como la característica de irritabilidad, inherente a los animales y que les permiten responder ante los estímulos del medio. Como ejemplo, en las ciencias agronómicas se acostumbra considerar que las plantas no crecen y no producen en el periodo de invierno porque este periodo es

caracterizado por una gran deficiencia hídrica en el suelo. Asocian, también, al fenómeno del fotoperiodismo, o sea, como hay menos luminosidad debido al movimiento de translación de la Tierra, ocurre supresión del desarrollo de las culturas (plantas).

Con relación al segundo fenómeno, es imposible hacer intervenciones en los campos de la Agronomía debido a sus costos, lo que hace con que tales ocurran en niveles experimentales en ambientes controlados y por medio de la Ingeniería Genética, que mismo así, tiene un elevado costo y demanda de tiempo. Con relación al primero fenómeno, las intervenciones pueden ser más simples y con costos más modestos, a saber que una vez que falta agua en el suelo en forma disponible a las plantas, la solución es ofrecer tal elemento por una vía mecánica, utilizando para tanto los diversos modos y técnicas de irrigación. Sin embargo, lo que la mayoría de los genios ignora es que en la agricultura tropical las condiciones de estrés hídrico se configuran como modo de propagación de las especies vegetales o de maduración, teniendo en vistas la madurez sexual. Por medio de esta carencia de agua es que el proceso de maduración de las semillas puede ocurrir de manera perfecta. La carencia de agua durante el momento de madurez de las semillas hace con que ocurra mayor concentración de nutrientes en torno del embrión. Por tanto, cuando se ofrece agua a las plantas fuera de sus periodos, biológicamente determinados, para allá de perder dinero, se interfiriere, de manera negativa, en el ciclo de vida de ellas.

En las ciencias médicas veterinarias las situaciones difieren de sus hermanas agronómicas bajo el sentido de que, en vez de agua en el suelo, la edad de las hembras y el fotoperíodo son posibles de sufrir intervención. En la creación de ganado lechero ya se llegó al consenso de que el peso ideal para la preñez de las vaquillas es en torno de trescientos quilos de peso vivo. Pero, después de todo estudio, confirmaron que no basta solamente el peso vivo, hay que tener en cuenta la edad de ellas. Mismo con todo el aparato de desarrollo científico, el deseo de aceleración del tiempo reproductivo encontró barrera en la estructura biológica, esta que puede ser llamada de estructura higroscópica, o sea, un punto de irreductibilidad en la coyuntura fisiológica del ser.

Con relación al fenómeno del fotoperíodo se creó innúmeros programas de luces que tienen como objetivos suprimir las carencias de luminosidad en las retinas de los animales domésticos. Esto provocó considerable elevación en la producción; pero, reduce, sensiblemente, la vida útil de los animales domésticos explotados con fines comerciales. Sin embargo, para los productores, esto poco o nada importa, o no se configura como una

realidad, porque la ignorancia es directamente proporcional a la ganancia. En los campos relacionados con los humanos la cosa no camina de manera muy diversa. Cuanto más se avanza en las investigaciones acerca del desarrollo de las ciencias Psicológicas y de las ciencias Neurológicas, más el campo del desarrollo biológico de los niños es ignorado, en especial por los padres que creyen en los milagros revelados ser posibles por los científicos. Después de la descubierta [o la invención] de la mayor plasticidad cerebral en los chicos, llegando al absurdo se creyeren y dijeren que es infinita, siendo capaces de aprender de todo, el tiempo de los niños para las diversiones infantiles pasó a ser ocupado, por sus padres, con actividades que estos consideran como útiles a ellos en sus vidas futuras, tomados por la ilusión de que esto va a proporcionar mayor capacidad de inteligencia y creatividad.

Hube toda una construcción por medio del discurso médico psicologizante que colocó los padres en una corrida frenética para garantizar el futuro económico de sus hijos, sin pensar que la naturaleza cobra un alto precio por esta mutilación de la primera edad. Por detrás de este discurso está un ideal darwinista social donde están a plegar, de manera muy implícita, que, en un futuro muy próximo, solamente los más aptos irán a tener un espacio en el mercado profesional. Y el discurso fija que tales habilidades son posibles de ser enseñadas y aprendidas y así se consume el ideal de destrucción de la infancia, como factor de creación de una humanidad descortezada y esclava, prisionera de una concurrencia contra un fantasma que no puede ser vencido. Se tornan como Aquiles en la tentativa de vencer la corrida contra la tortuga.

Cuando Rousseau, en su obra Emilio (1762), dice para que dejase los niños desarrollaren de manera libre, él fue malinterpretado por pedagogos, filósofos y psicólogos que interpretaran tal habla como la ausencia de prohibición y mismo de cercenamiento de los deseos de los infantes, consecuentemente, de disciplina. Pero, lo que él estaba a decir es que los límites deben ser propuestos como forma de preparación para la vida social y en especial, para la vida individual. Posibilitarles la experiencia cognitiva, de manera que ellos propios las interpreten y las imputen el valor que enjuiciarles.

Todo el proceso de evolución del ser humano, que data de millares de años, es repetido en sus tres formas clásicas de la vida: la niñez, la adolescencia y la juventud adulta. En cuanto que, para muchos teóricos, la adolescencia es una construcción moderna, de igual forma, la vejez es una construcción post cristiana. Morir de vejez era,

en muchas culturas clásicas, sinónimo de vergüenza y deshonra a los dioses. Así que, los hombres cometían suicidio aún en pleno vigor de sus fuerzas físicas.

Para que los impulsos humanos aflórense y, a posteriori, sean disciplinados, deben ser estimulados en determinada línea de construcción. Como ejemplo puede tomarse el instinto sexual. Para muchas personas, el género masculino anda siempre en constante deseo de copulación; pero, aunque esto sea una manifestación natural en las especies sexuadas, en el género humano tiene que ser dicho al adolescente e al joven sobre su función y cómo hacerlo; pues, de otra forma, jamás comprenderá su práctica. Posiblemente, de manera diversa de los animales que poseen condiciones olfativas más apuradas, el juego amoroso sea más centrado en el campo de la diversión, en cuanto que los humanos, debido al desarrollo del habla, ocurra un juego mucho más centrado en palabras, consecuentemente, dando una doble dirección al instinto sexual.

El hombre se desarrolló de una manera que la Biología, por sí solo, no consigue explicar, dado los procesos intelectuales en que la abstracción lo conduce a aplicar su inteligencia para criar condiciones nuevas de vida. Así que, pensar la educación del hombre a partir de los campos de esta ciencia puede ser una paradoja, a la primera mirada; sin embargo, basta comprender que la creatura humana es exótica en el reino animal, a comenzar que clasificarla como tal fue solamente una forma extravagante de Aristóteles de Estagira (384-322 a.n.e.) en, que tomado por un arrobo de pedantismo, no dejó el hombre sin una definición y, a partir de ahí, se tomó tal coyuntura como aceptable, en un primero instante hasta tornarse una verdad que no puede ser cuestionada, o sea, fue transformada en dogma.

Todo lo que ya se dice sobre el hombre y sus acciones, modos de actuar en la vida es nada más que coyunturas ficticiales, producto de deducciones superficiales, balizadas a partir del estudio de los otros seres vivos que componen la cadena animal. F. Nietzsche (1844-1900) escribió que el hombre es un animal que jamás se define. Podremos decir que sus palabras esconden la afirmación de que es una creatura que no puede ser definida, exactamente por causa de su capacidad de pensar de modo abstracto, por ser un ser que se muestra siempre insatisfecho con su condición personal.

Todas las otras creaturas poseen instintos que las hacen tener comportamientos previsibles. Ya el hombre, se carece de condiciones intensas de observación a fin de aproximarse de una comprensión, aunque superficial. El comportamiento humano es determinado por sus intenciones, siempre volubles, inciertas e incomprensibles. De ahí,

la necesidad de elaboración de leyes que puedan cercear este comportamiento y de la educación que disciplina sus actitudes.

Todo esto se hace necesario, porque el hombre tiene necesidad de ser direccionado para el camino del cual la cultura en que esté insertado tenga como positivo y bueno. No hay como ya nacer dominando tales conocimientos, una vez que los impulsos lo preparan ni mismo para una supervivencia individual adecuada y segura, cuanto más social, lo que conduce James Frazer (1854-1941) a argumentar que no hace idea por qué un sentimiento impulsivo humano, profundamente enraizado habría necesidad de ser reformulado por alguna ley. No hay ninguna ley que ordene al hombre que coma o que beba, o que lo prohíba de introducir sus manos al fuego. Los hombres comen, beben y no pone las manos al fuego, por temor a los castigos naturales y no a los legales. Existe una reacción de defensa natural contra los peligros que pueden colocar la vida en riesgo; un cuidado natural de supervivencia que prevé los cuidados mínimos necesarios para garantizar el bienestar físico y psicológico del individuo y de la especie, como un todo (Id., 1974).

Dentro del espectro de la Biología, el hombre no es un animal; es una paradoja, un misterio a ser desvelado; pero, como dice Nietzsche, a cada vez que la ciencia se aproxima de conocerlo, de explicarlo, su cerebro tiende a crear nuevas condiciones que tornan su condición personológica, más una vez, indescifrable; de ahí, la reiteración de que es un ser indefinible; corrigiendo, que no puede ser definido por las ciencias del hombre.

DESARROLLO BIOLÓGICO Y DESARROLLO INTELECTUAL HUMANO

Siendo el hombre una creatura de extremada complejidad, en especial cuanto a su desarrollo, no hay como separar su avance en el campo intelectual y biológico, porque desde temprana edad que su cerebro ya determina ciertas actividades a fin de que pueda ganar en fuerzas y madurar la musculatura osteocorpórea. El desarrollo intelectual humano es dependiente en proporciones directas a la madurez previa de su estructura biológica, como sé ella compusiese las bases sobre las cuales se soportarán los procesos de pensamiento abstracto.

De manera paradójal, su coyuntura física madura antes de su potencial cognitivo. Por ejemplo, a los diecisiete años las muchachas alcanzan su maduración gonadotrófica y los muchachos van a alcanzar tal condición, a los dieciocho años, en cuanto que los

cerebros de ambos los sexos permanecen en desarrollo hasta los veinticuatro años de edad.

Desmond Morris (1970), va a afirmar que, el hombre pasó por un proceso de neotenia, una condición muy rara en que el ser mismo, pareciendo adulto en su conformación física, mantiene una estructura cerebral infantil. Al largo del proceso evolutivo humano, el hombre fue dotado de una nueva estructura en que su madurez psicológica fue prolongada, viniendo a ocurrir muy tardíamente.

Sigmund Freud ([1939] 2015) presenta la hipótesis de que el hombre desciende de una creatura que alcanzaba su madurez biológico-sexual a los cinco años y que con la ocurrencia de un proceso evolutivo [*aún no explicado*] sobre la estructura ya existente, toda una repetición del comportamiento psicológico ocurrido en determinada fase anterior de la existencia se procesa, lo que se denomina de ontogénesis.

La diferencia más incisiva entre los hombres y los animales es que los primeros necesitan de aprender todo para poder caminar con seguridad cuando dejen la compañía de sus padres. Hasta mismo los aparatos más primitivos de la existencia, como el arte de amar, debe serles enseñado. Es a partir de definiciones apresadas de psicólogos de gabinete que se determinó que la actividad sexual es innata al ser humano y que va a aprender a practicarla por sí solo, sin ninguna dirección u orientación de otro, que ya tenga experiencia, únicamente por ser considerado un instinto. El lenguaje humano, el habla, no es un aparato que surge, de modo instintivo, con él y se manifiesta de modo espontáneo; hay que ser enseñado y hasta mismo la capacidad para expresar la sonrisa tiene que ser desarrollado desde edad muy temprana.

En los campos sexuales están puestas situaciones difíciles de comprensión. Por ejemplo, un hombre que no conozca la actividad sexual jamás sabrá dirigir sus impulsos reproductivos a la cópula con una hembra de su especie, o sea, el impulso para la reproducción de la especie obedece a los principios de educación, de enseñanza por terceros. Lo mismo no ocurre, de manera tan directiva, con el espécimen animal, en que el juego amoroso atraído por las determinantes feromonas los induce a la cópula con las hembras de cada especie particular a que pertenecen.

De manera extraña, un macho animal, se ha mutilado después de haber copulado, continuará a ejercer la cópula cuando encuentre alguna hembra tomada de calores. Mismo que su libido no sea tan agresiva como antes de la cirugía mutiladora, las señales químicas de la feromona en su cerebro, almacenados en su memoria, no dejan de impulsarlo a la

actividad de reproducción. Lo mismo no ocurre con un animal que sea mutilado antes de tener cualquier actividad de cópula, porque no basta tener instintos que los inducen a la perpetuación de la especie; hay que determinar lo que significa, de manera empírica, la aplicación práctica de todas aquellas señales que son códigos a ser descifrados por intermedio de acción mecánica, de experiencias.

El desarrollo humano, en su vertiente biológica e intelectual, es marcado por paradojas, cada cual más compleja que la otra y, a cada vez que se busca comprender más sobre ellas, más se descubre que hay situaciones que desafían aún más toda la concepción de conocimiento que se enjuicia saber. Termina que es nada más que una arrogancia convencional creer que la capacidad cerebral desarrollada que posee el hombre en lo que se refiere a los animales es capaz de determinar su capacidad de supervivencia en la naturaleza, sin tener que preocuparse con los aspectos naturales que componen su estructura corporal.

El ser humano es tan complejo y tamaña la dificultad de comprenderlo, grosso modo, que los desarrollos biológicos y cognitivos están tan conectados entre sí que, uno no ocurre, de manera integral, sin la ocurrencia del otro. Hagamos esclarecer, el intelecto depende de un cuerpo maduro para alcanzar su máximo de potencialidad y, en la misma proporción, cuando el cerebro no madura de manera suficiente, el cuerpo no desarrolla de modo característico que pueda determinar equilibrio como miembro de su especie. A ejemplo, los niños que eran emasculados en la infancia mantenían la voz infantil, esto porque el proceso de engrosamiento de la voz depende de la producción de la hormona testosterona. No hay encontrado muchos relatos sobre la condición osteocorpórea de los eunucos, salvo que quedaban con deformaciones óseas en sus cráneos; sin embargo, es posible deducir que no eran de estatura elevada, considerando que esta misma hormona tiene papel preponderante en la formación de los huesos. Deberían mantener la apariencia de niños, mismo con edad de adultos.

CONCLUSIONES

Con la intención de responder a la pregunta que direccionó este artículo-ensayo: ¿Por qué el hombre necesita ser educado, cuando su condición biológica lo dotó de instintos capaces de permitirle la supervivencia?, llegamos a la conclusión de que todo esto no pasa de una creencia pueril y que, sé por acaso, fuese una verdad no habría la

menor necesidad de tantos gastos vultuosos con una única finalidad, que viene sé tornando una falacia que justifica la manutención en la creencia de que el hombre es un animal.

La mayoría de los ideólogos y los textos didácticos (sic) insisten en la idea de que la educación tiende a humanizar el individuo, por esto, ser necesario las inversiones en su construcción, de su carácter y su perfil personalógico. Lo que todo esto procura mantener en la oscuridad es que los instintos y los impulsos humanos, en su estado primitivo, son inertes a los hombres, caso desprovisto de direccionamiento disciplinar. Pero, esto se prueba una verdad incuestionable cuando este es sometido a una vivencia en comunidad, malestar que o transforma en un ser emasculado, haciendo con qué mismo su inteligencia se pierda por la mitad. Kant (1999) llega a afirmar que la educación convierte la animalidad en disciplina. Gramsci (1996) va a argumentar que los instintos no pueden ser destruidos, en máximo, pueden ser amansados; luego, la idea de conversión adoptada por Kant es una ingenuidad.

El desarrollo de su cerebro y el surgimiento de la corteza cerebral pueden muy bien representar avances de comprensión sobre los estadios de la naturaleza, permitiéndole tornarse creativo y crítico; por esto, haciéndose entender, capaz de hacer preguntas, no conformarse con la situación, buscar confort y bienestar.

Sin embargo, la Physis sabe muy bien que este desarrollo cerebral que hubo en el género humano se muestra insuficiente para garantizarle la supervivencia en el mundo. El lloro del niño al nacer, como forma de comunicación con el inconsciente de su madre, dado que mismo la habilidad materna, tan propalada por la media y otros ideólogos de ideas aladas, necesita ser enseñado a las chicas desde temprana edad. En la misma proporción, el hombre tuvo sus suprarrenales alocadas en estado directo con los nervios de la columna vertebral, estos ligados a la región hipotalámica, de forma a que al menor señal de peligro se pueda defenderse haciendo uso de la adrenalina introducida en su sistema neural. A depender del cerebro y de la capacidad superior de análisis del hombre para detectar situaciones de peligro y decidir qué actitud tomar a fin de salvarse a sí mismo y a los otros, la especie ya estaría en estado de extinción total a muchos siglos.

Desde una mirada biológica, la conclusión que se llega es la de que, la educación del hombre es de extrema necesidad, porque los instintos que le restaron, sé así desear creer que el hombre evolucionó de algún animal desprovisto de alguna inteligencia

abstracta, no se muestran suficientes para garantizarle el mínimo de supervivencia en el mundo salvaje.

REFERENCIAS

DAU, S. *Sobre a práxis: como a experiência constrói a teoria*. No prelo, 2023.

FRAZER, J. *La rama dorada*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

FREUD, S. (1939). *Moisés y la religión monoteísta: tres ensayos*. Ediciones psicológicas completas de Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 38. Ed. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1996.

KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. 2. Ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

MORRIS, D. *El mono desnudo: un estudio del animal humano*. Madrid: Plaza y Jones, 1970.

ROUSSEAU, J-J. *Emilio*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

AUTORES

Alessandro Carvalho Bica

Professor Associado I da Universidade Federal do Pampa. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Daniela Simões Azzolin

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pós-graduada em Advocacia Feminista e Direitos da Mulher pela Faculdade Legal. Pós-graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). E-mail: danielaazzolin@hotmail.com

Deborah Ketlyn Pacheco Ferreira

Acadêmica de Bacharelado em Medicina Veterinária pela Faculdade Multivix - Pólo de Vila Velha. E-mail: deborapacheco768@gmail.com

Edelvira Silva da Silva

Professora de Atendimento Educacional Especializado da rede Municipal de Pelotas/RS. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão.

Júlia Silva Gonçalves

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pós-graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: juliasilvagoncalves15@gmail.com.

Juliano Fabricio Antunes

Professor de História e Ensino Religioso da rede municipal de Ijuí, cursando Mestrado Profissional em Ensino de História pela UFSM.

Leila Aparecida de Ataides

Professora de Língua Portuguesa da rede municipal de Ijuí, pós-graduanda em Metodologias Ativas para Docência na Educação Básica pela UNIFEL.

Lion Granier Alves

Licenciado em História e Filosofia. Mestre em Ciências da Educação.

Maili Correia Campos

Pesquisadora do Laboratório do Grupo de Estudos de Foraminíferos da Universidade Federal da Bahia (GEF-UFBA), graduada em Ciências Biológicas pela UFBA, mestre em Biometria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e doutora em Geologia pela UFBA. E-mail: maicampos@hotmail.com

Marcus Vinicius Peralva Santos

Professor formador da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e pesquisador do Laboratório do Grupo de Estudos de Foraminíferos da Universidade Federal da Bahia (GEF-UFBA), graduado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), mestre e doutor em Geologia pela UFBA. E-mail: mperalva@hotmail.com

Maryvalda Melo Santos Costa

Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) email:mary.melo@uft.edu.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9418442264184849>. Membro do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Formação e Exercício Profissional- GEPESSFEP. Atuando na área da Saúde Pública no Município de Miracema do Tocantins-TO.

Miguel Francisco Pérez Bejerano

Biólogo. Doutor em Ciências Pedagógicas. Professor Titular da Universidad de Ciencias Pedagógicas “Enrique José Varona” – La Habana (CU). E-mail: miguelpb@ucpejv.rimed.cu.

Rayssa Renata Alves Oliveira

Nutricionista.

Sérgio Rodrigues de Souza

Licenciado em Filosofia e Sociologia. Pós-Doutor em Psicologia Social. Consultor Científico. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

Simone Souza de Moraes

Professora Associada IV do Departamento de Oceanografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente (POSPETRO), ambos do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Estudos de Foraminíferos (GEF-UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e mestrado e doutorado em Geologia pela UFBA. E-mail: smoraes@ufba.br

Vinícius da Silva Santos

Biólogo. Mestre em Educação e Tecnologias. E-mail: viniucusbiologo33@gmail.com.

ISBN 978-658601337-5



9 786586 013375

uniatual
EDITORIA

